

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

BEATRIZ TERRA FREITAS

DISPUTAS EM TORNO DO TERRITÓRIO: APROPRIAÇÕES E USOS NO  
CAMINHO NIEMEYER, NITERÓI/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues

Niterói

2017

BEATRIZ TERRA FREITAS

DISPUTAS EM TORNO DO TERRITÓRIO: APROPRIAÇÕES E USOS NO  
CAMINHO NIEMEYER, NITERÓI/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues

Niterói

2017

F866 Freitas, Beatriz Terra.

Disputas em torno do território: apropriações e usos no caminho Niemeyer, Niterói/RJ / Beatriz Terra Freitas. – 2017.

125 f. ; il.

Orientador: Luiz Augusto Fernandes Rodrigues.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense. Departamento de Arte, 2017.

Bibliografia: f. 122-125.

1. Território. 2. Cultura. 3. Planejamento urbano. 4. Apropriação indébita. 5. Caminho Niemeyer (Niterói, RJ). I. Rodrigues, Luiz Augusto Fernandes. II. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Arte. III. Título.

BEATRIZ TERRA FREITAS

DISPUTAS EM TORNO DO TERRITÓRIO: APROPRIAÇÕES E USOS NO  
CAMINHO NIEMEYER, NITERÓI/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dra. Ana Lúcia Silva Enne  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

2017

Para Zey Terra (*in memoriam*) e  
Anézia Terra (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

À Fundação Casa de Rui Barbosa que me concedeu bolsa de pesquisa que se relaciona em partes com este estudo, me possibilitando trazer novas discussões a esse trabalho.

A Lia Calabre pela orientação na Casa de Rui Barbosa e pela compreensão em diversos momentos, especialmente na reta final desta pesquisa. A Deborah Rebello pelas dicas e olhares atentos. A Mariana Albinati e Lígia Arruda, bolsistas que entraram comigo na Casa de Rui, pela companhia e risadas proporcionadas. A todos os bolsistas com quem convivi nesse período.

Ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades por ter aprovado o projeto de pesquisa, me concedendo uma experiência extremamente enriquecedora.

Ao meu orientador, Luiz Augusto, pelo olhar atento e dedicado, além da generosidade e compreensão quando mais precisei durante a escrita desse trabalho.

A Orlando Alves dos Santos pela disciplina que ministrou no IPPUR/UFRJ que me possibilitou acrescentar muitas discussões nesse trabalho e por ter aceitado o convite para a banca.

A Ana Enne e João Domingues pelas sugestões atentas e cuidadosas na banca de qualificação deste mesmo trabalho, pelas contribuições bibliográficas e por terem aceitado, mais uma vez, serem membros da banca. Além disso – e principalmente –, pela amizade e carinho que tenho por ambos.

A Mariana Albinati, mais uma vez, pelas inúmeras contribuições bibliográficas para realização deste trabalho, por dividir angústias comigo, pelas conversas e discussões que muito me acrescentaram, pela inspiração que é para mim e pela amizade.

A toda turma de 2015 do PPCult porque renovaram em mim a esperança de que a Academia é lugar de luta e afeto também, onde também podemos criar laços.

Aos professores do meu ensino fundamental no Espaço Aberto Escola, dos quais nunca me esqueço porque foram fundamentais na minha formação enquanto pessoa e porque, mesmo que não saibam, me ajudaram a chegar até aqui.

Aos amigos que dividiram a faculdade de Produção Cultural comigo.

A Juliana Novaes, Henrique Marcondes e Pedro Lopes, amigos para a vida toda.

Aos amigos que fiz no pré-vestibular, especialmente Luiz Carvalho, Gustavo Moraes e Tati Nantes, porque me mostraram o que é dedicação e que verdadeiras amizades sobrevivem a qualquer afastamento e estão presentes nos momentos mais importantes e difíceis.

Aos amigos companheiros da vida, Bruno Jalles, Arthur Antonio, Daniel Schneider, Juan Fischer, Daniel Gilly e Paula Justen por todas as saídas e filmes vistos que aliviaram a tensão da escrita.

A Rebecca Braga, por ser “a minha pessoa” e por todas as lamentações que sempre ouve de mim.

A Yuichi Inumaru, Nincow Luciano e Ygor Marques que reacenderam em mim a vontade de trabalhar com projetos nos quais acredito.

A Mariana Alves por me ouvir tanto, pelos conselhos mais do que bem colocados, por me apoiar e me incentivar sempre, por reconhecer em mim uma força que nem eu mesma vejo. Por ter estado comigo nos momentos mais difíceis de perda e também ter dividido os mais felizes.

A toda minha família, aos meus irmãos Pedro e Danilo e à minha mãe que possui uma força e uma garra muito grande, que está sempre bem humorada e que faz de tudo pelos seus filhos. Sou quem sou graças, única e exclusivamente, a ela.

Por fim, ao Universo e a Deusa, por me permitir viver nesse momento e dividi-lo com pessoas tão maravilhosas, nas quais acredito tanto e que me lembram sempre que a luta vale a pena.

“A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela *centraliza* as criações. E, no entanto, ela cria tudo.” (LEFEBVRE, 1999, p. 109)

## RESUMO

A pesquisa trata dos diferentes usos e apropriações possíveis em um território, buscando entender os diversos atores que agem na produção de um espaço e aprofundar os estudos urbanos e culturais na contemporaneidade, analisando territórios sujeitos à lógica do empresariamento urbano e dos novos modelos de cidade. Toma-se como estudo de caso o Caminho Niemeyer, localizado em Niterói – Rio de Janeiro, fruto desses recentes modelos de gestão que privilegiam a venda da imagem das cidades. O primeiro capítulo, apresenta os conceitos de cultura e território, unindo-os e utilizando-os como base para o desenvolvimento dos outros dois capítulos, além de descrever, também, a cidade de Niterói sob o ponto de vista de seus planos urbanos até chegar ao momento de construção do Caminho Niemeyer. O segundo capítulo, mais associado à isotopia e à dominação (conceitos de Henri Lefebvre), enfoca os processos e ferramentas utilizados pela lógica do empresariamento urbano para agir sobre o território. Ademais, refere-se aos agentes do Estado e do capital que agem na regulação do Caminho Niemeyer. O terceiro e último capítulo, vinculado às ideias de heterotopia e apropriação, dedica-se a uma apresentação e problematização do conceito de espaço público, trazendo também a perspectiva das táticas, contra-usos e corpografias na apropriação dos territórios e procura observar esses conceitos no Caminho Niemeyer, através das falas dos usuários e da minha própria experiências enquanto pesquisadora-usuária.

**Palavras-chave:** território, cultura, planejamento urbano, apropriação, Caminho Niemeyer.

## ABSTRACT

The research deals with the different possible uses and appropriations in a territory, seeking to understand the various actors that act in the production of a space and to deepen the urban and cultural studies in the contemporary world, analyzing territories subject to the logic of urban entrepreneurialism and the new city models. The Caminho Niemeyer, located in Niterói - Rio de Janeiro, is the result of these recent models of management that favor the sale of the image of the cities. The first chapter presents the concepts of culture and territory, uniting them and using them as a basis for the development of the other two chapters, and also describes the city of Niterói from the point of view of its urban plans until arriving to the moment of Caminho Niemeyer construction. The second chapter, more associated with isotopy and domination (Henri Lefbvre's concepts), focuses on the processes and tools used by the logic of urban entrepreneurialism to act on the territory. In addition, it refers to the agents of the State and of the capital that act in the Caminho Niemeyer regulation. The third and final chapter, related to the ideas of heterotopia and appropriation, is dedicated to a presentation and problematization of the concept of public space, bringing also the perspective of tactics, counter-uses and corpographies in the appropriation of territories and seeks to observe these concepts in the Caminho Niemeyer, through the users' speeches and my own experiences as a researcher-user.

**Keywords:** territory, culture, urban planning, appropriation, Caminho Niemeyer.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. REFLEXÕES SOBRE CULTURA, TERRITÓRIO E O CAMINHO NIEMEYER .....</b>	<b>18</b>
<b>1.1 Cultura e Território .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 Niterói sob o olhar do urbano .....</b>	<b>28</b>
<b>1.2.1 Da fundação da cidade ao Museu de Arte Contemporânea ....</b>	<b>28</b>
<b>1.2.2 O Caminho Niemeyer .....</b>	<b>38</b>
<b>2. CAMINHO NIEMEYER SOB O OLHAR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO CAPITAL .....</b>	<b>51</b>
<b>2.1 Questões fundamentais sobre a cidade contemporânea .....</b>	<b>51</b>
<b>2.2 Capital e poder público no Caminho Niemeyer .....</b>	<b>66</b>
<b>3. APROPRIAÇÕES E USOS NO CAMINHO NIEMEYER .....</b>	<b>81</b>
<b>3.1 Discussões sobre o conceito de espaço público .....</b>	<b>82</b>
<b>3.2 Táticas, contra-usos, corpografias e microresistências .....</b>	<b>87</b>
<b>3.3 Minha experiência enquanto pesquisadora-usuária .....</b>	<b>93</b>
<b>3.4 Apropriações no Caminho Niemeyer .....</b>	<b>105</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>118</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>122</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta de Niterói em 1844.

Figura 2: Planta de área urbanizada.

Figura 3: Porto de Niterói, São Lourenço.

Figura 4: Vista aérea da Praça da República.

Figura 5: Estátua de Araribóia na Praça Araribóia.

Figura 6: Mirante da Boa Viagem em 1960.

Figura 7: Museu de Arte Contemporânea – MAC.

Figura 8: Demarcação para início das obras da Catedral Católica.

Figura 9: Mapa do Centro de Niterói. Área demarcada corresponde aos terrenos de estacionamento e vazios urbanos entre o complexo do Caminho Niemeyer e a Avenida Visconde de Rio Branco.

Figura 10: Mapa da orla de Niterói (Centro à Charitas) e a localização dos prédios que compõem o Caminho Niemeyer.

Figura 11: Visão aérea do Caminho Niemeyer no Aterra Norte (da esquerda para direita: Fundação Oscar Niemeyer, Memorial Roberto Silveira e Teatro Popular Oscar Niemeyer).

Figura 12: Fundação Oscar Niemeyer.

Figura 13: Memorial Roberto Silveira.

Figura 14: Teatro Popular Oscar Niemeyer.

Figura 15: Praça JK.

Figura 16: Centro Petrobrás de Cinema antes do Reserva Cultural.

Figura 17: Entrada do Reserva Cultural Niterói.

Figura 18: Estação de Barcas de Charitas

Figura 19: Vista das Barcas.

Figura 20: Vista de prédio comercial na Avenida Visconde do Rio Branco.

Figura 21: Vista da Avenida Visconde do Rio Branco.

Figura 22: Vista de outro quarteirão da Avenida Visconde do Rio Branco.

Figura 23: Entrada do Caminho Niemeyer pelo Terminal Rodoviário João Goulart. Visão de dentro do Terminal.

Figura 24: Entrada do Caminho Niemeyer pelo Terminal Rodoviário João Goulart. Visão de fora do Terminal.

Figura 25: Pessoas sentadas na faixa de grama.

Figura 26: Pessoas sentadas na faixa de grama e no “píer”

Figura 27: Publicação no dia 08/07/2015 da página do Teatro Popular sobre o evento Roller Popular.

Figura 28: Publicação no dia 19/10/2015 da página da Prefeitura de Niterói com um vídeo sobre o Roller Popular. O vídeo contém entrevistas com diversos usuários do espaço elogiando a iniciativa do Roller Popular.

Figura 29: “Monumento ao Horizonte”.

Figura 30: Entrada para o “píer” obstruída antes da colocação da obra de arte, em 26/05/2016.

Figura 31: Entrada do “píer” depois da colocação da obra, em 15/11/2016.

Figura 32: Imagem de simulação pós-requalificação do Centro de Niterói.

Figura 33: Banner na entrada do Teatro Popular Oscar Niemeyer.

Figura 34: Descendo a rampa do Reserva Cultural, estabelecimentos comerciais que ficam no primeiro andar.

Figura 35: Entrada do Caminho Niemeyer em 29 de julho de 2016.

Figura 36: Entrada do Caminho Niemeyer em 15 de setembro de 2016.

Figura 37: Caminho Niemeyer, 02 de agosto de 2016, terça-feira.

Figura 38: Obras da Catedral Católica, vista do “pier”.

Figura 39: Cartaz da obra da Catedral Católica.

Figura 40: Dia do evento Bike Anjo, 21/02/2016.

Figura 41: Reportagem do jornal “Extra” sobre o abaixo-assinado em relação ao fechamento do Caminho Niemeyer durante a semana.

Figura 42: Mapa editado elaborado pelo grupo que organizou o abaixo-assinado. Em azul área do plaqueado, usada para esporte e lazer. Em amarelo as ruas do Terminal, em vermelho a área da construção da Catedral.

Figura 43: Pessoas sentadas na sombra feita pelo Teatro.

Figura 44: Parte do Bistrô e bilheteria, embaixo do Teatro, antes do início da peça.

Figura 45: Grupo de jovens estudantes em dia de semana, 21/06/2016.

Figura 46: Vista para a orla, 15/11/2016.

Figura 47: 22/01/2017.

Figura 48: Dia nublado e chuvoso, 04/06/2016.

Figura 49: “Dia dos namorados”, 12/06/2016.

Figura 50: Dia de semana mais esvaziado no CN, 15/08/2016.

Figura 51: Croqui Centro de Niterói – Caminho Niemeyer.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo foi iniciado em 2013 para elaboração de trabalho de conclusão de curso em Produção Cultural, sob o título “Niterói e seu ‘caminho’ para a modernização: o Caminho Niemeyer e a cidade de Niterói”. Motivada por uma inquietação acerca da invisibilidade do Caminho Niemeyer e o “não-uso” ou subutilização do território, procurei analisar se aquele local era apropriado, mais especificamente, pelos moradores da cidade. Tratei da questão através dos conceitos de território, espetacularização dos espaços da cidade e marketing urbano<sup>1</sup> e pude observar que, seguindo uma tendência de modelo de cidade de uma lógica de empresariamento urbano, o objeto espetacular Caminho Niemeyer era mais voltado à atração turística e pouco dialogava com os próprios moradores da cidade. O trabalho foi, então, defendido em meados de 2014.

Entretanto, é fundamental levar em consideração que a dinâmica que se dá entre um território e os sujeitos e grupos sociais é complexa e fluída. Inúmeros fatores podem interferir, incentivando ou inibindo os usos de um determinado território. No final de 2013, a Prefeitura de Niterói<sup>2</sup> tinha como objetivo a inauguração e reinauguração de alguns espaços culturais. Entre eles, estava o Teatro Popular Oscar Niemeyer, localizado no Caminho Niemeyer. Essa reinauguração foi possibilitada pela entrada da Ampla<sup>3</sup> como investidora. Dessa forma, o Teatro pode funcionar com programação frequente, com peças teatrais, espetáculos de dança e shows musicais, que passaram a atrair pessoas para o espaço.

Acredito que esse fator, somado a um interesse do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer<sup>4</sup> em atrair moradores da cidade para que vivenciassem aquele território, tenha ajudado na divulgação do Caminho Niemeyer e, posteriormente, na movimentação que começou a acontecer no início de 2015. Grupos de skates, patins e bicicleta começaram, com autorização do Teatro Popular, a usufruir do espaço, inclusive ensinando a prática dessas atividades. Ao mesmo tempo, grupos de estudantes secundaristas, moradores de Niterói e de outras cidades vizinhas (como Rio de Janeiro e São Gonçalo) passaram a

---

<sup>1</sup> Esses conceitos serão retomados para discussão no segunda capítulo deste trabalho.

<sup>2</sup> Com Rodrigo Neves como prefeito, recém-eleito pelo PT – Partido dos Trabalhadores.

<sup>3</sup> Empresa de energia que presta serviços à região Metropolitana do Estado do Rio Janeiro, principalmente os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Magé.

<sup>4</sup> No momento da idealização e início das obras do Caminho Niemeyer, foi formado o Grupo Executivo do Caminho Niemeyer que, na teoria, tem como objetivo a administração geral de todos os prédios que fazem parte do complexo do Caminho Niemeyer.

aproveitar-se do local também. Como resposta – principalmente aos estudantes secundaristas que estariam fazendo usos não planejados inicialmente pela administração pública – durante o período em que essa pesquisa foi realizada, início de 2016 a início de 2017, o Caminho Niemeyer foi fechado e aberto em dias de semana em vários momentos, tendo como motivo o “vandalismo” dos estudantes e suas ações ilícitas.

Vivemos em um contexto urbano em que as administrações públicas das cidades buscam parcerias com setores privados da economia para desenvolvimento de planos urbanos e, assim, poder intervir de forma mais “eficaz” nas cidades, sem o “atraso” proporcionado pela burocracia. Esses técnicos da cidade e planejadores urbanos elaboram concepções prévias sobre os territórios e os projetam de cima, segundo mapas, olhando “de longe e de fora” (MAGNANI, 2002). Por outro lado, há os praticantes ordinários (CERTEAU, 2014) da cidade que, ao contrário dos técnicos e planejadores, vivenciam a cidade cotidianamente e que, através de diversas formas de usos, contra-usos, táticas... também intervêm nos territórios, olhando “de perto e de dentro” (MAGNANI, *op. cit.*). Todos esses atores – ainda que uns tenham mais “força” e sejam mais legitimados que outros – conformam um território.

O objetivo, com este trabalho, é mapear as relações que são traçadas dentro do território do Caminho Niemeyer entre usuários – e diferentes tipos de usuários –, poder público e esfera privada e refletir sobre os conflitos em torno da apropriação e dominação no espaço público, tendo como estudo de caso o Caminho Niemeyer. Quem são os atores que atuam sobre o Caminho Niemeyer? Quais são as disputas que se dão naquele território? A população local se apropria daquele espaço? Se sim, como? Como Estado e capital agem para regular aquele território?

A pesquisa tem por hipótese a ideia de que o Caminho Niemeyer, por ser um objeto espetacular, fruto do *marketing* urbano e das parcerias público-privadas (PPP), prioriza a atração turística e inibe a apropriação pela população local visto que as tentativas de usufruir daquele espaço, pela população, são cooptadas pela esfera privada e administração pública ou são coibidas pelos mesmos setores. Para observar esse fenômeno, é necessário estar próximo ao território e vivenciá-lo para apreender seus processos e ouvir as vozes e as narrativas que produzem sentido sobre aquele espaço. Portanto, a metodologia foi baseada em pesquisa de campo e observação participante, elaboração de um diário de campo para acompanhamento da pesquisa e realização de

entrevistas semi-estruturadas com usuários do Caminho Niemeyer e planejadores e administradores do espaço.

Neste trabalho, a pesquisa de campo estará presente nos três capítulos, servindo como fio condutor, relacionando, a todo momento, os conceitos e teorias tratados ao caso prático e concreto do Caminho Niemeyer. Por esse motivo, optei por apresentá-lo logo no primeiro capítulo, “Reflexões sobre Cultura, Território e o Caminho Niemeyer”, que conta, também, com a exploração conceitual de uma união entre as noções de cultura e território, utilizando a concepção de cultura dos estudos culturais (Stuart Hall e Raymond Williams) e território, principalmente da Geografia (Milton Santos e Rogério Haesbaert), buscando, ao mesmo tempo, definir o que entendo por territorialidades. A intenção de utilizar esses conceitos e fazer essa junção deles é demonstrar a importância que o território, conforme entendemos nesse trabalho, deveria ter nos planejamentos urbanos, ouvindo as falas de quem pratica e vive o território, dos grupos culturais e sociais que fazem um território e de como o território os forma também, pensando nas sociabilidades que são potentes naquele espaço.

Com objetivo de entender quais atores vão, então, conformar o Caminho Niemeyer e partindo das noções de Henri Lefebvre de que o território tem tanto uma perspectiva de dominação – mais próxima do Estado e das instituições – quanto uma de apropriação – mais dos sujeitos, usuários, praticantes do espaço –, os dois próximos capítulos são pensados sob essa lógica. O segundo capítulo, “Caminho Niemeyer sob o olhar da administração pública e do capital”, visa trazer essa perspectiva da dominação, das ações territorializantes do Estado sobre um território e de como, cada vez mais, Estado e empresas privadas estão se “confundindo”, através das parcerias público-privadas. Trataremos de conceitos como marketing urbano (Fernanda Sanchez, Carlos Vainer), empresariamento urbano (David Harvey), máquina de crescimento (John Logan; Harvey Molotch) e planejamento estratégico (Otília Arantes, Fernanda Sanchez, Carlos Vainer) para pensar esse modelo de cidade que vem se instituindo desde a década de 70. Partindo disso, nesse capítulo refletiremos sobre as instituições e administração pública que atuam sobre o Caminho Niemeyer, discutindo também a (in)visibilidade do Caminho Niemeyer.

Essa temática que trata da produção de sentidos e imagens sobre a cidade para venda em um mercado mundial – e consequente atração turística e de empresas e

investimentos externos – tem sido muito estudada e aplicada para análise de diversos estudos de caso no Brasil. Niterói tem seguido essa lógica mundial, principalmente por estar ao lado do município do Rio de Janeiro e pelos prefeitos que passaram pela cidade terem optado por espelhar-se nas administrações do Rio de Janeiro. Mas como falamos anteriormente, para conhecer um território é necessário vivenciá-lo. Por isso, esse trabalho busca uma associação entre a *dominação* e a *apropriação*, entre o olhar *de fora e de longe* e o olhar *de dentro e de perto*. As duas noções, os dois olhares produzem o território.

O terceiro e último capítulo, “Apropriações e usos no Caminho Niemeyer”, então, reflete sobre as apropriações. Tensionando o conceito de espaço público (Angelo Serpa, Virgínia Guimarães, César Silva) – já que o Caminho Niemeyer é, numa visão mais clássica, um espaço público – e através dos conceitos de heterotopia (Lefebvre), táticas (Michel de Certeau), corpografias (Paola Jacques) e contra-usos (Rogério Proença Leite), encaminhamos a discussão para a parte deste trabalho que tratará dos usos do Caminho Niemeyer a partir das falas dos usuários, abarcando os diferentes grupos e buscando entender como se dá a relação desses com o território, a relação entre eles e a relação entre esses usuários e as instituições e administração pública que agem para regular aquele espaço. Além disso, utilizei da minha própria experiência com o território, enquanto pesquisadora-usuária-moradora de Niterói, para descrever o Caminho Niemeyer e o trajeto para chegar nele.

## 1. REFLEXÕES SOBRE CULTURA, TERRITÓRIO E O CAMINHO NIEMEYER

Diante da complexidade das relações que se desenvolvem entre sujeitos e espaços da cidade, principalmente em um contexto de venda da imagem da cidade, grandes intervenções urbanas, processos de espetacularização e gentrificação<sup>5</sup> etc., o conceito de território tem sido muito utilizado e, de certa forma, “desvendado” por diversas áreas de saber dentro das universidades, como na Geografia e na Antropologia, por exemplo. Este trabalho, estando dentro de um programa de mestrado denominado “Cultura e Territorialidades”, busca, então, um olhar para o território – trazendo discussões da Geografia e da Antropologia – a partir de uma concepção cultural, visando entender o território, e a relação dos sujeitos com este, e como os processos urbanos influenciam nessa relação.

Diversos autores concordam que o conceito de cultura é amplo e polêmico, tendo passado por diversas definições e escolas ao longo dos anos. Porém, nesse trabalho, pretende-se buscar em autores como Stuart Hall e Raymond Williams as bases para tratar de um conceito de cultura de forma mais dialética, não binária<sup>6</sup>, que reconheça a força e o peso que as estruturas exercem sobre os indivíduos, mas também dê a importância devida às individualidades e às possibilidades de mudança a partir das lutas culturais e/ou urbanas.

Assim como o conceito de cultura, os conceitos de espaço, território e lugar também são disputados e definidos de diversas formas e por diferentes campos do saber. Faz-se necessário, acredito, justificar o porquê do uso de território e não de outro conceito como espaço e lugar – apesar de que aparecerão ao longo do corpo deste trabalho, mas como sinônimo de território e não como outra discussão. Como dito anteriormente, território tem aparecido em muitas leituras e debates dentro da Universidade, sendo, inclusive, nome de muitos grupos de trabalho dentro de Encontros, Seminários etc.

---

<sup>5</sup> Os conceitos de espetacularização e gentrificação serão tratados no segundo capítulo deste trabalho.

<sup>6</sup> Algumas linhas de estudo sobre a cultura – como os culturalistas, o estruturalismo funcionalista, interpretacionismo da Escola de Chicago ou o estruturalismo francês no século XX – ao escreverem suas teorias, privilegiam ou o peso das instituições e das estruturas, eliminando a possibilidade de mudança pelos indivíduos ou privilegiam esses últimos, esquecendo-se que as estruturas também atravessam a formação desses sujeitos. A crítica feita a essas linhas é, justamente, por serem dicotômicas, binárias, quando o ideal é que se pense nessas duas formas simultaneamente dentro da análise de uma cultura.

Entretanto, território tem sido também apropriado nos discursos de diferentes movimentos sociais que estão lutando contra remoções – como no caso da resistência da Vila Autódromo<sup>7</sup>, no Rio de Janeiro – ou contra grandes reformas urbanas – como no caso do movimento Ocupe Estelita<sup>8</sup>, no Recife – no reconhecimento daquele território como “seu”. Esses exemplos não fazem parte do objeto desse trabalho, porém acredito que seja importante trazê-los a discussão visto que elucidam a questão do território dentro da luta urbana e, dentro também, da luta cultural.

Dessa forma, este estudo é, acima de tudo, um esforço de dialogar com o entendimento que esses grupos e movimentos têm de território, reconhecendo-se ali como grupo e criando laços e sentimento de pertencimento com aquele determinado local, na luta contra as grandes forças do Estado e do interesse do capital. Para além disso, busca-se uma visão mais ampla de território. Nécio Turra Neto, no artigo “Espaço e lugar no debate sobre território”, defende que “entre espaço e território, há o lugar, como conceito intermediário” (TURRA NETO, 2015, p. 53). O autor explica que espaço é uma categoria mais extensa e lugar mais empírica. Assim, define território:

como o conceito que nos permitirá apreender o espaço, no lugar, pelo estudo de certos tipos de ações e práticas dos sujeitos sociais, em negociação com outros sujeitos, com os quais são obrigados a coexistir, numa extensão comum. (TURRA NETO, *idem*)

Entretanto, o entendimento que Turra Neto demonstra ter de território ao longo desse artigo está mais associado a uma ideia de contenção territorial, convivência da diferença no espaço urbano, como um território indígena ou quilombola, por exemplo. Todavia, pretendo, neste trabalho, empregar território de forma mais abrangente sem abusar e forçar o conceito, como teme o autor, mas bebendo ainda da Geografia, aproveitando autores como Milton Santos e Rogério Haesbaert. Ademais, as noções de território, espaço urbano e cidade também podem atravessar-se e misturar-se muito ao tratar dos conceitos, mas espaço urbano e cidade pressupõem uma ideia de centralidade que o território, não necessariamente, engloba.

---

<sup>7</sup> A comunidade da Vila Autódromo é localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e, como diversas comunidades, sofreu com as remoções que estavam dentro de um contexto de intervenção urbana para venda da cidade para os megaeventos – Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. O caso da Vila Autódromo é diferente, entretanto, porque não havia um argumento que justificasse a remoção daquela população. Os moradores, em parceria com técnicos, arquitetos etc., fizeram um plano urbano popular, uma alternativa à remoção, que ganhou um prêmio internacional, inclusive. Mesmo assim, as ameaças de remoção e demolição continuaram. Atualmente, algumas famílias ainda permanecem lá.

<sup>8</sup> O movimento Ocupe Estelita é um movimento de resistência a um projeto de uma grande intervenção urbana, o Projeto Novo Recife, que pretende construir na área do Cais José Estelita – uma área histórica para a cidade – prédios de alto gabarito, entre outras propostas que descaracterizam aquele local.

Tratado desses assuntos, a segunda parte desse capítulo trará um histórico urbano da cidade de Niterói até a construção do Caminho Niemeyer que constitui o objeto deste trabalho, visto que conhecer essa trajetória é parte fundamental para entender o que acontece hoje nesse território.

## 1.1 Cultura e Território

Nos anos 1960, despontam, na Inglaterra, os estudos culturais, a partir de uma concepção multidisciplinar, unindo noções da Antropologia, Ciências Sociais, História social, Linguística, e estudos marxistas. Por essa razão, o conceito de cultura dentro dos estudos culturais problematiza as ideias mais dualistas do termo e oferece uma definição mais híbrida e flexível. Cultura como processos e fluxos complexos que, assim como a sociedade, abarca contradições dentro de si mesma.

Stuart Hall, um dos estudiosos dessa corrente, defende que toda ação social significativa é cultural, pois gera um sistema de significados a um determinado campo. O autor define cultura como as práticas discursivas que criam esse sistema de significados aos campos:

**a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas.** O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. (HALL, 1997, p. 10) (grifos meus)

Dessa forma, existem “culturas”, pois cada campo tem seus sistemas e códigos de significados e, por isso, uma dimensão cultural. Hall trabalha com o conceito de “virada cultural” que consiste em uma apropriação de cultura por diferentes áreas do conhecimento que, conseqüentemente, desenvolvem diferentes noções de cultura. Entretanto, isso não seria uma ruptura no conceito de cultura, mas sim uma reconfiguração. Cultura seria um conjunto de práticas – econômicas, sociais e políticas – que, por terem um caráter discursivo, sistemas e códigos de significados, atravessados por valores sociais, tornam-se práticas discursivas, e, portanto, práticas culturais. Nesse sentido, vale ressaltar que o autor não considera que tudo seja cultura, mas que:

toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural. Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo. (HALL, op. cit., p. 13)

Raymond Williams, outro principal nome dos estudos culturais, entende que cultura é processo e, de forma semelhante a Hall, argumenta que há de se pensá-la dentro de um contexto de formações discursivas e sociais. Em “Base e superestrutura na teoria cultural marxista”, Williams propõe-se a discutir a teoria cultural marxista. O autor explica que a hegemonia é algo profundo, arraigado na sociedade, é o socialmente aceito, constitui senso comum. Qualquer ação fora desse sistema hegemônico parece ir contra as regras sociais:

É um conjunto de significados e valores que, vividos como práticas, parecem se confirmar uns aos outros, constituindo assim o que a maioria das pessoas na sociedade considera ser o sentido da realidade, uma realidade absoluta porque vivida, e é muito difícil, para a maioria das pessoas, ir além dessa realidade em muitos setores de suas vidas. (WILLIAMS, 2005, p. 217)

Entretanto, o autor nos lembra que, apesar de parecer que a hegemonia é algo único, ela é constituída de disputas entre diversas forças, de diferentes grupos. É uma estrutura complexa, que tem de se reproduzir e se renovar para sobreviver, mas também é nessas disputas em que o sentido pode ser questionado e, de certa forma, modificado. Em “Notas sobre a desconstrução do popular” (2003), Hall nos explica como o capital, por precisar dessa renovação para manter-se, coopta os movimentos que resistem à ele, como foi com a cultura popular. Nesses casos, há um duplo movimento de “conter e resistir”, como define o autor, pois os grupos cooptados cedem em alguns pontos, mas ainda apresentam resistência em outros.

Devemos reconhecer o peso das estruturas e das hegemonias. O autor defende que ela age rapidamente para se apropriar de movimentos sociais ou culturais que a ela escapam ou agem de forma coercitiva para acabar com esses movimentos. Porém, como Hall diz, há rupturas nesse sistema que parece tão inabalável, caso contrário, não haveria mudanças. Alguns estudiosos, como Michel de Certeau, acreditam que a cultura é o lugar das lutas pelas mudanças sociais. O autor diz que “As indagações, as organizações e as ações ditas culturais representam ao mesmo tempo sintomas e respostas com relação a mudanças estruturais na sociedade.” (CERTEAU, 2012, p. 192). Ainda nesse sentido, em outro momento o autor diz, referindo-se à cultura “De um lado, ela é aquilo que ‘permanece’; do outro, aquilo que se inventa”. (Ibidem, p. 239).

Certeau, assim como os autores já mencionados, dirá que cultura é flexível, fluída. Entretanto, o mercado e as instituições governamentais a racionalizam, tentam torná-la rígida para melhor geri-la e impor sentidos a ela. Ele diz que nesse embate entre

o flexível e o rígido sobre um “resto” e isso forma o campo cultural. Uma luta entre a cultura no singular – cultura hegemônica – e a cultura no plural – dos grupos mais “fracos”:

A cultura no singular impõe sempre a lei de um poder. À expansão de uma força que unifica colonizando e que nega ao mesmo tempo seu limite e os outros, deve se opor uma resistência. Há uma relação necessária de cada produção cultural com a morte que a limita e com a luta que a defende. A cultura no plural exige incessantemente uma luta. (Ibidem, p. 241-242)

Em outro importante trecho, Certeau diz:

**Mas ela [a cultura] existe exatamente pelo interstício ou pela margem que abre**, sem deixar de estar na dependência de leis sociais, psicológicas, linguísticas. Ela insinua um acréscimo, um excesso e, portanto, também uma fratura nos sistemas dos quais recebe sua sustentação e suas condições de possibilidades. Produz-se uma luz em um espaço construído. Ela desloca seu equilíbrio, sem contudo dele escapar. **Lá existe jogo**. (Ibidem, p. 244) (grifos meus)

Apesar de, em seus escritos, o autor dar um foco maior ao estudo dos indivíduos e das ações e possibilidades de mudanças destes, ele não deixa de levar em conta as estruturas de poder. Assim como Williams, ele diz que a hegemonia parece eterna, mas defende que são disputas, são embates; “lá existe jogo” e, nesse jogo, há a possibilidade de mudança, de alterações da realidade social num campo macro-físico. Ele pensa nas práticas individuais como relações sociais inseridas em um contexto maior.

Outro autor importante para esse entendimento de cultura é Homi Bhabha (1998). Desmanchando, ainda mais, os dualismos estabelecidos nos estudos ocidentais sobre cultura, o autor defende que as categorias binárias – explicitado anteriormente – não são mais suficientes para dar conta da realidade social. Por isso, ele trabalha com ideias de “entre-lugares”, “interstícios”, “encontros”, “processos”, “fronteiras”... que por não serem duais, não terem um correspondente ao qual se antepõem, são mais adequadas ao analisar as sociedades. Cultura, segundo ele, é feita nas fronteiras, nos locais onde se estabelece uma relação com o outro. E são nesses contatos, nessas interações, que vão acontecer movimentos de resistência, movimentos de “conter e resistir”. Não necessariamente esse processo gera enfrentamento; pode ser conflituoso ou consensual. O importante é que, desse encontro, nenhuma das partes sai igual como quando entrou. No caso da colonização, por exemplo, não há, somente, uma imposição cultural por parte do colonizador. Este também foi afetado depois do contato com a cultura do colonizado. Tanto colonizado quanto colonizador saem “contaminados” desse processo. Ambos irão se reconfigurar e construir uma nova cultura, que não é

nova porque rompeu com o antigo, mas porque está carregando resíduos de um contato com outra cultura. Dessa maneira, o local da cultura é, justamente, o interstício, a fronteira. Esse processo acontece com diversos grupos culturais, não necessariamente apenas na relação de um grupo dominante com outro dominado. E é a relação que é criada ali que é fundamental para os processos de hibridismo, para as misturas. Pode-se dizer que um dos objetivos deste trabalho é avaliar se esse encontro com o diferente acontece no Caminho Niemeyer, e como acontece.

Para Hall, as culturas são formas de luta que surgem nos pontos de intersecção (HALL, 2003, p. 243). E essa luta é permanente:

Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural. Na atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas. (Ibidem, p. 239)

Pensando na discussão feita até aqui, sobre como a cultura está dentro de outros campos – e outros campos que também a constituem – e sobre como a cultura é um campo de possibilidades de mudança social, chega o momento de fazer uma associação entre os grandes conceitos que percorrem esse trabalho: cultura e território. Poderíamos associar, então, a luta urbana às lutas culturais, visto que movimentos como os citados anteriormente – Vila Autódromo e Ocupe Estelita – conformam ações sociais, lutas urbanas, que utilizam do discurso para marcar seu posicionamento, buscar sua posição estratégica na luta pelo “seu” território, com o qual estabelece um sentimento de pertencimento. Além de, especialmente no caso do Ocupe Estelita, usarem apresentações artísticas para receberem reações positivas da sociedade.

Por outro lado, o capital precisa apropriar-se dessas lutas, dessas diferenças até onde for conveniente para sua própria manutenção e sobrevivência. Através dos governos e da lógica de um modelo de gestão das cidades que privilegia a remodelação de sua imagem para atração de turistas e investimentos externos, o capital passa a usar cultura como recurso, dentro dos planos estratégicos<sup>9</sup>, servindo para a criação de consenso sobre venda da cidade. Em muitos projetos de intervenção urbana, há a previsão de construção de museus, por exemplo, que ilustram esse caso. Entretanto, não aprofundarei nessa discussão nesse momento, pois será discutida no segundo capítulo

---

<sup>9</sup> Essa noção também será mais amplamente explicada e tratada no segundo capítulo deste trabalho.

deste trabalho. Mas é importante ter em mente essa constante conjugação de forças que é o campo cultural, esse duplo movimento de conter e resistir.

Definir o conceito de território, assim como o de cultura, é uma tarefa difícil; corre-se o risco de fechar o sentido de uma ideia tão ampla e apropriada por diversos campos de conhecimento de formas diferentes. Mas, é uma função que se faz necessária já que estamos baseando nossa discussão no conceito. O território, tratado aqui, vai além daquela noção definida por mapas geográficos, com limites e fronteiras, regiões, rígido e inflexível. Em seu livro “Viver no Limite”, Haesbaert argumenta que “Desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica” (HAESBAERT, 2014, p. 57). A partir daí, o autor demonstra a dupla função do território, baseado nas noções de Henri Lefebvre: dominação (ligado mais ao material) e apropriação (ligado mais ao simbólico).

Um território controlado mais por práticas de dominação é mais restrito, funcional, tenta conformar uma lógica territorial única, padrão, “sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar.” (HAESBAERT, 2013, p. 120-121). Albinati (2016) nos lembra que é importante observar a dominação política e econômica que se dá hoje, principalmente nas cidades, para além da dominação técnica falada por Lefebvre. Nesse sentido, através do Estado – na maioria dos casos –, a dominação propõe e reproduz a lógica hegemônica capitalista. Já a apropriação está mais atrelada às práticas do vivido, da experiência dos sujeitos, do valor de uso, diversificando os usos do território, criando laços de identidade e afetivos e, dessa forma, criando multiplicidade. Para Lefebvre, essas duas concepções devem agir sobre o mesmo território, com prevalência da apropriação sobre a dominação. Entretanto o que se percebe, historicamente, é o contrário, a prevalência das ações de dominação sobre a apropriação:

Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE *apud* HAESBAERT, 2014, p. 57)

Aqui é relevante dizer, como argumenta Haesbaert, que Lefebvre não trabalhava com o conceito de território, mas sim com espaço. Todavia, não se tratava de uma noção de espaço abstrato, mas um espaço socialmente construído, apoiado numa tríplice

composição (espaço percebido, vivido e concebido) <sup>10</sup>, aproximando-se mais da noção de território que pensamos aqui.

A dominação não necessariamente é feita somente pelo Estado ou pelo capital. São relações de poder que vêm de quaisquer grupos e classes, visto que as relações sociais constituem relações de poder, por “menores” que sejam. Logo, Haesbaert defende:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos – tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas subalternas da resistência –, pois poder sem resistência, por menor que ela seja, não existe. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.” (HAESBAERT, 2014, p. 59)

Dessa forma, “o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica” (HAESBAERT, 2013, p. 121). E é buscando mapear esses agentes que atuam sobre o território do Caminho Niemeyer que os próximos capítulos deste trabalho falarão sobre as relações de dominação (segundo capítulo) e as ações de apropriação (terceiro capítulo).

Podemos dizer que não há um território totalmente dominado nem um território totalmente apropriado pelo seu entendimento mais simbólico, mas “todo território ‘funcional’ tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que pareça, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional, por menos explícito que seja.” (HAESBAERT, 2014, p. 61). Trabalharemos, então, com essa perspectiva mais integradora de território, na qual diferentes dimensões serão pensadas conjuntamente. Ao mesmo tempo em que não podemos esquecer o quão o pensamento hegemônico está imbricado na nossa sociedade, também não podemos desconsiderar a força dos sujeitos.

Milton Santos define território a partir de uma visão mais afetiva, por assim dizer:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do

---

<sup>10</sup> Noções mais comentadas no segundo capítulo deste trabalho.

homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.  
(SANTOS, 2011, p. 13)

O território é vivido cotidianamente. É apreendido e experienciado por cada sujeito de formas diferenciadas. Esses acabam compondo mapas afetivos diversos, sem ao menos saber. Preferir um bairro a outro, preferir algumas ruas a outras, preferir, até mesmo, um lado da calçada, é criar uma relação com aquele território. E criamos laços o tempo todo com territórios que nos afetam, que são importantes pelas sensações e memórias que nos despertam. Segundo Haesbaert e Limonad, os sujeitos “constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território.” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42).

Assim sendo, podemos apreender o território como um possibilitador de encontros. São as possibilidades de ter contato com o diferente, com pessoas diferentes que, às vezes, não pertencem à mesma classe social, ou que não falam a mesma língua, ou que não tem os mesmos costumes. E, como falamos anteriormente, esse encontro pode ser conflituoso ou consensual. Mas são nesses encontros que as misturas e as trocas são proporcionadas. É pertinente pensar, então, nas relações que são criadas entre sujeitos, em um território e no sentimento de pertencimento entre um sujeito e um território.

Creio que caiba aqui uma definição de territorialidades. Haesbaert defende que a noção de territorialidades varia de acordo com a noção de território que o autor está usando. No nosso caso, territorialidade refere-se ao caráter simbólico do território, um algo não apenas abstrato, como diz Haesbaert, mas que “enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território, pelo menos nos moldes a que se refere, não esteja concretamente manifestado” (HAESBAERT, 2014, p. 64). Territorialidades seriam as práticas, narrativas, trocas e encontros em um território e que, de certa forma, conformam aquele território e movimentam sentimentos de pertencimento e, por isso, existem tanto de um território mais funcional quanto de um mais simbólico (ainda que essas dimensões se misturem e não sejam separáveis).

Sendo assim, é fundamental escutar as narrativas feitas sobre um determinado território porque preenchem e, por isso, compõem sentido sobre aquele espaço. É necessário perceber os atores envolvidos naquele processo, naquela dinâmica e escutá-

los. Principalmente aos “anônimos”, que têm seus espaços de fala reduzidos na produção de sentido sobre qualquer realidade social.

Na sociedade moderna prevalece uma preponderância da dimensão mais objetiva/funcional do território sobre a dimensão simbólica, como mencionamos. Essa forma de organização territorial tende a fragmentar os espaços. Gera-se um “constante processo de des-re-territorialização”<sup>11</sup> (HAESBAERT, 2013, p. 122), ou – sob um olhar do econômico – destruição criativa como chama David Harvey, para reprodução e acumulação de capital, causando inúmeros problemas urbanos, como dificultar a circulação de pessoas dentro de uma região, cidade etc., por exemplo, ou a remoção de pessoas de suas casas, sendo “movidas” para áreas mais distantes das cidades.

João Pacheco de Oliveira (1998), em seu estudo sobre os índios “misturados” do Nordeste, desenvolve o conceito de territorialização, entendendo-o como ações intervencionistas e territorializantes do Estado que conformam e regulam um território e/ou um grupo étnico. O autor menciona que o “*processo de territorialização* não deve jamais ser entendido simplesmente como de mão única, dirigido externamente e homogeneizador” (OLIVEIRA, 1998, p. 60) porque a partir dessa intervenção do Estado, é formada, quase como em resposta, uma “identidade étnica individualizada” – ou uma nova apropriação ou reterritorialização –, ainda que a construção dessa identidade esteja dentro do que o Estado permitir.

Mesmo diante dessas forças esmagadoras do aparato estatal, dos “aparelhos de captura”, do grande capital, há formas de resistência, ainda que sejam micro-resistências. Os indivíduos e grupos “contêm” aquilo que lhes interessa e recriam maneiras de viver, morar, andar, falar... Nas lutas urbanas e culturais, essas disputas e embates acontecem a todo momento e, às vezes, são concretas e duras, outras vezes são “menores”. De toda forma, essas lutas constituem territórios alternativos e “tentam impor sua própria ordem, ainda que minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada.” (HAESBAERT, 2013, p. 14-15).

---

<sup>11</sup> Os processos de desterritorialização estão ligados à exclusão socioespacial de um determinado grupo, seja por motivos econômicos, políticos ou culturais. E, aos processos de desterritorialização, há uma reterritorialização correspondente, porque ideias, costumes e grupos migram e passam a integrar outros territórios, não desaparecem simplesmente.

Por fim, devemos levar em consideração que territórios, enquanto signos, são neutros. Mas são os usos e administrações que os conformam. Torna-se um campo de disputas, especialmente, porque é o espaço do encontro das diferenças, da conjugação de diferentes forças. Essas disputas fazem parte da dinâmica do território e das lutas culturais, escutá-las é crucial para conhecer um território. Dessa maneira, o local da cultura é o interstício, a fronteira. E é a relação que é criada ali que é fundamental para os processos de hibridismo, para as misturas que compõem um grupo cultural. Um território vivido é múltiplo, híbrido. E é uma dinâmica constituída de diferentes vozes e processos.

O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido.

[...]

É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o “território” com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo. (HAESBAERT, 2016, p. 78)

Por esse motivo, torna-se indispensável olhar a trajetória histórica de um território. Assim, no item a seguir, será tratado da cidade de Niterói e do processo de implantação do Caminho Niemeyer.

## **1.2 Niterói sob o olhar do urbano**

### **1.2.1 Da fundação da cidade ao Museu de Arte Contemporânea**

Na história da criação e formação da cidade de Niterói, podemos analisar momentos em que existiram tensões entre memória e desenvolvimento principalmente no que concerne o urbano. Apesar de ser conhecida por expressão popular como “terra de Araribóia” (BASTOS, 2015), inúmeros líderes municipais que passaram pela cidade, através de políticas e planos urbanísticos, priorizaram a aproximação com a arquitetura e estética européia à valorização de seu mito fundador, como foi na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, no início do século XX.

Em 1568, após a expulsão dos franceses do litoral do Rio de Janeiro, Mem de Sá entregou ao chefe dos temiminós uma sesmaria, conhecida por Banda d’Além, por sua ajuda em batalha. Em 1573, esse fato foi oficializado, criando a data de aniversário da

cidade, 22 de novembro de 1573. A entrega das terras teria a função de ajudar na defesa da entrada pela baía além de firmar uma parceria com os temiminós. Essa doação e parceria só puderam ser concretizadas porque Araribóia havia se convertido ao catolicismo, tendo como nome de batismo Martim Afonso de Sousa, e incorporado costumes da nobreza portuguesa. Entretanto, Bastos realça o fato de que “ao mesmo tempo, mantinha sua presença atuante junto a seu povo em sua Aldeia, onde de fato residia, mantendo viva sua conexão às práticas indígenas e a sua liderança como o cacique Araribóia.” (BASTOS, op. cit., p.43).

Araribóia veio a falecer em 1589 e a liderança da Aldeia de São Lourenço foi passando a seus decentes. Mas, a Aldeia foi entrando em declínio, um dos motivos sendo a disputas pelas terras entre colonos e indígenas. Em 1866, quase três séculos depois de sua fundação, a Aldeia foi oficialmente extinta. Paralelamente ao seu declínio, Banda d’Além foi crescendo e ganhando reconhecimento, especialmente depois que D. João VI hospedou-se na cidade, mais especificamente no atual bairro de São Domingos. Em 1819, Banda d’Além passou a ser chamada de Vila Real da Praia Grande.

Nesse mesmo ano, José Clemente assume o cargo de juiz de fora<sup>12</sup> e implementa o primeiro plano urbano da cidade, Plano de Edificação da Vila Real da Praia Grande, de autoria do francês Arnaud Julien Pallière que consistia no embelezamento de São Domingos, que já era edificado, e na criação de novas ruas no bairro do Centro, dividindo-o conforme um tabuleiro de xadrez (AZEVEDO, 1997). Para além do desenho da malha urbana, o plano também previa a construção de praças e passeios públicos, seguindo o paisagismo europeu da época, entre outros elementos.

Em 1835, a Vila Real da Praia Grande foi elevada a cidade, nomeada Nichtheroy – nome tupi, retomando seu passado indígena, segundo Bastos – e foi eleita capital da província recebendo, dessa forma, mais atenção e um novo plano urbanístico em 1841, do também francês Pedro Taulois, dessa vez em Icaraí. O plano foi semelhante ao modelo realizado no Centro, com criação de novas ruas paralelas e perpendiculares a rua da Praia (Figura 1). Além disso, previa também mais algumas modificações no bairro do Centro e outras no bairro do Ingá, com abertura de ruas que conectavam os

---

<sup>12</sup> Juiz de fora era um cargo público nomeado pelo Rei de Portugal, que fosse isento e imparcial – por isso, de fora da localidade – para atuar em conselhos, câmaras municipais etc.

dois bairros. A maioria das ruas pensadas só foram inauguradas em 1854, porém o plano foi respeitado em sua totalidade. Sobre esse período, Azevedo diz:

Niterói, possivelmente, não representa o único exemplo brasileiro de projeto internacional de uma nova ocupação urbana nessa primeira metade do século XIX, mas é certamente o exemplo mais acabado de intervenção planejada, originada de uma decisão governamental. A ocupação de duas grandes glebas, que vieram a se consolidar como os dois mais importantes bairros da cidade: Centro e Icaraí, constitui uma ação de vontade administrativa pouco habitual nessa época. Tal escala de ocupação territorial só se repete na cidade cem anos depois com os grandes loteamentos da iniciativa privada, sem o cuidado de definição de áreas públicas de uso comum, presente nos dois planos implementados. (AZEVEDO, *op. cit.*, p. 35-36)

Concomitantemente, aproveitando-se da visita de D. Pedro II em 1841, a cidade ganha o título de cidade imperial. Inicia-se, então, um maior investimento nas áreas sociais e de infraestrutura. Realizando aqui um salto temporal, em 1893, explode a Revolta da Armada<sup>13</sup>, da qual Niterói foi palco. Nesse período, o título de capital da província passou a Petrópolis, voltando para Niterói apenas em 1903. Nesse momento, segundo Azevedo, passa-se a ter uma fase “de urbanização e de edificação de prédios públicos que representam até hoje o acervo arquitetônico mais representativo da cidade” (AZEVEDO, *op. cit.*, p. 41) juntamente com a entrada de relevantes atores econômicos (com a instalação de bancos, por exemplo) e lugares de lazer (cinemas, cassino, clubes etc.).

Mas também, como diz Bastos, nesse início do século XX:

influenciado pelo movimento romântico nacionalista indianista e junto a uma nova conjuntura social, que se fortalecia com a institucionalização da República e que vinha transformando Niterói em um centro urbano desenvolvido e de referência cultural aos olhos dos povos “civilizados”, surge um movimento de resgate à memória indígena através do mito de Araribóia. Mito este, que o instituiu como “imortal fundador”, como aquele que teria sido o legítimo fundador da cidade de Niterói, participante da fundação da cidade do Rio de Janeiro e representante da identidade brasileira. Visou-se exaltar a importância da capital regional através do protagonismo fundador de um personagem em comum à capital federal, tentando torná-lo representante de uma identidade não apenas local, mas também regional e nacional. (BASTOS, *op. cit.*, p. 52-53)

Em 1909, foi criada a Comissão Glorificadora a Araribóia que visava o resgate da memória de Araribóia. O movimento era não-governamental e contava com apoio da sociedade civil, da mídia – que inicialmente criticou o movimento, como descreve Bastos – e de alguns vereadores. A despeito do desinteresse do prefeito da época,

---

<sup>13</sup> A Revolta da Armada foi uma rebelião liderada pela marinha contra o governo do então presidente Floriano Peixoto.

Pereira Ferraz, a Comissão, com ajuda do jornal *O Fluminense* e de projetos dos vereadores que apoiavam, manteve-se funcionando e estimulando a população. Teve sua maior expressão nos anos de 1912 e 1914, pelas comemorações de aniversário da cidade, com missas na Igreja de São Lourenço e festejos com participação da população. A Comissão Glorificadora, entretanto, foi perdendo força e acabou sendo dissolvida em 1915.

Esse momento, nas primeiras décadas do século XX, marca uma tensão. Ao mesmo tempo que se tem uma busca pela retomada da memória da cidade, através da Comissão Organizadora, moradores locais etc., tem-se também, através da Prefeitura, programas governamentais que preocupavam-se em suprir “carências provocadas pela passagem de uma estrutura semi-rural em urbana” (AZEVEDO, op. cit., p. 43) de acordo com as regras do modelo urbano atual da época. Dentre as medidas, foram tomadas ações higienistas com foco em moradias – as quais nos remetem as reformas de Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906 – e obras de infraestrutura, como as barcas com a Cia. Cantareira. Nessa época, destacam-se duas grandes intervenções urbanísticas: a construção do Porto e a Praça da República, ambas com a finalidade de dar a importância compatível com a de capital do Estado à Niterói (Figuras 2, 3 e 4).

Foi preciso, para construção do Porto, aterrar uma parte da baía de Guanabara. Para isso, foram necessários desmontes de morros, localizados principalmente no Centro – e que, posteriormente, abririam espaço para a construção da Praça da República, por exemplo – e o local aterrado foi objeto do projeto de Felipe dos Santos Reis, criando uma grande avenida (Avenida Feliciano Sodré), em desenho semi-circular das quais saíam e entravam outras ruas. Os argumentos para justificar a vantagem que seria ter um Porto eram muitos: “terrenos ganhos ao mar, maior circulação de mercadorias e desafogamento do porto do Rio de Janeiro” (FREITAS, 2014, p. 15) e, também, argumentos higienistas como “aterrar o manguezal da enseada de São Lourenço e remover casebres” (AZEVEDO, op. cit., p. 46).

Após o desmonte do morro no Centro para construção do Porto, a área precisava passar por uma reurbanização. Por esse motivo, dois arquitetos, moradores da cidade, foram chamados para elaboração de um projeto: o francês Emílio Dupuy Tessain e Pedro Campofiorito, formado em Milão. Havia uma necessidade de um espaço para as

instituições administrativas da cidade, como os poderes Legislativo e Judiciário, alojados de forma passageira em outros prédios da cidade. Dessa forma, o projeto visou a criação da Praça da República, com os edifícios da Assembléia Legislativa, Palácio da Justiça, Secretaria de Segurança e Escola Normal ao redor – tendo sido concluídos, em sua maioria, em 1919 – que receberam os poderes Legislativo e Judiciário. A Praça, com características arquitetônicas da Itália e da França, ficou reconhecida como símbolo do poder da cidade.

O *Avant Projet D’Amenagement et D’Extension de La Ville de Niterói* foi outro momento relevante no urbanismo da cidade. Tese de doutorado de Atílio Corrêa Lima no Instituto Urbano de Paris, em 1930, o projeto olhava para Niterói a partir dos ideais urbanistas em voga na Europa na época. Em um primeiro momento, o autor fez uma descrição geográfica da cidade. Depois, fez propostas, como uma ligação entre Niterói e Rio de Janeiro (pergunta-se “Túnel ou ponte?”), novos aterros, praças, soluções para acesso de áreas mais isoladas da cidade e soluções de habitações informais. O projeto, considerado “utópico”, não teve uma viabilidade prática. Segundo Azevedo “Os princípios urbanos preconizados na época dificilmente poderiam se adaptar ao traçado urbano existente na cidade.” (Op. cit., p. 50). Entretanto, algumas obras que ocorreram nos anos seguintes podem ter sido influenciadas pelo projeto, como a criação da Avenida Amaral Peixoto, a Ponte Rio-Niterói e os aterros realizados entre 1955-1970.

Em 1965, houve mais um momento “contraditório”. Ao mesmo tempo em que os aterros estavam ocorrendo e havia um processo de modernização do município, o governador à época, Paulo Torres, retomou a imagem do cacique Araribóia, propondo a renovação urbana da Praça Araribóia e a colocação da estátua de Araribóia, obra de Dante Croce (Figura 5). Segundo Bastos:

Percebe-se então, que este movimento não serviu apenas para resgatar a memória do mito fundador e alavancar a autoestima niteroiense, iria além, buscava através de motivações políticas, promover uma identidade entre Sociedade e Estado, visando uni-los simbolicamente em torno de um vínculo afetivo, que ligasse o passado, o presente e o futuro da cidade. Este vínculo seria Araribóia, representante simbólico da efetiva atuação de um processo civilizatório aos olhos do ocidente colonizador. (BASTOS, *op. cit.*, p. 58)



**Figura 1: Planta de Niterói em 1844.**

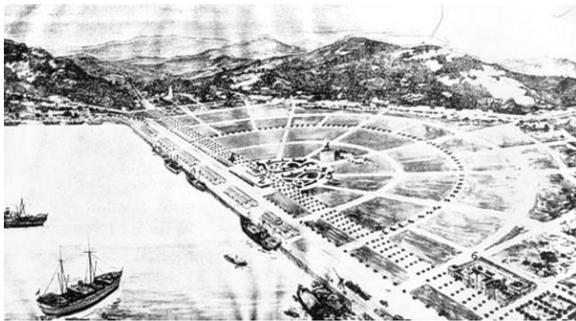
Fonte: <http://culturanniteroi.com.br/blog/?id=1851>



**Figura 2: Planta de área urbanizada.**

Fonte:

<https://arquiteturaseurbanidades.wordpress.com/tag/urbanismo/>



**Figura 3: Porto de Niterói, São Lourenço.**

Fonte: [http://www.niteroitv.com.br/guia/niteroi\\_historia.asp](http://www.niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp)



**Figura 4: Vista aérea da Praça da República.**

Fonte: <http://aloriodejaneiro.com/2015/01/08/praca-da-republica-niteroi/>



**Figura 5: Estátua de Araribóia na Praça Araribóia.**

Fonte: Foto da autora.

O Aterro da Praia Grande também foi feito sob influência do projeto de Atílio Corrêa Lima, pode-se dizer. O projeto, que compreendia o aterro das áreas da Ponta da Armação até o Forte do Gragoatá, passou por muitos contratemplos, resultando em constantes adiamentos do contrato entre a Prefeitura e a concessionária Cia. Melhoramentos de Niterói. O último foi firmado em 1955 com prazo para finalização em 1970. Entretanto, os aterros foram feitos de forma descuidada e foram mal-acabados, levando a Prefeitura a buscar o término do contrato, enquanto a concessionária buscava a renovação.

Em 1977, portanto, houve uma intervenção do governo estadual que declarou toda a área do aterrado *non aedificandi* por decreto. Em seguida, a área do aterrado caiu no abandono, transformado em um grande matagal, onde despejavam lixos, detritos, entre outras coisas. A população da cidade, principalmente os moradores do Centro, passaram a desprezar aquele espaço, vendo-o acabar, aos poucos, com a imagem do bairro. A construção da Ponte Rio-Niterói, em 1974, ainda degradou as áreas da cidade em que foram colocadas suas cabeceiras e não as recuperou.

Esse momento ainda é agravado, em 1975, quando houve a união dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e Niterói deixa de ser capital, substituída pela cidade do Rio de Janeiro, compondo agora a região metropolitana do Estado. Consequentemente, a municipalidade deixa de ser o foco dos incentivos e investimentos financeiros governamentais. Muitos projetos são abandonados; a cidade sofre um esvaziamento populacional e financeiro. O bairro mais atingido por esse esvaziamento, o Centro, ainda teve de lidar com a deformidade do aterro. Niterói passou a ser vista como “cidade-dormitório” e “quintal do Rio de Janeiro”.

Moreira Franco (1977-1982), então prefeito de Niterói, implantou o Plano CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada). Este foi executado de forma incompleta. A principal contribuição para a cidade foi a construção do Terminal Rodoviário Juscelino Kubitschek de Oliveira e Agenor Barcelos Feio (Rodoviária) que implicou na “supressão, configuração e implantação de novas vias públicas.” (PORTO JÚNIOR, 2006, p. 20). Aos poucos e com muitos embates judiciais, partes do aterrado foram sendo ocupados. Em 1984, uma parte do terreno passou para o Governo Federal para construção de um *campus* da Universidade Federal Fluminense. A parte conhecida como Aterrado Norte recebeu a Vila Olímpica e o Parque Central da Cidade, entretanto,

como diz Porto Júnior, os investimentos feitos ali já haviam esgotado, deixando uma fachada degradada, contribuindo para o aspecto “abandonado” do bairro do Centro.

Com a entrada de Jorge Roberto Silveira<sup>14</sup> (PDT, 1989-1992) e do grupo de arquitetos comandados pelo então secretário de urbanismo João Sampaio e Sérgio Ferraz Magalhães, também arquiteto, em 1990 foi lançado o “Projeto de Revitalização do Centro de Niterói”. Entre permutas entre município e proprietários dos lotes do aterro, a administração conseguiu o terreno onde foi construído o Terminal Rodoviário de Niterói ou o Terminal Rodoviário João Goulart. Outras obras também ocorreram, como a duplicação da Avenida Rio Branco, que passou a ser separada por um canteiro. No Aterro Sul foi construída a Concha Acústica. Porém, o Aterro Norte ainda constituía um problema e a municipalidade não tinha projetos para preencher aquele vazio urbano. Segundo Luz (2008, p. 185), em 1992, no novo Plano Diretor de Niterói, foi criada a Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU do Aterro da Praia Grande Norte.

Apesar do desenvolvimento do plano, esse mandato de Jorge Roberto Silveira ficou marcado pela concepção do Museu de Arte Contemporânea – MAC de Niterói, obra do famoso arquiteto Oscar Niemeyer. O projeto foi desenvolvido para o mirante do bairro da Boa Viagem (Figura 6) com o objetivo de “devolver a auto-estima” que a cidade perdeu ao não ter mais o status de capital. Importante lembrar que, desde a década de 80, como ressalta Luz, estava começando um modelo de gestão pública que enxerga as cidades como mercadorias a serem vendidas e embeleza suas imagens para atração turística. O fenômeno, denominado marketing urbano ou *city-marketing*, será melhor desenvolvido no próximo capítulo.

Luz analisa uma série de reportagens de jornais que saíram no momento em que a ideia do MAC foi anunciada, em 1991, até depois de sua construção. Em um primeiro momento, surgiram questionamentos sobre o dinheiro público que seria gasto para a obra. O Tribunal de Contas da União e a mídia ficaram em cima da Prefeitura para avaliação das condições da construção, entretanto Jorge Roberto Silveira estava disposto a atravessar quaisquer problemas para implementar o projeto. Foi visto como “visionário em uma cidade pequena e provinciana que vive às margens da metrópole

---

<sup>14</sup> Jorge Roberto Silveira foi Prefeito de Niterói de 1989 a 1992, depois em 1997 a 2002 – tendo saído no meio deste mandato para concorrer a governador – e, de novo, em 2009 a 2012.

vizinha” (LUZ, op. cit., p. 99) e declarou “Para nós esse projeto não tem preço. Custe o que custar, o museu será construído!” ao caderno Niterói do jornal *O Globo* em 09 de junho de 1991.

Apresentado na mesma matéria como “Um museu pela emancipação cultural” e em outra reportagem como “renascimento cultural”, depoimento de Ítalo Campofiorito, secretário de Cultura à época, o MAC passa a ser visto como algo positivo. Representava, pois, uma modernização, deixando para trás os adjetivos pejorativos de “cidade-dormitório” e “quintal do Rio de Janeiro”. Niterói passaria a ter sua própria vida cultural e atração turística sem depender ou “emancipando-se” do Rio de Janeiro.

Os anos que se seguiram, durante o levantamento do museu, foram marcados por posições “divididas” sobre esse. Diversos argumentos eram noticiados pela imprensa: o museu, construído no mirante, acabaria com a vida social que havia lá (conhecido como “namoródromo”, com quiosques que vendiam comidas e bebidas baratas); a construção do museu prejudicaria o bairro da Boa Viagem, ou a visão da Igreja da Boa Viagem, escondendo-a; seria perigoso construir no mirante, pois o terreno poderia ceder; o MAC substituiria a Pedra do Itapuca como símbolo da cidade... entre outros. A todos esses discursos, a Prefeitura apresentou documentos e notas nos jornais para “acalmar” a população.

As datas para inauguração foram prorrogadas diversas vezes, por falta de recursos. Durante algum tempo, as obras ficaram paradas e os moradores começaram a questionar, inclusive chamando de “elefante branco”. Só em 1996, no governo de João Sampaio, sucessor de Jorge Roberto Silveira, o MAC foi inaugurado (Figura 7). Em 1997, quando Jorge Roberto Silveira voltou à Prefeitura, anunciou que o MAC seria, então, símbolo da cidade. Sobre esse momento, Bastos diz:

Diante deste cenário de “modernidade e cultura” que a cidade de Niterói fez refletir através do conjunto de obras de Niemeyer, fez também transparecer, supostamente, que o orgulho e a autoestima niteroiense foram finalmente recuperados a partir destas instalações. A estratégia adotada pelo programa de governo de Jorge Roberto da Silveira, iniciado em 1989, deixou no esquecimento símbolos que faziam referência ao passado histórico da cidade, como o mítico fundador Araribóia, e até mesmo aqueles que a ele estivessem vinculados, como a Pedra do Índio, para trazer a cidade um novo símbolo que representasse o progresso e a evolução urbana, isto é, que demonstrasse que o “processo civilizatório” avançara também por Niterói. (Op. cit., p. 65-66)

Rapidamente, o museu torna-se um sucesso. Tanto na perspectiva de “melhorar a auto-estima da cidade” quanto de ter uma vida cultural independente da cidade do Rio

de Janeiro. Para além disso, passa para o Brasil como um todo, a imagem de uma cidade moderna, voltada para o futuro. No primeiro mês, o MAC recebeu mais de 50 mil visitantes, dentre eles, muitos cariocas. É no mínimo curioso, entretanto, como atualmente, a imagem do MAC é muito atribuída ao cenário da cidade do Rio de Janeiro em propagandas, por exemplo. Naquela época mesmo, Luz já levantava essa questão sobre uma matéria que colocava o MAC como “opção de lazer grátis no Rio, ignorando que o museu pertence a outro município” (Op. cit., p. 119).

Diante do êxito do MAC, Selmo Treiger<sup>15</sup> declara:

Niterói se ressentiu por muito tempo da perda da condição de capital de Estado. Jorge Roberto Silveira percebeu que a auto-estima da população estava baixa e bolou um museu. O MAC hoje não é apenas de Niterói. É também do mundo. Transformou-se num símbolo do resgate da auto-estima. Mas como dar continuidade e lapidar esse processo de construção de auto-estima? Foi aí que surgiu a idéia do Caminho. Como um exercício de resgate da revitalização, com um centro degradado e um comércio decadente. Olhamos para o MAC e raciocinamos: vamos estender, vamos continuar” (TREIGER *apud* SANCHEZ; BIENESTEIN, 2003, p. 4)

Assim, a Prefeitura firmou uma nova parceria com Oscar Niemeyer. Dessa vez, a ideia era mais ousada: a elaboração de um caminho pela orla de Niterói contendo diversas obras do renomado arquiteto.



**Figura 6: Mirante da Boa Viagem em 1960.**

Fonte:

[http://www.fotolog.com/niteroiantigo/6265220/#profile\\_start](http://www.fotolog.com/niteroiantigo/6265220/#profile_start)



**Figura 7: Museu de Arte Contemporânea – MAC.**

Fonte: <http://www.meurj.com/mac/>

---

<sup>15</sup> O empresário Selmo Treiger foi Diretor do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer durante o mandato de Jorge Roberto Silveira. O Grupo foi criado em 2001 para supervisão e administração das obras do Caminho Niemeyer.

### 1.2.2 O Caminho Niemeyer

Em 1996, ainda no governo de João Sampaio, foi lançado o projeto Niterói 2001 que faria parte do Plano de Revitalização do Centro. Luz descreve:

O projeto Niterói 2001, mais uma solução consorciada público-privada, foi elaborado na gestão do prefeito João Sampaio e previa a criação, em um terreno de 50 mil metros quadrados junto ao mar, de grandes áreas destinadas ao lazer, definindo um gabarito diferenciado onde se destacavam duas grandes torres e incluía a implantação de um complexo: edifícios de uso misto e residencial, serviços, comércio, um hotel, um centro de convenções, uma marina e um novo terminal hidroviário. (Op. cit., p. 185-186)

Devido ao sucesso do MAC e à ótima localização onde o empreendimento seria desenvolvido, a mídia “abraçou” o projeto, elogiando-o pois seria elaborado antes de o Rio de Janeiro fazer a revitalização de seu centro histórico e zona portuária, trazendo, inclusive, o exemplo do projeto que revitalizou a zona portuária de Buenos Aires, o Puerto Madero. O lançamento do projeto passou a atrair olhares da iniciativa privada, um dos fatores que teria impulsionado a construção do *shopping center* Bay Market, bem ao lado do Terminal Rodoviário, em 1997.

No mesmo ano, já no segundo mandato de Jorge Roberto Silveira, foi anunciado a proposta do Caminho Niemeyer que estaria localizado entre a Praça Araribóia e o MAC, contendo uma série de edifícios desenhados por Oscar Niemeyer, e dentro do Plano de Revitalização do Centro. Dessa forma, o Executivo encaminha à câmara o projeto de lei que criaria o Caminho Niemeyer e o vereador Petersen (PT) questiona a legalidade do projeto, principalmente por falta de detalhamento, visto que não foi apresentado nem um orçamento. Um acordo firmado entre o presidente da câmara e o vereador permite a tramitação e transforma o Caminho Niemeyer em Área de Especial Interesse Urbanístico.

A oposição indagou o projeto, especialmente porque excluía a participação social do processo e feria a Lei Orgânica do Município. Logo em seguida foi promulgada a lei que tornava Área de Especial Interesse Urbanístico o Aterro Praia Grande Norte e criava a conjuntura para a implantação no Niterói 2001. Entretanto, como veremos em diversas ocasiões daqui por diante, o projeto não despertou o interesse da iniciativa privada e acabou sendo descartado.

A construção do Caminho Niemeyer na área supracitada dependia de doação de terrenos federais à municipalidade, da Universidade Federal Fluminense. Entretanto, a

Universidade não aprovou a doação dos terrenos e o projeto teve de ser repensado, sendo deslocado, então, para o Aterrado Norte. Desse modo, a lei que criou o Caminho Niemeyer teve de ser alterada. Em 2000, o projeto de alteração da lei foi mais uma vez questionado pelos mesmos motivos anteriores e a Câmara toma isso “como um ato de arrogância do prefeito, um desrespeito ao Regimento Interno” (LUZ, op. cit., p. 189). Na sequência, Luz descreve que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dá parecer positivo, dando legitimidade aos itens que foram questionados e exalta o prefeito pelo seu amor a cidade e o Caminho Niemeyer.

Entra, então, o parecer da Comissão de Urbanismo e Proteção ao Meio Ambiente, que lamenta o pouco tempo que teve para avaliar o projeto de forma íntegra e a ausência de discussão com a sociedade civil, como sugere a Agenda 21<sup>16</sup>. Em seguida, eles aprovam o projeto pela inegável importância que o ele traria. Por outro lado, a Comissão sugere que se acrescente à redação de determinados artigos a frase “observado o disposto da Lei Orgânica do Município”. A sugestão não foi acolhida pela Comissão de Redação Final e o projeto foi aprovado.

No início de 1999, o Caminho Niemeyer passou a enfrentar mais uma oposição. Por ter sido transposto para o Aterrado Norte, conseqüentemente, acabaria com a Vila Olímpica. Suas instalações eram precárias – pois havia sido construída rapidamente para solucionar aquela “região problema – e já estavam degradadas. Mas apesar de um estudo dos residentes de que 2000 atletas utilizavam aquela vila, o movimento não teve muito apoio. Luz relata uma característica problemática da vila olímpica que tornou-se posteriormente característica problemática do Caminho Niemeyer:

Não deve ser desprezado o fato dessa vila” de estar localizada em uma área distante do centro urbano e fora do alcance dos olhos da população, sem nenhum valor afetivo ou prático para o niteroiense. (LUZ, op. cit., p. 212)

No mesmo ano, foi realizado um evento que lançaria a pedra fundamental do Caminho Niemeyer – meses antes da aprovação da lei que permitiria a extensão da AEIU até a Ponta D’Areia. Pelo exposto, vimos que Jorge Roberto Silveira passa por cima da sociedade civil, da câmara dos vereadores e da Lei Orgânica do Município para aprovação do Caminho Niemeyer. Não seria surpresa que escolhesse Selmo Treiger, empresário e engenheiro para a presidência do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer,

---

<sup>16</sup> A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência ECO-92 que reuniu meios sobre como governos, empresas e organizações não-governamentais poderiam incorporar princípios da sustentabilidade às políticas públicas, planejamentos e projetos.

fazendo deste um braço empresarial da Prefeitura, reforçando os laços das parcerias público-privadas. Treiger vê como entrave a participação social: “a discussão não deve interromper a *velocidade* da realização (...) a cidade precisa *crescer* e acontecer, está errado discutir politicamente os projetos.” (TREIGER apud SANCHEZ; BIENESTEIN, op. cit., p. 8) (grifos meus). Através dessa declaração, fica clara a intenção do poder público com a construção do Caminho Niemeyer, seguindo uma tendência global de realização de planos urbanísticos, que veremos melhor no segundo capítulo deste trabalho.

Naquele momento, o projeto do Caminho Niemeyer – apenas para o trecho do Aterrado Norte – contava com os prédios da catedral católica, igreja adventista, Memorial Roberto Silveira, Fundação Oscar Niemeyer, capela flutuante, Teatro Popular e cinco torres de 20 andares de uso misto. Entretanto, os empresários não demonstraram interesse no projeto, alegando que “Niterói não estava crescendo para aquele lado”, ou que “não havia demanda para absorver todas aquelas torres” ou ainda que “aquele local atrairia mais população de baixa renda”.

Soma-se a isso o fato de que por questões políticas entre o governo do estado – que a princípio havia firmado uma parceria com a prefeitura de Niterói e investido uma parte do dinheiro para início da construção – e a prefeitura de Niterói, mais um impecílio foi colocado. A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Feema faria um estudo de impacto e, para resolver o problema, a Prefeitura apresentou um novo projeto retirando as cinco torres. A licença para construção saiu, então, no final de 2001.

Com a saída de Jorge Roberto Silveira em 2002 para concorrer ao governo do estado, entra seu vice Godofredo Pinto (PT). O acordo entre os dois partidos previa que fosse dada continuação ao Caminho Niemeyer. Como Luz descreve, essa não foi a principal ação do governo de Godofredo, que fortaleceu a Secretaria Municipal de Cultura, inclusive, vinculando o Caminho Niemeyer à Secretaria, por exemplo. Mas as obras foram iniciadas e, algumas delas finalizadas com investimentos privados, nesse governo de Godofredo. Com o tempo, outros prédios foram incorporados para que também fizessem parte do Caminho, mas fora do espaço do Aterrado Norte.

É importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que o Caminho Niemeyer está tomando forma, representando mais um símbolo de modernidade, construindo mais um

objeto espetacular entrando para o século XXI, há novamente uma retomada da figura de Araribóia em eventos da cidade buscando valorizar a memória, como diz Bastos:

Os festivais Araribóia Cine e Arariboia Rock, realizados na cidade de Niterói desde os primeiros anos do século XXI, se mostram potencialmente representantes de um processo que proporciona, de certa forma, o resgate da memória indígena na cidade. Através do uso do nome e de imagens figurativas do fundador, inspiradas em sua estátua e busto, estes festivais trazem à contemporaneidade niteroiense referências capazes de ativar memórias esquecidas, construir e reconstruir novas narrativas, e gerar processos de identificação e reconhecimento, com a veiculação e a reprodução de representações refiguradas de Araribóia. (Op. cit., p. 126)

Em 2005, Niterói entra para o Roteiro Niemeyer como a cidade que possui mais obras do arquiteto depois de Brasília. Esse fato foi importante para atrair os investimentos do Ministério do Turismo para conclusão das obras, assim como uma renovação com a Petrobras.

Além da saída das cinco torres do projeto, algumas obras não foram iniciadas até hoje. Não há um documento que oficialize a saída da capela flutuante do projeto, mas essa não teve sua obra iniciada nem tem previsão. A Catedral e a Igreja Adventista seriam feitas com orçamento próprio da Arquidiocese de Niterói e da Igreja Adventista de Niterói, respectivamente. Porém, somente em 2013 que ambas as instituições cercaram os terrenos – que foram cedidos pela prefeitura – onde serão construídas (Figura 8). Há uma grande polêmica sobre a construção das Igrejas. Representantes de outras religiões, como a Umbanda e o Candomblé, sentem-se desprestigiados por não terem recebido um espaço para suas manifestações religiosas. Ferreira questiona:

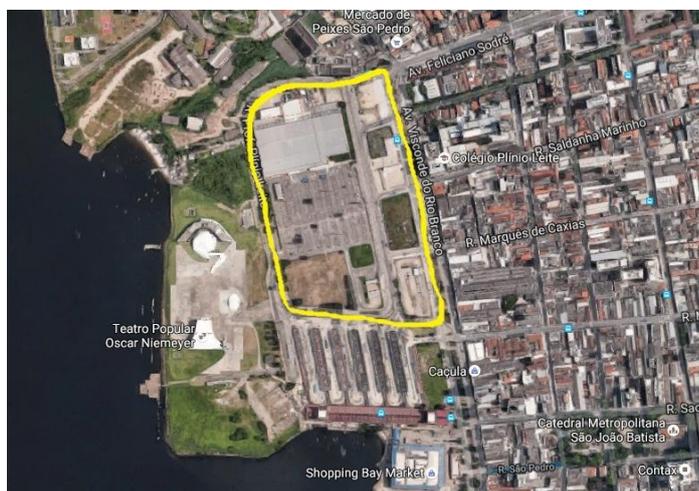
Por quê [sic] igrejas? Já existem milhares de igrejas na cidade, será que havia a necessidade de mais duas, erguidas sob solo público como “monumentos”? Além disso, qual o critério utilizado para escolherem-se estas duas? Por quê [sic] contemplar os católicos e os batistas e não os fiéis das outras religiões? Não há em Niterói outras religiões? Ou a cidade e o “Caminho Niemeyer” realmente não são para todos? Se outras religiões reclamarem seu espaço, também ganharão terrenos para erguerem seus templos, centros ou igrejas? A destinação destas áreas para algum templo religioso, apenas poderia se justificar se tivesse caráter ecumênico. (FERREIRA apud PORTO JÚNIOR, op. cit., p. 75)



**Figura 8: Demarcação para início das obras da Catedral Católica.**

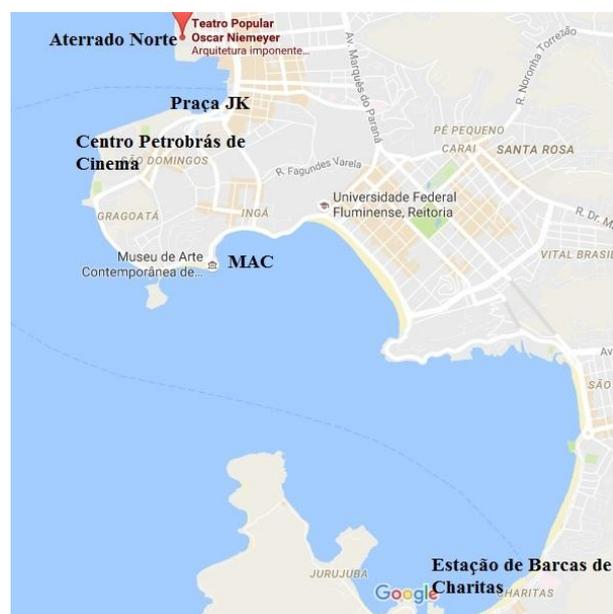
Fonte: Foto da autora.

O Caminho Niemeyer hoje conta, então, com as obras do Aterrado Norte, atrás do Terminal Rodoviário – Fundação Oscar Niemeyer, Memorial Roberto Silveira, Teatro Popular e Centro de Atendimento ao Turista –, Praça Juscelino Kubitschek, Centro Petrobrás de Cinema, MAC e Estação de Barcas de Charitas<sup>17</sup>. Pela distância das obras que acabaram ficando separadas, Sanchez e Bienenstein (2003) defendem que esse grande projeto de desenvolvimento urbano (GPDU) é, na verdade, um descontinuado e não representa um caminho (Figuras 9, 10 e 11).



**Figura 9: Mapa do Centro de Niterói. Área demarcada corresponde aos terrenos de estacionamento e vazios urbanos entre o complexo do Caminho Niemeyer e a Avenida Visconde de Rio Branco.**

Fonte: Google Maps.



**Figura 10: Mapa da orla de Niterói (Centro à Charitas) e a localização dos prédios que compõem o Caminho Niemeyer. Fonte: Google Maps.**

<sup>17</sup> Curiosamente, em 2011, foi construído em Madrid o Centro Niemeyer que, fisicamente, parece muito com o projeto original do Caminho Niemeyer em Niterói.



**Figura 11: Visão aérea do Caminho Niemeyer no Aterro Norte (da esquerda para direita: Fundação Oscar Niemeyer, Memorial Roberto Silveira e Teatro Popular Oscar Niemeyer).**  
 Fonte: <http://limiaretransformacao.blogspot.com.br/2012/12/caminho-niemeyer-de-niteroi-uma.html>

**Tabela 1 – Equipamentos, investidores, administração e datas de inauguração dos edifícios do Caminho Niemeyer**

<b>Equipamento</b>	<b>Investidores</b>	<b>Inauguração</b>	<b>Reinauguração</b>	<b>Administração</b>
Fundação Oscar Niemeyer (Figura 12)	Barcas S.A. e recursos do Ministério do Turismo	-	-	Grupo Executivo do Caminho Niemeyer
Memorial Roberto Silveira (Figura 13)	Universidade Salgado de Oliveira - Universo	2003	2013	Fundação Municipal de Educação
Teatro Popular Oscar Niemeyer (Figura 14)	Recursos do Governo do Estado e Governo Federal	2007	2013	Fundação de Arte de Niterói, Ampla
Praça Juscelino Kubitschek (Figura 15)	NitPark	2003	*	Grupo Executivo do Caminho Niemeyer
Centro Petrobrás de Cinema (Figuras 16 e 17)	Petrobras Distribuidora (BR), Grupo Reserva Cultural	2011	2016	Grupo Reserva Cultural

17)				
Estação das Barcas em Charitas (Figura 18)	Barcas S.A.	2004	*	Barcas S.A. (atual CCR Barcas)
* Em funcionamento desde a inauguração				

Fonte: Elaborado pela autora



**Figura 12: Fundação Oscar Niemeyer.**  
Fonte: Foto da autora



**Figura 13: Memorial Roberto Silveira.**  
Fonte: Foto da autora



**Figura 14: Teatro Popular Oscar Niemeyer.**  
Fonte: Foto da autora



**Figura 15: Praça JK.**  
Fonte: <http://turismo.culturamix.com/nacionais/sudeste/a-praca-jk-em-niteroi>



**Figura 16: Centro Petrobrás de Cinema antes do Reserva Cultural.**

Fonte: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/centro-de-cinema-petrobras>



**Figura 17: Entrada do Reserva Cultural Niterói.**

Fonte: <http://www.reservacultural.com.br/niteroi/index.php/nossa-missao/>



**Figura 18: Estação de Barcas de Charitas.**

Fonte: <http://www.deputadopauloramos.com.br/?p=5814>

A Praça JK foi uma das primeiras obras a ser inaugurada pelo menor custo e por ser mais “simples”. Com um estacionamento subterrâneo, a praça possui bancos e uma vista para a baía de Guanabara, de onde dá para ver os prédios que ficam no Aterrado Norte também. Infelizmente, é um local que moradores de Niterói evitam, pois ficou conhecida pela grande quantidade de assaltos. Há também pessoas em situação de rua que vivem lá mesmo que, de vez em quando, fique um carro da polícia civil lá. Por ser uma obra do arquiteto que é visível para quem passa pelo Centro – ao contrário das obras atrás do Terminal Rodoviário – Luz diz:

A Praça JK cumpre um importante papel no projeto de Niemeyer ao prover a metáfora do Caminho de elementos visuais que a tornam verossímil para a população. Há quem afirme que mora em frente ao Caminho Niemeyer, já que seu edifício está localizado do outro lado da via, ou seja, na calçada oposta à da praça. (LUZ, *op. cit.*, p. 223)

A Estação de Barcas de Charitas, mais uma obra de Oscar Niemeyer não está oficialmente dentro da AEIU, porém é considerada parte do Caminho Niemeyer por ter sido pensada dentro do mesmo “pacote”. O antigo Centro Petrobrás de Cinema, atual Reserva Cultural, teve suas obras finalizadas em 2011. Foram realizados alguns eventos

esporádicos lá, entretanto, por falta de condições básicas para o funcionamento (instalações hidráulica e elétrica, por exemplo) o edifício ficou alguns sem funcionar, a não ser por eventos esporádicos. Em 2014 foi assinada uma concessão ao grupo Reserva Cultural que está fazendo a administração do lugar. O Centro conta com cinco salas de cinema e lojas ligadas a cultura. A inauguração foi em agosto de 2016.

Finalmente, chegamos ao foco da pesquisa desse trabalho: a parte do Caminho Niemeyer – que algumas mídias chamam de “Praça Popular” e alguns usuários chamam de “píer”<sup>18</sup> – que fica no Aterrado Norte, localizado atrás do Terminal Rodoviário e, de certa forma, invisível para quem está no Centro e visível para quem vem da baía de Guanabara, das barcas, por exemplo. A Fundação Oscar Niemeyer, desde sua construção, não foi aberta ao público. Atualmente, no prédio espelhado funcionam o Grupo Executivo do Caminho Niemeyer e alguns órgãos da prefeitura como a Secretaria de Urbanismo. A parte da frente, que tem a rampa, não está funcionando ainda. Em 2012, foi anunciado que lá não será mais sede da Fundação Oscar Niemeyer e pretende-se fazer um centro de convenções.

O Memorial Roberto Silveira está pronto desde 2003. Mas, por problemas entre a Universo e a Prefeitura, ficou muitos anos fechado, tendo sido reinaugurado em 2013, quando Rodrigo Neves (eleito pelo PT, está desde o início de 2016 no PV) assumiu a prefeitura de Niterói. O Memorial foi entregue a Fundação Municipal de Educação que tem realizado oficinas, seminários e encontros lá. O Teatro Popular passou a ser chamado de Teatro Popular Oscar Niemeyer. Ficou também muitos anos fechado desde sua inauguração em 2007, recebendo alguns – poucos – eventos. Como o Memorial, foi reinaugurado em 2013, com programação frequente e financiamento da Ampla que seria, a princípio uma patrocinadora até o Teatro ser auto-sustentável. Como seu nome já revela, foi pensado para apresentar programações a preços populares. Mas, para tornar o teatro de 300 lugares auto-sustentável, isso acabou transformando-se em um problema.

Durante a pesquisa desenvolvida para o trabalho de conclusão de curso em 2013, pude perceber que o Caminho Niemeyer tinha pouca visitação – exceto em dias de grandes shows. Alguns moradores do Centro que foram entrevistados – fora do

---

<sup>18</sup> De fato, tem um alongamento para o mar no Caminho Niemeyer que parece um píer. Mas alguns jovens, principalmente os estudantes, referem-se ao espaço todo do Caminho Niemeyer quando mencionam “píer”.

Caminho Niemeyer, na Avenida Rio Branco, principal Avenida do bairro – não frequentavam, por vezes nem sabiam o que era, ou achavam que eu estava me referindo à Praça JK. As poucas pessoas com quem conversei dentro do Caminho eram turistas, quando não eram os próprios funcionários. Acredito que a causa disso tenha sido a exclusão da participação social desde o início do processo, a hipervalorização dada à atração turística com objetivo de vender a imagem de uma Niterói moderna e o fato de o complexo ter difícil visibilidade da Avenida Visconde do Rio Branco, principal Avenida do Centro, pelo grande vazio urbano que há entre os espaços (Figuras 19, 20, 21 e 22).



**Figura 19: Vista das Barcas.**

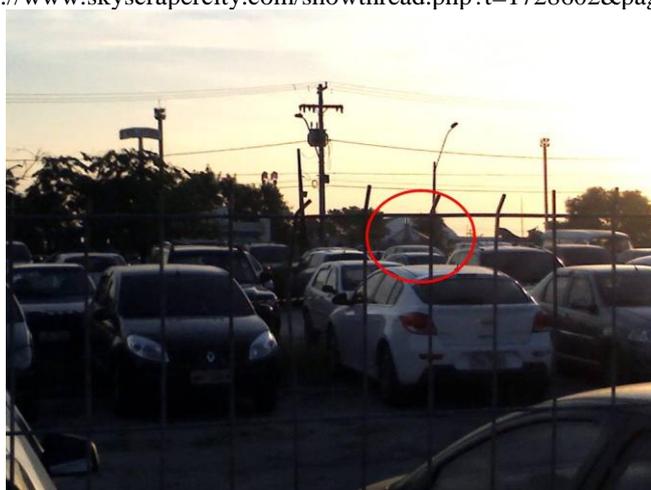
Fonte:

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1728602&page=5>



**Figura 20: Vista de prédio comercial na Avenida Visconde do Rio Branco.**

Fonte: Foto da autora.



**Figura 21: Vista da Avenida Visconde do Rio Branco.**

Fonte: Foto da autora.



**Figura 22: Vista de outro quarteirão da Avenida Visconde do Rio Branco.**

Fonte: Foto da autora.

Nesse mesmo ano de 2013, em conversa com Marcos Gomes<sup>19</sup>, presidente do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer a época, demonstrou um desejo, por parte da municipalidade, de criar um sentimento de pertencimento entre os moradores da cidade e o Caminho e fazer com que as pessoas conhecessem o espaço e convivessem lá. As poucas pessoas com quem conversei na época que já tinham ido àquela parte do Caminho Niemeyer reclamaram da falta de iluminação, falta de segurança e difícil acesso. Em julho de 2013, foi aberta uma passagem no final do Terminal Rodoviário (Figuras 23 e 24) para facilitar o acesso de pedestres ao Caminho. Entretanto, não há muita sinalização dessa entrada e a iluminação pública e a questão da segurança ainda são precárias. Desde esse período, o Caminho Niemeyer estava aberto todo dia, oferecendo visitas guiadas a quem se interessasse, inclusive.

No início de 2015, conforme dito na introdução, viam-se mais pessoas no Caminho, mais apropriação: pessoas sentadas na curta faixa de grama que tem perto do mar, conversando, fazendo piqueniques, entre outras atividades (Figuras 25 e 26). Porém, ao mesmo tempo em que mais sujeitos tomaram aquele espaço para si, o lugar passou a ser mais regulado. Uma guarita na entrada do Caminho Niemeyer onde, em 2014 não ficava ninguém, em 2015 passou a ter alguns funcionários – majoritariamente Guardas Municipais – que de forma aleatória – ou não –, pedem a documentação para algumas pessoas. A entrada para carro que antes ficava o tempo todo aberta, agora mantém uma cancela.



**Figura 23: Entrada do Caminho Niemeyer pelo Terminal Rodoviário João Goulart. Visão de dentro do Terminal.**

Fonte: Foto da autora.



**Figura 24: Entrada do Caminho Niemeyer pelo Terminal Rodoviário João Goulart. Visão de fora do Terminal.**

Fonte: Foto da autora.

---

<sup>19</sup> Marcos Gomes foi secretário de Cultura no mandato de Godofredo Pinto e em 2013 foi nomeado presidente do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer. Saiu em março de 2016 para ser Secretário de Ações Estratégicas. No novo mandato de Rodrigo Neves, em 2017, foi nomeado Secretário de Cultura.



**Figura 25: Pessoas sentadas na faixa de grama.**

Fonte: Foto da autora.



**Figura 26: Pessoas sentadas na faixa de grama e no “pier”.**

Fonte: Foto da autora.

Simultaneamente, também no início de 2015, muitas pessoas passaram a andar de patins e skates no Caminho Niemeyer, aproveitando que é um tipo de espaço que falta na cidade e é propício para isso, visto que o terreno é plaqueado<sup>20</sup>, característica das obras de Niemeyer. A princípio foi um movimento espontâneo da população, mas devido ao êxito da ação, foi cooptado tanto pelo mercado – ao começar, em alguns eventos, a colocar barracas para vender artigos de esporte, especialmente para patins e skates – como pela Prefeitura – ao fazer uso do movimento como propaganda positiva para mostrar que ela começou a ação e que está incentivando esse tipo de uso do espaço.

Dessa forma, explicitam-se as tensões e contradições do espaço e da relação entre Estado e agentes não-estatais. Como na cultura, a luta urbana, essa relação que se cria entre a população e o objeto espetacular, é complexa e dinâmica. Ela muda de acordo com as ações e respostas dos agentes inseridos no processo. Apesar do esforço empreendido pelo capital e pela esfera pública em controlar e regular um território, desde sua idealização no papel, passando por sua construção, até sua operação e manutenção, as ligações que são ali feitas e desenvolvidas, as práticas culturais, as trocas, os diálogos, os encontros, os interstícios... São micro-resistências, são formas de “conter e resistir” – segundo Hall –, são meios de agir nas brechas contra o discurso

---

<sup>20</sup> Plaqueado é definido pela colocação de grandes placas de cimento em uma área plana.

homogeneizador. Essa tensão, entre dominação e apropriação, como pensa Lefebvre, é que busco avaliar nos próximos capítulos.

## **2. CAMINHO NIEMEYER SOB O OLHAR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO CAPITAL**

Território e espaço urbano são categorias que têm sido amplamente utilizadas por autores que pensam o contexto urbano, visto que os territórios – ou os multiterritórios – integram esse contexto e são, também, influenciados por ele. Por esse motivo, faz-se necessário pensar a cidade e as questões que envolvem a produção do espaço atualmente, voltarmos-nos para as ações territorializantes do Estado ao intervir num território. As cidades, por sua vez, passaram também a ser estudadas e pesquisadas cada vez mais por outras áreas do conhecimento além da Geografia e do Urbanismo, uma vez se tratar de um campo interdisciplinar.

O presente capítulo busca, então, elucidar algumas questões teóricas acerca dos novos modelos de cidade pensando nos processos urbanos que têm sido muito utilizados pelos governos locais, como parcerias público-privadas, planejamento estratégico, requalificações, grande projetos de desenvolvimento urbano, entre outros recursos e suas consequências. Sendo assim, a primeira parte desse capítulo busca fazer essa discussão através de autores que têm produzido muito sobre esses conceitos, enquanto a segunda parte, bem como no primeiro capítulo deste trabalho, apresentará essas questões teóricas aplicadas ao caso de Niterói e, mais especificamente, ao Caminho Niemeyer. O histórico e as visões da gestão atual que perpassam aquele território.

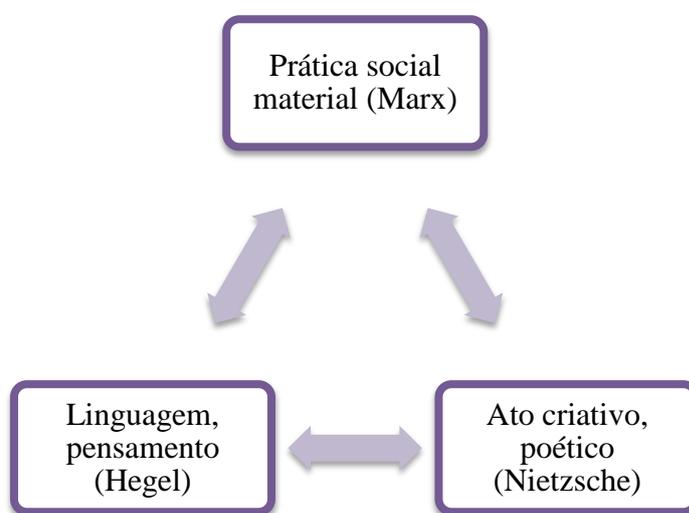
### **2.1 Questões fundamentais sobre a cidade contemporânea**

Partindo das teorias de Marx sobre o capital, alguns autores – principalmente Henri Lefebvre e, posteriormente, David Harvey – passam a dar ênfase à questão do espaço urbano em seus escritos sobre a sociedade capitalista. Lefebvre, que tem mais de 70 obras publicadas, defende que o espaço é produzido socialmente, não existe por si só. O autor parte de uma concepção relacional de espaço e tempo entendendo que “não são puramente fatores materiais. Nem podem ser reduzidos ao status de puros, conceitos a priori.” (SCHMID, 2012, p. 91) e por isso, “eles são ambos, resultado e pré-condição da produção da sociedade.” (SCHMID, *idem*). O espaço é, então, um produto histórico-social, produto de intenções que se materializam, produto das relações de poder.

Schmid, em seu artigo “A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional”, explica como Lefebvre desenvolve, baseada em

três autores, uma dialética tridimensional. Resumindo consideravelmente, Lefebvre acredita que há uma contradição intrínseca gerada entre a análise de uma prática social e uma análise da linguagem e do conhecimento. Um terceiro fator, então, seria necessário para superar essa contradição: a arte. Não a arte erudita, “mas a arte cotidiana, a poesia da vida cotidiana, a arte da vida” (SCHMID, *ibidem*, p. 95). Sendo assim, a “dialética fundamental na obra de Lefebvre pode ser compreendida como a **contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético.**” (SCHMID, *idem*, grifos do autor).

### Esquema 1 – Dialética tridimensional de Henri Lefebvre



Fonte: Esquema elaborado pela autora baseado em Christian Schmid, 2012, p. 95

A partir disso e a partir da fenomenologia, Lefebvre faz uma análise tridimensional do espaço como percebido, concebido e vivido. Espaço percebido são os estímulos e impressões que recebemos pela materialidade do espaço, através dos sentidos, visto que a percepção não acontece apenas na mente. O concebido é a esfera do pensamento, que unido aos outros dois conceitos, elabora um “todo” do espaço. Por fim, o vivido é a experiência, a prática, a cotidianidade, a vivência no espaço. O autor reforça que nenhuma dessas três esferas é mais importante ou mais presente que a outra. Todas as três são tão importantes para a análise do espaço quanto presentes na produção de um espaço.

Schmid ainda acrescenta – como mencionado no capítulo anterior acerca do território – que o espaço é inacabado, portanto, constantemente produzido. Albinati (2016, p. 62) complementa com a visão de Lefebvre: “Para Lefebvre, esse novo espaço-

tempo, o urbano, em que se realiza a sociedade urbana, está sendo construído no momento presente.” O urbano é, então, um objeto virtual, é um possível.

Portanto, o urbano é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a simultaneidade. Essa forma não tem nenhum conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive. Trata-se de uma abstração, mas, ao contrário de uma entidade metafísica, trata-se de uma abstração concreta, vinculada à prática. O urbano é *cumulativo* de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano. Todavia, ele é mais e outra coisa que a acumulação. [...] Pode-se dizer que o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não-objeto, supraconsciência e totalidade das consciências.” (LEFEBVRE, 1999, p. 110)

O espaço urbano, sendo esse todo, essa convivência das diferenças, cria, também, um campo de disputas, de contradições: “De sorte que todo espaço urbano foi, é, e será, *concentrado* e *poli(multi)cêntrico*.” (LEFEBVRE, *ibidem*, p. 44) e ainda completa: “O urbano? É um campo de tensões altamente complexo: é uma virtualidade, é um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente.” (LEFEBVRE, *ibidem*, p. 45).

A partir desse raciocínio, Lefebvre desenvolve as categorias de isotopia, heterotopia e, completando-as, a de utopia. Isotopia corresponde aos lugares dominantes e o seu redor que ainda é visto como “mesmo”: “lugares do mesmo e mesmos lugares” (LEFEBVRE, *ibidem*, p. 117), que impõem suas lógicas sobre os “outros” lugares. A heterotopia é esse “outro lugar e o lugar do outro” (LEFEBVRE, *idem*), há uma diferença que o caracteriza e o separa dos lugares isotópicos. É, portanto, o lugar da diferença, “o que não significa dizer que seja um lugar progressista ou revolucionário” (ALBINATI, op. cit., p. 65). Enquanto isso, a utopia é um lugar neutro, de passagem, “o lugar daquilo que não acontece e não tem lugar” (LEFEBVRE, op. cit., p. 118). É o que reúne a ordem próxima (isotopia) e a ordem distante (heterotopia).

Como falado no capítulo anterior que nenhum território é totalmente apropriado ou dominado, da mesma forma, nenhum território é totalmente isotópico ou totalmente heterotópico. O ideal, para Lefebvre, é que o território – ou o espaço urbano – seja ambos ao mesmo tempo. Entretanto, os atores responsáveis por atuar seguindo a lógica dominante acabam por solapar as diferenças, entrando e “tomando” os lugares heterotópicos, transformando-os para atender às demandas do capitalismo, como vimos no capítulo anterior.

A cidade, segundo Harvey (2005, p. 165) é “tanto produto como condição dos processos sociais de transformação em andamento na fase mais recente do desenvolvimento capitalista.” Como sendo um produto social, fruto das relações de poder, a cidade tem sido cada vez mais disputada pelos processos de acumulação capitalista. Porém, ela não é um produto pronto. É um processo, é dinâmica e está em constante mudança devido ao jogo de forças entre os atores e agentes incumbidos pelo seu “fazer”. Harvey diz que:

De modo mais apropriado, dever-se-ia considerar a urbanização um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. (HARVEY, *ibidem*, p. 169-170)

Nesse “jogo”, existem diversos atores. A cidade é, então, um conjunto de forças e não um agente. Há os grupos minoritários, resistentes, de movimentos sociais, moradores, entre outros que entre si e contra as forças dominantes disputam o território. Dentro do próprio bloco hegemônico e dominante – que parece ser uma força única, mas não o é – existem atores com diferentes interesses. Capitalistas divergem entre si, visto que todos visam lucro, mas às vezes os lucros são obtidos por meios distintos e conflitantes.

O lucro privado “justifica” a acumulação de capital, a produção de excedente. Devido a esse fator, surge a ideologia do crescimento e do desenvolvimento, naturalizadas por nós. Entretanto, o crescimento e o desenvolvimento tecnológico necessários para o dinamismo do capitalismo é antagônico e possui muitas contradições, o que faz dele um sistema instável e passível de crises.

O capitalismo, entretanto, procura adiar as crises de excedente de capital e/ou força de trabalho. Isso é possível através do investimento em grandes obras infraestruturais, que ajudem nos sistemas de transporte e comunicação de um território para melhor circulação da mercadoria, como pontes, ferrovias, viadutos, metrô, aeroportos etc. Todavia, esse investimento só adia as crises, não as evita. E quanto mais acumulado, maior será a crise posteriormente. Esse movimento de adiamento das crises do capital, em algum momento é interrompido pelo fato de essas crises não poderem ser mais evitadas nem pelo próprio capitalismo nem pelo Estado.

Uma das respostas à necessidade de absorção de capital excedente e sobreacumulado é a destruição-criação de lugares. É uma ordenação espaço-temporal

que se dá pela criação de um espaço pelo capitalismo para posterior abandono e criação de uma nova imagem para aquele espaço. Quando uma empresa, por exemplo, sai de um território (entende-se aqui qualquer território: um bairro, uma cidade, uma região...), ela desvaloriza aquele lugar. Muitas vezes, cria-se uma imagem de “crise” em cima desse lugar, o que é motivo para que ele seja requalificado, “criando” um novo espaço. Torna-se tudo obsoleto, dessa forma. É um processo de destruição criativa:

Continuamente, portanto, o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a **formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas**. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar. (HARVEY, *ibidem*, p. 150) (grifos meus).

Esse constante movimento de destruição-construção acaba por ser manipulado para outros lugares que não os países “desenvolvidos”. A manutenção da crise, a inflação, o desemprego, até a destruição física de territórios... são “jogados” aos países “mais fracos” nessa competição do capital global. Para Lefebvre, a produção do urbano dá as condições para a reprodução do capital e Harvey mostra que é, justamente, através da destruição criativa para absorver o capital excedente.

Muitas vezes, a esse processo está relacionado um outro procedimento que Harvey chama de acumulação por despossessão. Violência, remoção de moradores e deslocamento para outras áreas da cidade, privatização de diversos setores que retirem direitos básicos da população, dominação de recursos... são diversos mecanismos pelos quais as pessoas são despossuídas. Segundo o autor, a acumulação do capital e a acumulação por despossessão sempre conviveram no capitalismo, pois se combinam, se complementam. Se o capitalismo precisa destruir e construir novos lugares isso, normalmente, vai envolver despossessão.

É importante ressaltar que o Estado, ainda que não seja sozinho, tem um papel fundamental nesse contexto. É o Estado quem despossessa ou dá as condições para que isso aconteça, através de PPPs, por exemplo. Não obrigatoriamente de forma violenta, mas também através de aparatos institucionais que permitam ou facilitem a despossessão pelo capital. Estado e capital tem lógicas diferentes, segundo Harvey. O Estado tem o território como finalidade, pois está fixado. Pode dar forma e coesão às estruturas e alianças, impor limites e fronteiras para dinâmica de circulação de

mercadoria. Essa é a lógica territorial de poder, na qual o Estado é o agente com maior compromisso com o território. Já para o capital, seu maior compromisso é com o lucro e não com o território. Não é totalmente fixado e nem totalmente livre. Para se reproduzir, garantindo a acumulação de capital excedente, o capital “precisa” da segurança que regras institucionais lhe conferem, por isso “precisa” do Estado. Sendo essa, então, a lógica capitalista de poder. Essas lógicas não necessariamente são coincidentes, entretanto, o Estado absorve muito a lógica capitalista e usa seus mecanismos para facilitar, muitas vezes, essa dinâmica de acumulação do capital.

Por esse motivo, o Estado se envolve na competição territorial, fomentada pelo capitalismo. Cada vez mais as cidades estão dentro da ideia de competição umas com as outras para atração de investimentos externos. Os governos sentem-se “constrangidos” a entrar nessa competição devido à ideologia de crescimento e desenvolvimento que é tido como natural, conforme falamos anteriormente. Harvey traz aos seus estudos, a partir deste ponto, o conceito de empreendedorismo urbano.

A partir da década de 1970<sup>21</sup>, há uma passagem de uma governança administrativista – que era um padrão de relação entre poder público, mercado e sociedade civil que visava promover o bem-estar social – para o início do processo de empreendedorismo urbano neoliberal:

Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. Digno de nota é que esse consenso, aparentemente, difunde-se nas fronteiras nacionais e mesmo nos partidos políticos e nas ideologias. (HARVEY, *ibidem*, p. 167)

O Estado passar a focar mais áreas que tem capacidade de atração de investimentos do que o território em si. Estimulado por essa competição, o poder público entra nesse mercado de venda das cidades, no qual, para que uma cidade seja atraente tanto turisticamente como para recebimento de investimentos, constrói-se e vende-se uma imagem de cidade que não respeita, normalmente, as características locais, a não ser quando é interessante ao capital para usar como elemento de diferencial em comparação a outras cidades. Os governos locais, ao se aliarem à lógica capitalista

---

<sup>21</sup> A década de 1970 é referenciada por diversos autores estudiosos do fenômeno urbano (Cf.: Arantes, Sanchez, Harvey) como o início do processo de empreendedorismo urbano que resultará, na década de 1990, na venda das cidades de forma mais explícita.

de poder, incorporam o fundamento do capital privado de funcionar como uma empresa, e passam a operar como o capital, buscando valorização.

Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo). (HARVEY, *ibidem*, p. 174)

Em meados da década de 1970, Molotch lança a ideia da cidade como uma máquina de crescimento, aprofundada posteriormente no final da década de 1980 por Logan e Molotch<sup>22</sup>. Esse pensamento aproxima-se muito do conceito de empreendedorismo desenvolvido por Harvey, também ao final da década de 1980. Baseada na ideologia do crescimento, os autores afirmam ser importante uma maior observação dos interesses da elite dirigente em relação às suas ações na cidade, visto que essas “afetam os padrões de uso do solo, orçamentos públicos e toda a vida social urbana.” (SILVA, 2015, p. 91). O que os autores observam é que tanto no período de governança administrativista – para traçar um paralelo com o pensamento de Harvey – quanto nas cidades contemporâneas o que se observa é cada vez mais um uso mais intenso da terra:

Para que a máquina de crescimento possa funcionar da melhor forma possível para os grupos hegemônicos, é necessário um **uso da terra mais intenso**, no qual se busca **agregar valor ao solo urbano**, através da geração de uma renda diferencial “que repousa nas qualidades específicas de um dado lugar” (MORAES; COSTA, 1984, p. 126)<sup>23</sup>, ou mesmo em uma conjugação de fatores locacionais, como um bom clima de negócios, abertura para o capital estrangeiro, parcerias público-privadas, criatividade, dentre outros. (SILVA, *ibidem*, p. 92) (grifos meus)

Para Logan e Molotch (1987), a máquina de crescimento é um consenso entre a elite dirigente. Ocorrem discordâncias, mas nada fundamental ao ponto de “quebrar” essa coalizão de forças. “Dessa forma, os interesses dos cidadãos que residem na cidade são esquecidos e se produzem cidades voltadas para os interesses de uma pequena elite, que enxerga a cidade como um valor de troca.” (SILVA, *ibidem*, p. 90). A tendência é que prevaleça o caráter econômico das cidades, focando uma atratividade externa, que não as demandas dos moradores locais.

---

<sup>22</sup> Em 1987, John Logan e Harvey Molotch lançaram o artigo “Urban Fortunes: The political economy of place. The city as a Growth Machine (chapter 3)” que aprofunda o conceito de “máquina de crescimento”, lançado por Molotch em artigo de 1976.

<sup>23</sup> MORAES, Antônio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley da. Geografia Crítica: a valorização do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1984.

Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. (VAINER, 2013, p. 89)

O poder público, em aliança com o setor privado, utiliza de métodos e ferramentas para colocar na prática o objetivo de tornar “sua” cidade mais competitiva no mercado mundial de cidades. O city-marketing, ou marketing urbano, é justamente essa transformação da imagem de uma cidade para ser vendida, tal qual um cartão-postal ou uma vitrine, visando atrair os olhares internacionais para esse território. E se, por um lado, essa imagem é construída pela classe dirigente a partir dos interesses da classe média, por outro, essa imagem exclui uma série de vivências da cidade daqueles que não poderão consumi-la. Aqui, podemos observar a conjugação da isotopia e da heterotopia, pois essa última será realizada pelos excluídos, por aqueles que não são representados na imagem “oficial” da cidade.

Como método utilizado por esses governos, tem-se também o conceito de espetacularização<sup>24</sup> dos espaços da cidade que, ao construir obras arquitetônicas que pouco dialogam com a população local, tornam os espaços esvaziados, não utilizados pelos moradores:

É possível falar em processos urbanos distintos, como culturalização, patrimonialização, museificação, musealização, estetização, turistificação, gentrificação, mas esses fazem parte de um mesmo processo contemporâneo e mais vasto, que chamo de espetacularização das cidades contemporâneas. Esse processo, por sua vez, é indissociável das novas estratégias de marketing ou mesmo do que podemos chamar hoje de branding urbano (construção de marcas) dos projetos ditos de revitalização urbana, que buscam construir uma nova imagem para as cidades contemporâneas, que lhes garanta um lugar na nova geopolítica das redes globalizadas de cidades turísticas e culturais. (JACQUES, 2008, p. 48)

Esses processos urbanos estão atrelados às lógicas capitalistas do poder e são utilizados conjuntamente para fazer da cidade uma mercadoria, empregando, na maioria dos casos, grandes obras de requalificação de zonas “destruídas” previamente pelo capital. O aspecto de “abandono” dessas zonas é pautado pela criação de uma ideia de “crise”, que resulta no discurso de recuperação da auto-estima das cidades, justificando o desenvolvimento de um planejamento estratégico para a requalificação.

---

<sup>24</sup> Os conceitos de city-marketing e espetacularização podem ser vistos mais aprofundadamente nos trabalhos de Sanchez (1997, 2010) e Jacques (2008), respectivamente.

O planejamento estratégico é um dos aspectos mais estudados recentemente, sendo uma importante ferramenta aplicada pelos governos locais que entram na competitividade da venda da imagem das cidades. Segundo Sanchez (2010), o primeiro plano estratégico foi o de San Francisco em 1982. Entretanto, o plano urbano mais conhecido e que serve de modelo até hoje – ao menos para as cidades latino-americanas – é o de Barcelona, iniciado em 1987, tendo como finalidade as Olimpíadas de 1992. Segundo Arantes (2013, p. 54), esse plano visava “desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade, explorando ao máximo o seu capital simbólico, de forma a reconquistar sua *inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais*”. Arantes (2014) nos alerta, também, que houve uma época em que se defendia esse modelo como algo positivo, que revitalizaria um ponto crucial da cidade e irradiaria essa revitalização para o seu redor, dando prosseguimento ao processo de “melhoria” de infraestrutura. Entretanto, isso

foi se transformando no seu contrário, ou, melhor, revelando sua verdade oculta: a mal disfarçada manutenção do *status quo* (o tal *entretien* identificado por Alain Ghieux), a rigor uma forma de administrar contradições, de escamotear conflitos, esconder a miséria. (ARANTES, 2014, p. 125)

Mas a partir da experiência de Barcelona, os planos urbanos acabam tornando-se uma ferramenta de tendência global dos modelos contemporâneos de gestão de cidade contemporâneos. Modelos imersos na lógica da competitividade, na ideologia de crescimento e desenvolvimento. Acaba sendo homogeneizador, um processo que busca deixar as cidades com a mesma “cara”, investindo em patrimônios muito parecidos, “tornando efêmera qualquer vantagem competitiva num conjunto de cidades. Quantos centros de convenções, estádios, Disney Worlds, zonas portuárias renovadas e *shopping centers* espetaculares podem existir?” (HARVEY, 2005, p. 182).

A aplicação dos planos estratégicos costuma importar diretamente esses padrões internacionais, não respeitando as características dos locais. O contexto histórico, político, social e cultural de cada cidade é muito diferente, ainda mais entre regiões dos países latino-americanos e países europeus. Diante desse movimento esmagador homogeneizante, as especificidades das cidades não são ouvidas. A não ser, como supracitado, quando essas especificidades servirão como propaganda, como singularidade, para ajudar na atração de capital externo. Dessa forma, para manter a atratividade da singularidade, o capital terá de apoiar o desenvolvimento local mesmo

que sejam ideologicamente antagônicos. Aqui, o problema para o capital é cooptar esses movimentos somente até onde seja interessante para colher o lucro disso. (HARVEY, 2005, p. 237).

O caso de Barcelona teve dois promotores que, juntos, desenvolveram fundamentações teóricas para o planejamento estratégico: Jordi Borja e Manuel Castells, ambos sociólogos. Em um de seus artigos, “As cidades como atores políticos”<sup>25</sup>, os autores defendem as questões-chaves para a venda das cidades, como as parcerias público-privadas, segundo eles, indispensáveis para conceder à agilidade e flexibilidade que o setor público não tem. Em muitos momentos, palavras como “eficácia”, “eficiência”, “agilidade”, entre outras são utilizadas importando a ideia de funcionamento de empresa. Borja e Castells dizem que os principais fatores para que um “projeto de futuro” dê certo são as parcerias público-privadas porque só assim “poder-se-á construir um consenso público que derive numa cultura cívica e num patriotismo de cidade”; e precisa ter um plano estratégico que “deve construir e/ou modificar a imagem que a cidade tem de si mesma e projeta no exterior” (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 158). Dá-se, também, muita importância à construção de *consenso*, já que é importante que a população aceite e apóie os projetos.

Na América Latina em geral, e no Brasil em particular, o planejamento estratégico e o *marketing* de cidade vêm sendo apresentados como os melhores instrumentos com promissoras soluções para dar respostas adequadas às novas situações provocadas pelo movimento de globalização da economia. O mais curioso é que produz uma certa perplexidade é o alcance que esses instrumentos têm obtido, ganhando uma notável presença nas políticas urbanas que emergiram no final do século. (SANCHEZ, 2010, p. 362)

De fato, muitas cidades passaram a seguir os passos de Barcelona (além das européias como Bilbao, Lisboa e Berlim – Cf.: Arantes, 2013). O Rio de Janeiro foi uma delas. Em 1993, no governo de César Maia (PMDB), a Prefeitura firmou parceria com algumas empresas para lançar o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, e buscava contratar uma empresa consultora catalã. “Na verdade, os catalães já haviam introduzido no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – ‘Rio sempre Rio’, mas que poderia igualmente chamar-se ‘Rio finalmente Barcelona’”. (VAINER, 2011, p. 2). Carlos Vainer ainda completa que, no plano de 2010, já no contexto de um Rio de

---

<sup>25</sup> Interessante verificar, principalmente a partir do título do artigo, como é importante dentro de um plano estratégico que a cidade seja reificada, vista como um ator político, um agente, e não como uma conjugação de forças, de diferentes interesses que conformam a cidade.

Janeiro voltado para os mega-eventos da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), os mesmos catalães “retornam para, uma vez mais nos ensinarem a fazer da Cidade Maravilhosa uma Barcelona [...] Em 2010, como há 15 anos atrás, as mesmas personagens, o mesmo projeto, a mesma retórica... o mesmo negócio.” (VAINER, *idem*).

Atualmente, têm-se diversas pesquisas que estudam o caso da Zona Portuária do Rio de Janeiro, o projeto do Porto Maravilha (sobretudo durante a gestão do prefeito Eduardo Paes – PMDB). Nesse cenário de planejamento estratégico, muitos planos foram baseados na requalificação de zonas portuárias, normalmente “degradadas” e “abandonadas”.

O projeto Porto Maravilha abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho. Para sua administração foi fundada em 2009 a CDURP, Companhia de Desenvolvimento Urbano Regional do Porto do Rio, uma sociedade de economia mista com controle do poder municipal. Em 2010, a CDURP repassou boa parte de suas atribuições para um grupo de empresas privadas, reunidas no Consórcio Porto Novo, que venceu a Concorrência Pública através da qual foi implementada uma Parceria Público-Privada (PPP) para revitalizar a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) e realizar as construções, obras, intervenções, reurbanizações e benfeitorias, assim como a limpeza urbana, coleta, drenagem iluminação e conservação dos logradouros e equipamentos. (ALBINATI, 2016, p. 142-143).

Albinati descreve o processo de gentrificação que acontece em decorrência da implementação do plano estratégico. Com a entrada das empresas privadas na gestão de um território, o que passa a importar é mais o lucro do que as demandas daquela população. Eleva-se, assim, o valor mínimo de sobrevivência naquele local, visando atrair capital externo (através de empresas multinacionais que passem a funcionar naquele espaço), visitação turística (através da propaganda de uma cidade moderna e renovada, muitas vezes utilizando recursos culturais, como o Museu do Amanhã) e moradores de classe média/alta que possam pagar o novo valor para morar em um lugar “requalificado” (através da construção de consenso entre a população de melhoria da imagem da cidade). Moradores e pequenos comerciantes antigos que já não podem bancar os custos de viver nesse local requalificado, são expulsos para outras regiões mais periféricas da cidade. A gentrificação acontece como processo subsequente à maioria dos projetos de revitalização, por esse motivo, inclusive, Arantes entende que requalificação e gentrificação são sinônimos, um está atrelado ao outro (2013, p. 31).

O caso de Niterói não é muito diferente. Como descrito no primeiro capítulo deste trabalho, em diversos períodos Niterói busca espelhar-se no Rio de Janeiro e nessa lógica da máquina de crescimento e desenvolvimento das cidades. No início do mandato de Rodrigo Neves, em 2013, foi lançado o projeto de requalificação de Niterói, chamado “Centro que queremos”, que abrange cinco bairros da zona central de Niterói: Centro, Boa Viagem, Morro do Estado, São Lourenço e Ponta D’Areia. Segundo a prefeitura, “o projeto totaliza 3,2 milhões de metros quadrados que vão receber melhorias e intervenções físicas e urbanísticas”<sup>26</sup>. Na página, criada para o projeto, pode-se encontrar informações como:

Vale notar que os recursos que financiarão as intervenções incluídas na Operação Urbana Consorciada irão preservar os cofres públicos. Estes recursos serão oriundos da venda de Certificados de Potencial Construtivo (Cepac). Parte dos objetivos da OUC será implementada por meio de um contrato de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa.<sup>27</sup>

O mesmo modelo foi implementado no caso do Porto Maravilha. Além disso, na mesma página, há uma aba para “Bons exemplos” que traz os casos de Puerto Madero (Argentina), Roterdã (Holanda) e o famoso caso de Barcelona. Algumas audiências públicas sobre o “Centro que queremos” chegaram a ser realizadas, entretanto, até hoje, o plano estratégico ainda não saiu do papel. Na segunda parte desse capítulo, voltarei a falar de Niterói, trazendo mais exemplos, a partir do Caminho Niemeyer. Por agora, gostaria de apresentar, por tópicos, cinco características dos planejamentos estratégicos que busquei reunir de diversos autores que trabalham com o tema.

#### a) Flexibilidade

Segundo Vainer (2011), uma das noções que está na base de todo esse pensamento do planejamento estratégico é a noção de *flexibilidade*. Ligada às ideias de eficiência e eficácia e contrária ao controle político e à burocracia, a flexibilidade é ter *agilidade* para agir e aproveitar as “janelas de oportunidade”. Numa conjuntura de competitividade entre as cidades, ter essa rapidez nas transações é essencial.

Tal como o léxico empresarial, as cidades – agora reificadas – adotam as gramáticas mais adequadas ao seu próprio empresariamento. Como tal, nas disputas com as outras cidades no circuito mundial de atração de capitais, “devem” aproveitar as janelas de oportunidades ofertadas pelo mercado mundial. (DOMINGUES, 2015, p. 62)

---

<sup>26</sup> Disponível em: <http://centro.niteroi.rj.gov.br/oprojeto/ocentroquequeremos.php>

<sup>27</sup> *Idem*

Para Borja e Castells, a flexibilização dos aparatos do Estado é, de fato, fundamental para uma cidade que busca ser competitiva. “As formas de gestão e de contratação devem assegurar a **agilidade** e a transparência e **responder a critérios de eficiência econômica e eficácia social e não de controle político ou burocrático.**” (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 159) (grifos meus).

b) A exceção como regra

Novamente para Vainer, um dos agravantes desse processo, é a legalização de questões que são ilegais nas leis orgânicas dos municípios ou nos planos diretores, com a finalidade de facilitar essa questão da flexibilidade. Analisando o caso do Rio de Janeiro, Vainer diz que “A lei veio legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra.” (VAINER, 2011, p. 7). Dessa forma, teríamos uma *gentrificação institucionalizada*.

c) Liderança carismática

Para dar conta da construção desse consenso, “quebrando” regras e leis, é preciso que o planejamento estratégico gire em torno de uma figura única e carismática. Um sujeito que reúna o conhecimento técnico, “experiências de sucesso” e o poder político. “Um empreendedor político que seja, também, um empreendedor econômico.” (VAINER, *ibidem*, p. 6). Castells e Borja (1996, p. 156) dizem que “Difícilmente encontraremos uma resposta positiva se não há uma liderança personalizada e, em muitos casos, a figura dos prefeitos é decisiva”.

d) Comunicação e criação de imagens-síntese

Para Sanchez (2001; 2010), a comunicação e o marketing da cidade são as estratégias centrais na construção do consenso para as grandes intervenções urbanas. A autora destaca a importância dos meios de comunicação e informação na criação das imagens-síntese que servirão como ferramenta para a venda das cidades. “Efetivamente, o império da informação encontra suporte na produção das imagens e do imaginário que contribuem fortemente para a imposição do pensamento único.” (SANCHEZ, 2010, p. 93).

A restrição e controle sobre o uso desses espaços são tais que as pessoas que usam o espaço “fora” do que é consenso são tidas como pessoas que “não amam” a cidade:

A política de comunicação social, além de instrumento para a renovação urbana, visa a construir uma ordem urbana sob a qual as formas de viver a cidade que não se adaptem à cidade-pátria são interpretadas como “ingovernabilidade”, desordem. [...] Subjacente a essas representações afetividade-cidadão está a idéia de que qualquer pensamento ou ação que ameace o consenso pode ser representada como desamor à cidade, e não desacordo com o projeto dominante. (SANCHEZ, 2001, p. 45).

Assim, são construídos espaços espetacularizados, esvaziados, que não tem – e muitas vezes nem cria – relação com os moradores da cidade. Esses instrumentos do city-marketing são também cruciais para conformar a “aceitação” desses espaços, através de propaganda positiva, como no caso das obras de Oscar Niemeyer em Niterói que, mesmo sendo espaços esvaziados e, muitas vezes, subutilizados, transforma Niterói na “segunda cidade com mais obras de Niemeyer”, uma grife. “Restam, quando muito formas e símbolos vazios, imagens que não remetem a nada, salvo à publicidade delas mesmas.” (ARANTES, 2014, p. 176). Sanchez acrescenta:

Os novos espaços destinados ao consumo são espaços sem espessura, sem história, descartáveis. Entretanto, para tornar-se sustentável, o projeto desses espaços deve procurar um enraizamento social ao resgatar, como mimese, traços da cultura material ou do imaginário da sociedade e reconstituí-los de forma simplificada, como pastiche, como uma ideia de cidade para ser consumida. (SANCHEZ, 2010, p. 86-87)

e) A cultura na construção do consenso

Dentro desses planos urbanos, a cultura passa a ser recurso para consumo. Tanto na proliferação de eventos culturais e recursos para estetização de territórios quanto “um recurso político recomendável para a concretização de um consenso entre grupos sociais sobre o ingresso da cidade-mercadoria no mercado mundial de cidades.” (DOMINGUES, 2015, p. 70). Segundo Certeau (2012, p. 199), a face do “cultural”, na linguagem, torna-se um “neutro”: “Ela se caracteriza como um não lugar onde todos os investimentos são possíveis, onde pode circular ‘o que quer que seja’”.

Sendo assim, a questão cultural é facilmente apropriada pelo mercado para contribuir na construção do pensamento único acerca dos grandes projetos de intervenção urbana – muito utilizada também quando se trata de “recuperar a auto-estima” das cidades. Com o discurso da diversidade, da centralidade de convivência das diferenças que é a cidade, o mercado “compra” essa diferença, essas singularidades e transforma em uma coisa outra, mais esvaziada de sentido (como vimos acima com Harvey, 2005 e Sanchez, 2010). Assim sendo, Arantes trata disso em seus escritos com bastante ironia e descrença na cultura:

E assim por diante, vão as grandes corporações multinacionais, tratando de nos persuadir de que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são – quem diria... – as cidades, ou melhor, cidades cuja configuração seja propícia à valorização patrimonial que mais interessa a tais firmas no presente estágio de transnacionalização produtiva. Rentabilidade e patrimônio arquitetônico cultural se dão as mãos, nesse processo de *revalorização urbana* – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar...?). E para entrar nesse universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação? – é a cultura. Essa a nova grife do mundo *fashion*, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram. (ARANTES, 2013, p. 30-31)

A autora, também em seu livro “Urbanismo em fim de linha” (2014), faz um grande apanhado histórico sobre como a cultura foi se tornando tão importante para o capitalismo a partir do discurso de que “tudo é cultura” e uma certa “romantização” do caos, das diferenças. Entretanto, acredito, diferentemente da autora, que o problema não está nos discursos que passaram a trazer mais fortemente a questão da cultura, até porque, isso também aparece em grupos de resistência ao capital, em grupos culturais “excluídos” do pensamento dominante, em manifestações artístico-culturais outras. O problema é, justamente, a exploração disso pelo capitalismo, pelo mercado. A apropriação que se faz desses grupos e manifestações esvaziando-os e a reprodução da ideologia do lucro, do crescimento e do desenvolvimento, do pensamento dominante através da estetização cultural (construção de museus, centros culturais etc.) e o uso que se dá a esses equipamentos depois, colocando a administração desses na mão de empresas privadas.

Ao procurarem explorar valores de autenticidade, localidade, história, cultura, memórias coletivas e tradição, [as contradições enfrentadas pelos capitalistas] abrem espaço para a reflexão e a ação política, nas quais alternativas podem ser tanto planejadas como perseguidas. Esse espaço merece intensa investigação e cultivo pelos movimentos de oposição. É um dos espaços chave de esperança para a construção de um tipo alternativo de globalização, em que as forças progressistas da cultura se apropriam dos espaços chave do capital em vez do contrário. (HARVEY, 2005, p. 239)

As forças hegemônicas são esmagadoras? São. Mas não devemos esquecer, como Williams (2005) nos diz, que é uma conjugação de forças. A hegemonia não é algo único e verdadeiro. Onde há brechas, há possibilidade de mudança, ainda que pequena. A cultura não é totalmente apropriada pelo capital e nem a sociedade “engole” de forma totalmente passiva os mandos e desmandos do mercado. Sendo assim, a cultura é esse “espaço de esperança”, espaço no qual acontecem as disputas, os conflitos... espaço que pode mudar muitas discussões que “já estão dadas”, espaço onde pode haver o “sopro revolucionário”.

## 2.2 Capital e poder público no Caminho Niemeyer

Assim como inúmeras cidades latino-americanas, Niterói também caminha para essa lógica mundial de um mercado de cidades. No que diz respeito às características supracitadas necessárias à administração pública para implantação de um planejamento estratégico, o município já aciona a maioria delas. Na questão da flexibilidade, a Prefeitura de Niterói já tem aberto diálogo com algumas empresas privadas, principalmente para funcionamento de alguns equipamentos do Caminho Niemeyer, como veremos um pouco mais a diante. É importante lembrar a fala de Selmo Treiger no primeiro capítulo deste trabalho que considera que a participação social e a realização de audiências públicas “atrasam” e “burocratizam” o bom andamento das grandes intervenções urbanas. Ele mesmo privilegia expressões como “*velocidade da realização*” e “*a cidade precisa crescer*”. Todavia, não considero que Niterói, atualmente, possua uma liderança carismática. Ao comparar o presente prefeito, Rodrigo Neves, ao ex-prefeito Jorge Roberto Silveira ou ao ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, podemos perceber uma diferença tanto em seu comportamento pessoal quanto e sua forma de gerir a cidade. Creio que falte a essa gestão de Rodrigo Neves, o caráter técnico e empreendedor para “banicar” o planejamento estratégico de Niterói, e, por esse motivo, a liderança carismática não caracteriza uma estratégia, nesse caso.

Sobre a legalização de ações que seriam consideradas ilegais pelo plano diretor ou lei orgânica do município, podemos observar o próprio processo de elaboração e aprovação do Caminho Niemeyer que, como vimos também no primeiro capítulo, “passou” por cima da lei orgânica do município e do parecer contrário à construção do Caminho por diversos órgãos públicos. Inclusive, o último plano diretor do município de Niterói é de 1992 e está sendo revisto para “abarcara” as mudanças que a Prefeitura pretende implementar, já tendo realizado 14 audiências públicas. Ainda não foi aprovado, mas alguns documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade já prevêem a efetivação de consórcios e PPPs para realização de diversos projetos, como uma ciclovia que vai passar pela orla de Niterói.

Com relação à característica da comunicação quero, primeiramente, deixar claro que vou falar bem superficialmente. Comunicação, mídia e construção de imagens-síntese exigem um estudo mais aprofundado, pois há muitas questões que perpassam

esse assunto e, infelizmente, nesse momento da pesquisa, não poderei me ater a tais discussões. Assim como a Prefeitura de Curitiba, que virou um fenômeno nas redes sociais por utilizar uma linguagem mais “descolada” e manter conversas com as páginas de outras prefeituras – personalizando a cidade, de certa forma, criando uma ideia de cidade como “ator” –, a Prefeitura de Niterói também mantém uma página na rede social, *Facebook*, com uma linguagem “jovial”, que “divulga” informações sobre eventos, personalidades da cidade, andamentos de políticas e mudanças urbanas etc. Os administradores da página interagem com alguns comentários feitos por lá, até mesmo respondendo a críticas.

O Teatro Popular Oscar Niemeyer possui uma página na mesma rede, na qual divulga a programação do Teatro, fotografias tiradas por pessoas que frequentam o Caminho Niemeyer etc. Fato curioso é que eventos como o *Roller Popular* (ação organizada pelo Grupo Patins Niterói) e *Bike Anjo* (ONG que ensina adultos e crianças a andarem de bicicleta gratuitamente) foram absorvidos pela agenda do Teatro Popular, sendo também divulgados por sua página (Figuras 27 e 28), apesar de terem sido, primeiramente, demanda dos próprios grupos para utilizar o espaço. Os jornais *O Fluminense* e *A Tribuna* – os principais meios de comunicação impressa que trazem notícias sobre a cidade de Niterói –, pelo menos em suas matérias mais recentes sobre o Caminho Niemeyer, apresentam em seus textos pouco conteúdo crítico, privilegiando uma noção de celebração e “propaganda” às ações da Prefeitura.

Sobre o último aspecto do planejamento estratégico mencionado anteriormente, a cultura na construção do consenso, percebemos que essa também é uma visão adotada pelo poder público do município de Niterói. A partir da implantação do MAC (sendo um **museu** de arte contemporânea, projetado por Oscar Niemeyer, um nome relevante na arquitetura moderna, com o objetivo de restaurar a “auto-estima da cidade”), foi desencadeado todo um processo de utilização da cultura nas políticas públicas como, por exemplo, toda a idealização do Caminho Niemeyer com equipamentos culturais. Desde setembro de 2016, há uma obra de arte feita pelo artista visual Felipe Moraes colocada no Caminho Niemeyer, chamada “Monumento ao Horizonte” (Figura 29). Por conta dessa obra, a passagem que leva ao “pier” existente no Caminho Niemeyer que estava fechada até então, foi aberta (Figuras 30 e 31). A inauguração dessa obra foi amplamente divulgada nas redes sociais, caracterizando, também, uma estratégia para chamar mais público.

Especificamente sobre o Caminho Niemeyer dentro do plano estratégico da cidade, “Centro que queremos”, não há uma descrição muito detalhada do que será feito nele. Dentro do *site* do plano, há uma aba perguntando “O que vai mudar?” que é dividida nos subtópicos: “Infraestrutura”, “Lazer e Turismo”, “Cultura”, “Social”, “Habitação”, “Sustentabilidade” e “Mobilidade”. Porém, em nenhum desses itens é explicado o que acontecerá com o Caminho Niemeyer. Apenas na aba “Dúvidas”, na pergunta sobre pontos positivos do projeto, aparece a seguinte mensagem:

Niterói é o **segundo município brasileiro com o maior número de obras do arquiteto Oscar Niemeyer e possui um dos mais valiosos conjuntos arquitetônicos do mundo de sua autoria: o Caminho Niemeyer**. O conjunto ganhará um projeto urbanístico e paisagístico especial, deixando-o visível para quem passa pela Avenida Visconde do Rio Branco. O Caminho Niemeyer será transformado em local para convivência e lazer dos niteroienses, **se tornando também importante ponto de visitação, atraindo turistas do Brasil inteiro**.<sup>28</sup> (grifos meus)

O texto relata as mudanças que ocorrerão no Caminho Niemeyer, mas não diz como. Sabemos, entretanto, que as etapas desse projeto ainda não foram iniciadas. Há uma matéria do Globo, em 22/11/2014, sob o título “‘Porto Maravilha’ de Niterói aguarda licença ambiental”. Em mais uma comparação de Niterói com o Rio de Janeiro – justificada, também, pelo fato de que o “Centro que queremos” usaria as mesmas ferramentas utilizadas no Porto Maravilha para venda, como as CEPACS – a matéria divulga uma imagem – vista do mar – desse Centro requalificado (Figura 32).



**Figura 27: Publicação no dia 08/07/2015 da página do Teatro Popular sobre o evento Roller Popular.**  
Fonte: Facebook



**Figura 28: Publicação no dia 19/10/2015 da página da Prefeitura de Niterói com um vídeo sobre o Roller Popular. O vídeo contém entrevistas com diversos**

<sup>28</sup> Retirado de: <http://centro.niteroi.rj.gov.br/duvidas/perguntasmaisfrequentest.php#!pf-17>



**Figura 29: “Monumento ao Horizonte”.**  
Fonte: Foto da autora.

**usuários do espaço elogiando a iniciativa do Roller Popular.**

Fonte: Facebook



**Figura 30: Entrada para o “píer” obstruída antes da colocação da obra de arte, em 26/05/2016.**

Fonte: Foto da autora



**Figura 31: Entrada do “píer” depois da colocação da obra, em 15/11/2016.**  
Fonte: Foto da autora.



**Figura 32: Imagem de simulação pós-requalificação do Centro de Niterói.**  
Fonte: O Globo

Em 2013, mesmo ano de lançamento do “Centro que queremos” foram realizadas algumas audiências públicas que, teoricamente, é uma ferramenta da administração pública para ouvir as demandas dos moradores locais. Porém, como relata Rodrigues (2015, p. 152)

A construção coletiva de áreas centrais, que são locais onde múltiplas identidades nascem e se desenvolvem, deveria ser construída conforme os desejos de quem as habitam, o que parece ter ficado em segundo plano no planejamento niteroiense. Neste sentido, houve poucos seminários e apresentações para apresentar o projeto e ouvir as opiniões dos moradores, e quando houve não foram bem divulgados e a maior parte do público presente era ligado à Prefeitura de Niterói.

Seguindo essa tendência global de venda de cidades-mercadoria, Niterói também passou a estabelecer parcerias público-privadas para *agilizar* e *facilitar* grandes empreendimentos urbanos. Essa prática já tem sido tão aceita e bem recebida (ou recebida com indiferença) pela maioria da população que tanto a administração pública quanto os meios de comunicação em massa falam abertamente sobre o assunto, como algo positivo a ser feito. No caso de Niterói, especialmente no estudo de caso deste trabalho, as PPPs foram apresentadas como soluções à falta de planejamento e organização do poder público. Ao construir o Caminho Niemeyer com o intuito de vender a cidade, atrair turistas e atenção – investimento – externa e entrar para o roteiro de “segunda cidade com mais obras de Oscar Niemeyer”, não foi feito um estudo de como iniciar a construção dos equipamentos ou de como mantê-los posteriormente. Por falta de verba, infraestrutura terminada e corpo técnico, a maioria dos edifícios do Caminho ficou fechada por alguns anos, funcionando esporadicamente para um evento ou outro.

O Teatro Popular, que foi mantido fechado desde a sua construção, só “re”inaugurou em 2013, com financiamento da Ampla<sup>29</sup> que tem sido mantido desde então (Figura 33). O MAC fechou para reformas em 2015 e, para ter condições de pagar a reforma e reabrir, foi realizado um desfile da marca Louis Vuitton no museu.

Iniciamos as tratativas com a Louis Vuitton em outubro e de fato esta é uma das enseadas mais bonitas do mundo. Para Niterói, é um prazer e um orgulho receber tantos visitantes ilustres. E a Louis Vuitton tem muito a ver com o MAC **que é uma obra do maior gênio da arquitetura brasileira, o mais importante da arquitetura mundial**, Oscar Niemeyer — disse Rodrigo Neves, prefeito de Niterói.<sup>30</sup> (grifos meus)

O Centro Petrobrás de Cinema, também sem funcionar desde a finalização das obras, só abriu em setembro de 2016, como concessão ao grupo Reserva Cultural e, além de cinco salas de cinema, possui também cinco lojas (entre livraria, restaurantes, bistrô etc.) que são empresas de São Paulo, assim como o Grupo Reserva (Figura 34).

---

<sup>29</sup> Desde o final de 2016, a Ampla passou a se chamar ENEL, empresa global de distribuição de energia.

<sup>30</sup> Retirado de: <http://oglobo.globo.com/ela/moda/desfile-da-louis-vuitton-causa-alvoroco-em-niteroi-19390417>



**Figura 33: Banner na entrada do Teatro Popular Oscar Niemeyer.**

Fonte: Foto da autora.



**Figura 34: Descendo a rampa do Reserva Cultural, estabelecimentos comerciais que ficam no primeiro andar.**

Fonte: Foto da autora.

Em entrevista para esse trabalho, Marcos Gomes (na época presidente do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer) ao descrever o processo de elaboração da licitação para concessão do Centro Petrobrás de Cinema declarou que:

Você vai ter um espaço de convivência cultural onde você vai poder ver os grandes clássicos, ver filmes de cineastas de outros países que passam pouco no Brasil e também Woody Allen, Almodovar, Tarantino, e tantos grandes que também já passam hoje, mas também de repente você vai poder ver lá o uso da língua, argentino e tal. E os brasileiros. Que vai respeitar o Código de Cinema brasileiro.<sup>31</sup>

Na inauguração do Reserva Cultural (que foi uma sessão somente para convidados de exibição do filme “Aquarius”), André Diniz<sup>32</sup> disse:

O (Oscar) Niemeyer fez esse prédio e ele estava há muito tempo abandonado. O governo fez um esforço imenso para que isso acontecesse. Nós fizemos uma **parceria público-privada** e o Reserva Cultural ganhou. Hoje, nós estamos inaugurando um complexo de salas de cinema sofisticadas na cidade, com filmes mais conceituais, com espaços comerciais afins, com o objetivo cultural, enfim, proporcionando não só ao cidadão de Niterói, mas também do Rio e do país, um **local de referência**. A gente aposta muito nesse espaço. Estou muito feliz de entregar isso à sociedade.<sup>33</sup> (grifos meus)

Além da visão positiva das parcerias público-privadas, ambas as declarações demonstram certa noção elitista da cultura e do audiovisual. Nessa mesma entrevista,

<sup>31</sup> Entrevista concedida a autora em 27 de abril de 2016.

<sup>32</sup> Presidente da FAN desde 2013.

<sup>33</sup> Retirado de: <http://www.blahcultural.com/reserva-cultural-niteroi-e-inaugurada-com-pre-estreia-de-aquarius/>

segundo o blog Blah Cultural, Diniz “prometeu que a UFF, que possui uma faculdade de Cinema, será parceira do projeto.” Porém, até o momento, a faculdade de Cinema da UFF não tem nenhuma relação com o Grupo Reserva. Além disso, o valor do ingresso do Reserva (R\$31,00 ou R\$15,50 a meia-entrada) é comparado aos valores dos ingressos do grupo Cinemark<sup>34</sup>. Depois da inauguração, o Reserva fez uma promoção para estudantes e professores da UFF e, atualmente, para professores da rede pública do município de Niterói, privilegiando essa parceria público-privada. Mas ainda assim, o Reserva não dialoga muito com o seu entorno, tanto pelo valor dos ingressos como pela imponência da arquitetura (além das lojas, iluminação etc. que parecem mais terem sido recortadas de um outro local e coladas ali) já que o cinema está localizado na entrada de um dos *campi* da UFF e em frente a Praça Leoni Ramos (ou Praça da Cantateira) que reúne bares e restaurantes, além de ambulantes e vendedores informais, e tem uma característica mais boêmia.

Ademais, duas outras PPPs estão previstas para o Caminho Niemeyer. Em entrevista com Rogério Aguiar<sup>35</sup>, ele afirmou que se pretendia realizar uma PPP para a Fundação Oscar Niemeyer, com objetivo de passar a ser um centro de convenções e a criação de uma marina para recebimento de transatlânticos. Segundo ele, o propósito é que o Caminho Niemeyer seja uma nova porta de entrada da cidade, pelo mar, para que os turistas cheguem por ali, levando em consideração que o Centro da cidade é um espaço degradado. Segundo o entrevistado, isso resultaria, conseqüentemente, numa revitalização do Centro, já que os próprios donos melhorariam seus comércios para recebimento desses turistas. Ele cita como um exemplo da degradação do Centro, o fato de a construtora PDG ter perdido interesse na construção de duas torres de uso comercial e hoteleiro, “Monumental Oscar Niemeyer”, que seriam levantadas em terreno em frente ao Caminho Niemeyer, visto que essa obra era para ter sido acompanhada de uma revitalização de todo o Centro, a partir do planejamento estratégico, o que não ocorreu até então.

Nessa enunciação, fica clara a preferência da administração pública em focar a atração dos olhares externos para Niterói e não as demandas da população local. Em

---

<sup>34</sup> Cinemark é uma rede nacional de exibição de filmes, principalmente filmes norte-americanos, da grande indústria cinematográfica.

<sup>35</sup> Empresário, filiado ao Democratas – DEM, foi presidente do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer de março de 2016 a dezembro de 2016. O ex-presidente não autorizou a gravação da entrevista.

2013, Marcos Gomes declarou que havia um projeto de fazer do espaço da Fundação Oscar Niemeyer uma

escola do saber, com uma escola ligada à ciência, à criatividade, à cultura, uma escola aberta, não uma escola formal, direcionada a intensificar, a aprofundar o próprio conhecimento do professores da rede municipal, e aberta à população da cidade, é uma coisa muito rica e isso vai acontecer em muito breve.<sup>36</sup>

Aparentemente, esse projeto foi mesmo abandonado para dar lugar a um “centro de convenções”.

Tanto Marcos Gomes como Rogério Aguiar descrevem que a fonte de orçamento do Caminho Niemeyer é o aluguel do espaço para eventos externos e pagos. Nos dias desses eventos, a entrada para o público é impedida, só podendo entrar público pagante do evento em questão (a divulgação fica por conta da organização do evento). Marcos Gomes diz que diminuíram a frequência dos eventos para não prejudicar a circulação da população pelo espaço e também porque “é um conjunto de obras do Doutor Oscar”. Rogério Aguiar ainda fala que “não dá para colocar qualquer evento aqui”, afirmando que é difícil “confiar” nos usos que as pessoas darão ao espaço dependendo do tipo de evento, podendo degradar as obras de Oscar Niemeyer.

No momento em que foi realizada a entrevista com Rogério Aguiar, o Caminho Niemeyer encontrava-se fechado durante a semana para população, não se podendo permanecer no local. Eram permitidas apenas visitas guiadas, que duram cerca de 15 minutos com o guias do CAT. Apenas nos finais de semana e feriados a entrada era liberada para pessoas que gostariam de permanecer no território e usufruir deste. Ao ser questionado sobre isso, o presidente do Caminho Niemeyer respondeu que quando deixam o local totalmente aberto tem-se um problema com segurança, pois os “*juvems vandalizam o espaço, bebem etc.*”. Disse também que em meados de junho já pretendia reabrir, até porque “*é um espaço público, não posso manter fechado*”. Ao longo do ano de 2016, o Caminho Niemeyer foi aberto e fechado durante a semana muitas vezes.

**Tabela 2 – Períodos em que o Caminho Niemeyer esteve fechado durante a semana**

Final de março de 2016 - 12 de junho de 2016	Fechado
--	---------

<sup>36</sup> Entrevista concedida a autora em 04 de novembro de 2013.

27 de julho de 2016 - 14 de agosto de 2016	Fechado
A partir de 22 de agosto de 2016	Mudança no horário de funcionamento
25 de agosto de 2016 - Março de 2017	Fechado

Fonte: Elaborado pela autora

A primeira vez que me deparei com o espaço fechado em dia de semana, em maio de 2016, questionei ao Guarda Municipal que estava na entrada o motivo. Ele relatou, com empolgação, que era uma medida muito bem colocada pelo novo presidente, porque os jovens estavam indo para lá matar aula ou praticar ações ilícitas (como fumar maconha). Nesse mesmo dia, havia um grupo de estudantes secundaristas do Liceu<sup>37</sup> sentados na frente da entrada do Caminho Niemeyer. Perguntei se eles costumavam frequentar quando estava aberto, eles disseram que sim e questionei porque tinham impedido a entrada deles. Um dos jovens respondeu que afirmaram para eles que havia ocorrido um roubo e, por isso, a entrada não estava permitida. Achei curioso porque a resposta do guarda para mim havia sido diferente da resposta para eles. Resolvi, nas próximas vezes que fui ao Caminho Niemeyer, sempre perguntar o motivo. Na maioria das vezes quem estava na portaria eram Guardas Municipais, mas em certas ocasiões eram funcionários do Caminho Niemeyer. Em resposta, recebia respostas como

**14 de junho de 2016, terça-feira, 10:20**

Ele disse que já tinha reaberto desde ontem, porém, especificamente hoje, estava tendo uma gravação e por isso não estava podendo entrar (de fato, vi uma gravação). Porém, me ofereceu de fazer uma visita guiada, se eu quisesse. Me disse que na quarta-feira já estaria normalizado.

**29 de julho de 2016, sexta-feira, por volta de 16:30**

Ele disse que estava fechado, só estando aberto para visita guiada. Perguntei desde quando, ele respondeu que desde quarta-feira. Perguntei o motivo, ele disse que **mães de jovens estavam indo buscá-los lá, fora do horário de aula, teve problema com bebida, coma alcoólico, jovens passando mal...** Perguntei se tinha previsão de abrir, respondeu que não, só quando a presidência falasse. Também não tinha nem previsão de abrir no final de semana.

**22 de agosto de 2016, segunda-feira, 17:50**

Fui ao CN<sup>38</sup> para verificar se estava aberto ou não. O portão de entrada de pedestres estava fechado com cadeado. Na outra entrada, estava um

<sup>37</sup> Liceu Nilo Peçanha é uma escola estadual de ensino secundário localizada no Centro de Niterói.

<sup>38</sup> CN: Sigla utilizada ao me referir ao Caminho Niemeyer

funcionário do CN e um guarda. Perguntei sobre a possibilidade de entrar, eles responderam que já havia acabado o horário daquele dia. Há um novo horário de funcionamento: segundas de 9h às 17h, terça a domingo de 9h às 19h. Informaram que dia 25 de agosto fecharia e só abriria novamente dia 08 de setembro, porque haveria um evento dia 03 (Evento pago, “Festeja”).

#### **15 de setembro de 2016, quinta-feira, por volta de 14h**

Eu perguntei para ele porque fechou novamente e ele respondeu que são **ordens que eles recebem. Por enquanto a determinação é essa, mas não sabem até quando.**<sup>39</sup>

Na maior parte dessas vezes, quando eu saía do Terminal e via os jovens sentados na frente do Caminho Niemeyer (Figuras 35 e 36), já sabia que estava fechado, mas tentava entrar mesmo assim. Acredito que a própria mudança no horário de funcionamento era também uma forma de coibir determinados usos e privilegiar outros. Ao ser perguntado sobre as ações que a administração do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer tinha em relação ao todo do espaço, Marcos Gomes falou de “legados” que a administração dele deixou como a abertura da passagem do Terminal para o Caminho, a construção do CAT, a melhoria da portaria, a instalação elétrica na Fundação Oscar Niemeyer que, no início utilizava gerador e o fato de as pessoas irem ali para “brincar, se divertir, andar de bicicleta, andar de skate, namorar, ficar ali, fazer uso daquele espaço”. Entretanto, completa dizendo que é complicado fazer essa gestão. Afirma que um dos objetivos que a gestão dele não conseguiu foi aumentar o número de guardas municipais para tomar conta do local, visto que é uma área muito grande e não tem como ter controle de tudo. Gomes problematizou a questão dos jovens e Daniel Damasceno Barreto<sup>40</sup> completou:

Você teve, ainda tem atualmente, famílias que vão com os seus filhos no domingo, no sábado e domingo passear de bicicleta. E tem muitos jovens que estavam abusando da liberdade do espaço. Como a gente não tinha o controle urbano num grande espaço a nível de guardas municipais suficientes para poder cobrir isso, criou-se um conflito. Algumas famílias começaram a se afastar em função do excesso dos jovens e ainda começaram a puxar os prédios, começaram a subir nos prédios, começaram a quebrar, quebraram os banheiros e arrombaram a porta dos banheiros e quebraram os banheiros. E aí, enfim, chega um momento que como a gente não tem guardas suficientes para coibir algumas ações, então a gente tem que pensar como equilibrar o uso do espaço para a população como um todo, porque também não é um espaço sectário que só pode ir jovem que tem ação assim e assado, que fuma maconha e bebe não sei o quê. É espaço público aberto ao público. Então a gente tem que equilibrar isso.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Trechos do diário de campo da autora

<sup>40</sup> Daniel Damasceno Barreto foi vice-presidente do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer de 2013 a início de 2016. Desde janeiro de 2017 é sub-secretário de Cultura de Niterói.

<sup>41</sup> Entrevista concedida a autora em 27 de abril de 2016.

Buscou-se fazer entrevistas com as diretoras do Memorial Roberto Silveira e do Teatro Popular Oscar Niemeyer também, Celedir Cunha e Carla Tavares, respectivamente. Não conseguimos contatar Carla Tavares. Os telefones do Teatro Popular disponibilizados no site não atendem ou não funcionam. Tentamos também através de *e-mail*, mas não houve resposta. Celedir Cunha, por outro lado, foi muito solícita ao meu contato, apesar de não ter aceitado que a entrevista fosse gravada. Em relação aos jovens que frequentam o Caminho Niemeyer, perguntei se havia alguma ação do Memorial que procurava integrar esses estudantes. Ela respondeu que não, pois os jovens que vão para lá, para a orla, preferem um espaço livre de lazer. Quando questionada sobre como ela via o fechamento durante a semana do Caminho Niemeyer, ela disse que o Caminho Niemeyer não estava fechado, afirmando que qualquer pessoa pode chegar lá e fazer a visita guiada ou ficar, no máximo, 30 minutos, caso contrário “vira bagunça”. Defendeu que em qualquer outro lugar público no mundo é assim, tem regras e tem de ser respeitado. Ressaltou que os jovens iam para lá “vandalizar, levar bebidas, namorar” e tem de se pensar que são obras arquitetônicas que estão ali e não podem ser danificadas.

Ironicamente, é importante mencionar também que em agosto de 2016, em um contexto de início das Olimpíadas do Rio de Janeiro e sendo um dos períodos em que o Caminho Niemeyer encontrava-se fechado durante a semana para o público, o espaço recebeu uma grande “festa” em celebração à passagem da tocha olímpica em Niterói, tendo sido o ponto final. Era uma terça-feira, o Caminho estava bem cheio e bem movimentado (Figura 37), repleto de *stands* das empresas patrocinadoras dos Jogos Olímpicos (como Coca-Cola – que era a “mestre de cerimônias” do evento –, Bradesco, Nissan e Claro). Havia *food-trucks* e um caminhão distribuindo latinhas de Coca-Cola gratuitamente. A quantidade de policiais era desproporcionalmente maior que a quantidade de pessoas acompanhando o evento.



**Figura 35: Entrada do Caminho Niemeyer em 29 de julho de 2016.**  
Fonte: Foto da autora.



**Figura 36: Entrada do Caminho Niemeyer em 15 de setembro de 2016.**  
Fonte: Foto da autora.



**Figura 37: Caminho Niemeyer, 02 de agosto de 2016, terça-feira.**  
Fonte: Foto da autora.

A construção das Igrejas também é uma importante questão a ser discutida. Segundo Marcos Gomes, ao final do ano de 2012, Jorge Roberto Silveira cedeu os terrenos à Arquidiocese de Niterói e à Igreja Adventista do 7º Dia para construção, com orçamento próprio, das obras que já haviam sido desenhadas por Niemeyer no projeto original do Caminho. Segundo reportagem do jornal A Tribuna, a Igreja Adventista já está com toda documentação necessária para começar as obras.

Com investimento de recursos privados (da empresa Golden Cross) o templo da Igreja Adventista de 7º Dia terá capacidade para receber 1500 pessoas. O templo adventista, além de atividades religiosas, também ficará aberto ao público com atividades culturais.

Em relação a Nova Catedral São João Batista as intervenções seguem o cronograma da Arquidiocese de Niterói. Desde março, as obras estão na fase de terraplanagem, sendo que já foram retirados cerca de 4.500 caminhões de aterro do local, nivelando o terreno na altura correta para a construção. Ao mesmo tempo, estão sendo realizados 12 novos pontos de sondagens até 50 metros abaixo do solo, principalmente na região costeira onde será construído um enrocamento de pedras, para garantir total proteção contra ondas e eventuais marés altas para as futuras gerações.<sup>42</sup>

Uma das justificativas para manter o Caminho Niemeyer fechado durante a semana, também foi o risco que o início das obras da catedral oferecia aos usuários do espaço (Figuras 38 e 39). Ainda que não se tenha como prever como a construção e o funcionamento de ambas impactarão nos usos do Caminho Niemeyer pela população frequentadora, acredito que esse tipo de argumento será o mais superficial comparado ao que pode acontecer de fato. Outro grande impacto que pode ocorrer no Caminho Niemeyer é a construção de um estádio na cidade. De acordo com uma matéria<sup>43</sup> do jornal O Globo, a Prefeitura de Niterói e a diretoria do Flamengo se reuniram em março de 2017 para pensar essa possibilidade e o Caminho Niemeyer seria uma opção de território para essa construção. A matéria não apresenta maiores detalhes. Mais um acontecimento para o qual devemos atentar é que, desde início de 2017, Rodrigo Neves nomeou o ex-vereador do PDT, José Antônio Fernandes (Zaf), para a presidência do Grupo Executivo do Caminho Niemeyer. Em entrevista ao jornal A Tribuna, Zaf declara

“Vamos cuidar e administrar a manutenção do caminho o ano todo. Vamos fazer uma agenda de eventos e pautas positivas para os fazedores de cultura da cidade. Quero sentar com a Neltur, a FAN e com a Educação para que possamos fechar os eventos culturais e turísticos tanto no complexo como no Memorial Jorge Roberto Silveira, que é administrado pela Fundação de Educação de Niterói”, destacou Zaf durante visita à redação de A TRIBUNA.

<sup>42</sup> Retirado de: <http://www.atribunarj.com.br/templos-religiosos-do-caminho-niemeyer-comecam-a-sair-do-papel/>

<sup>43</sup> Em <http://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2017/02/prefeitura-de-niteroi-e-fla-se-reunem-e-discutem-projeto-de-estadio-na-cidade.html>



Acrescentemos, ainda, que o Caminho Niemeyer é isotópico na concepção de Lefebvre. Todavia, tem suas heterotopias dentro dele. Como discutimos anteriormente, nenhum território é totalmente apropriado ou totalmente dominando. No Caminho Niemeyer não é diferente. Podemos observar as contradições, as respostas que os usuários do território dão às ações da administração pública, os contra-usos... A realidade social é sempre mais complexa do que o recorte que damos em sua análise. Nem tudo está dado, explícito. Sendo assim, no capítulo seguinte, apresentaremos esses usos que extrapolam o previsto pelo poder público e pelo capital, as resistências – ou micro-resistências – que se colocam. E, em que medida, são também cooptados ou totalmente repudiados pela lógica capitalista de poder.

### 3. APROPRIAÇÕES E USOS NO CAMINHO NIEMEYER

No capítulo anterior, traçando um paralelo com o que apresentei no primeiro capítulo deste trabalho sobre território, busquei demonstrar a esfera da “dominação” – econômica, principalmente – sobre a produção do espaço urbano da qual fala Lefebvre entre outros autores. Mas, como supracitado, sabemos que um território não é totalmente dominado. Há sim, por menor que sejam, os usos que extrapolam as “funções” que foram pensadas e determinadas para um espaço: a perspectiva do simbólico, do vivido, das apropriações. Portanto, neste último capítulo, trataremos dessa concepção da “apropriação” de um território, partindo de uma discussão teórica sobre os usos do espaço público, por exemplo – visto que o Caminho Niemeyer é, numa visão mais clássica, considerado espaço público – para focar, por fim, na minha própria experiência como moradora de Niterói e usuária do Caminho Niemeyer e nos usuários desse espaço.

José Guilherme Magnani, no artigo “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” (2002), levanta a questão sobre o foco dado às forças econômicas hegemônicas nos estudos das cidades e o apagamento dos sujeitos, dos encontros, da sociabilidade, como se o espaço urbano, por ser regulado pelo Estado e pelo capital, fosse desprovido de ações dos indivíduos. Como o autor complementa, “A bem da verdade, não é propriamente a ausência de atores sociais que chama a atenção, mas a ausência de certo tipo de ator social e o papel determinante de outros.” (MAGNANI, 2002, p. 14). Segundo Magnani, dá-se muita importância aos planejadores, financistas, investidores e pouco se fala dos moradores ou – o que seria ainda melhor – a partir das narrativas dos moradores e não, apenas, numa posição passiva. Ao ouvir os relatos desses atores e observar suas práticas, poderíamos ter “outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade.” (MAGNANI, *ibidem*, p. 15).

A partir desse desenvolvimento, Magnani propõe uma metodologia baseada em um olhar “de perto e de dentro” em contraponto ao olhar – que priorizamos no segundo capítulo deste trabalho – “de longe e de fora”. De acordo com as categorias criadas pelo autor, é possível analisar os trajetos, pontos de encontros e redes de sociabilidade dos diversos grupos de indivíduos que atuam na cidade, evidenciando os contatos que ocorrem entre sujeitos diferentes e, ao mesmo tempo, os usos que esses sujeitos fazem ou podem fazer dos espaços espetacularizados, das megaestruturas urbanas. No caso do

Caminho Niemeyer, entretanto, é importante ressaltar a dificuldade de se realizar uma pesquisa em um espaço que foi **planejado para ser visto de cima e pensado para ser apreciado de longe**. Dentro do contexto de “cidade portfólio” ou “cidade cartão-postal”, esse fato é determinante em como se realizam os usos e contra-usos desse espaço e no desenvolvimento dessa pesquisa de campo que foi feita a partir de uma observação participante.

Partindo dessas colocações, busquei, nesse capítulo, apresentar um olhar “de perto e de dentro” sobre o Caminho Niemeyer através de entrevistas<sup>45</sup> com os diferentes usuários que usufruem daquele território, além de uma observação do espaço e da minha própria experiência enquanto usuária, no período de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017, retomando, em alguns momentos, a pesquisa que havia sido feita para o meu trabalho de conclusão de curso, em meados de 2013 a início de 2014. Para essa análise, procurei ir ao Caminho Niemeyer em diferentes dias da semana e diferentes horários, tendo em mente que o fato de ser final de semana ou não e os turnos do dia influenciam diretamente nos grupos que estão utilizando o Caminho Niemeyer. Logo, assim como Magnani, o que se pretende analisar é um equilíbrio entre as forças hegemônicas, o planejamento urbano (olhar “de fora e de longe”, feito no capítulo 2), já que tem também de se pensar o contexto do modelo de gestão das cidades que interferem nos usos dos sujeitos; e os usos, apropriações, trajetos, encontros, diálogos... (olhar “de perto e de dentro”, proposto para este capítulo) para trazer as narrativas dos moradores e dos usuários, as práticas e os contra-usos que também existem – e resistem – nas cidades.

### **3.1 Discussões sobre o conceito de espaço público**

Ao discutir os usos e apropriações que se dão no Caminho Niemeyer, primeiramente faz-se necessário explorar o conceito de espaço público, visto que o Caminho Niemeyer é tido como um espaço público. Todavia, essa noção é complexa e extensa, envolvendo outras questões e discussões que não daremos conta de aprofundar neste trabalho. A partir dos estudos de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, Rogério

---

<sup>45</sup> As entrevistas com os usuários não foram gravadas pelo caráter mais “informal” pelo qual optei para que as pessoas ficassem à vontade para responder às questões. Eu, apenas, anotava as respostas, privilegiando muitas vezes palavras-chave. As citações e reproduções das falas – entre aspas e em itálico –, então, não são *ipsis litteris*, mas representam uma ideia geral das respostas das pessoas entrevistadas. Além disso, nem todas as entrevistas foram reproduzidas nesse trabalho. Escolhi as que apresentam respostas mais “consistentes” ou “completas”.

Proença Leite (2002, 2007 e 2008) define espaço público como uma conjugação de ações (esfera pública) que significam espaços, territórios, lugares (espaço urbano).

Da relação entre espaço e ação, as práticas interativas (ações) atribuem sentidos aos lugares (espaço), que por sua vez contribuem para a estruturação dessas ações, promovendo a confluência entre o espaço urbano e a esfera pública, construtos dos quais a noção de espaço público retira suas principais categorias. Embora se constitua no espaço urbano, é possível entender o espaço público como algo que ultrapassa a rua; como um conjunto de práticas que se estruturam num certo lugar. (LEITE, 2008, p. 50)

O autor ainda defende que o fechamento ou esvaziamento de uma rua não significa, necessariamente, “a morte” da esfera pública, “mas tão somente a suspensão de certas sociabilidades em alguns dias ou horários” (LEITE, *ibidem*, p. 49). Pensando no caso do Caminho Niemeyer, podemos dizer que mesmo o impedimento compulsório da entrada de pessoas durante a semana não tira o caráter de “público” daquele território – até porque ele permanece abrindo aos finais de semana – porém, essa restrição na entrada altera as lógicas de uso do espaço: os grupos que deixam e os grupos que passam a utilizar o território.

Angelo Serpa (2007) afirma que as políticas públicas, de forma geral, são pensadas para a classe média porque institui um estilo de vida dominante e mundialmente aceito. Nesse sentido, os usos e apropriações que se fazem do espaço público não são diferentes. O que não está enquadrado nos modos da classe média, automaticamente é tido como “errado” ou, em alguns casos, “ilegal”.

No espaço público da cidade contemporânea, o “capital escolar” e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos. [...] A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo “desigual” e “diferente”. Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, “hierárquica”. (SERPA, 2007, p. 20)

Nesse sentido, há um “limite” na apropriação do espaço público que se torna um “meio de controle social”, uma forma de organização e regulação do espaço que privilegia a classe média e gera um consumo exclusivo do espaço público. “Na verdade, estamos diante de um estilo de vida das classes médias, que homogeneiza as diferenças culturais em prol de modos de consumo mundializados.” (SERPA, *ibidem*, p. 26). Sendo assim, é socialmente aceito que a classe média dite as regras de comportamento

em um espaço público, como vimos aparecer nas falas dos gestores e funcionários do Caminho Niemeyer. Ou quando uma família – pai, mãe e criança, brancos, de classe média e moradores do Centro de Niterói – condena o uso que algumas pessoas estavam dando ao território, “*tinha um casal se pegando*” ou “*tinha um rapaz drogado*”.

Podemos dizer que há várias formas de privatização do espaço. Uma delas é, justamente, esse processo de um grupo de usuários “levar” a vida privada a um território e coibir os usos por outros grupos. No Caminho Niemeyer, isso acontece em duas mãos. Por um lado, temos jovens que levam bebidas, ou fazem uso de drogas consideradas ilícitas – como a maconha – ou ainda “namoram” explicitamente no espaço aberto e isso, como demonstrado na fala da família mencionada ou na fala dos guardas municipais (ao dizerem “*imagina você vindo aqui com a sua família pra passear e ver esses jovens fazendo essas coisas*”), causa desconforto às famílias de classe média. Por outro lado, os grupos de classe média (que não necessariamente são de classe média, mas que vivem e reproduzem os estilos de vida da classe média) em si constroem os usos desses jovens através de reclamações ou de olhares condenadores. Além disso, os modos de vida da classe média, por serem dominantes, são impostos ao território através da ação estatal que, nesse caso, tomou medidas para privilegiar o uso “das famílias” e prejudicar os jovens – majoritariamente de escolas públicas – como, por exemplo, pedir documentação de forma aleatória – ou não – na entrada e, como uma medida mais clara desse impedimento, fechar o espaço durante a semana, mantendo aberto apenas em feriados e finais de semana, caracterizando uma forma de privatização e regulação estatal. Questionamos, então, “*Afinal, estamos diante de espaços verdadeiramente públicos ou de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público?*” (SERPA, *op. cit.*, p. 39).

Como outra forma de privatização do espaço público, temos aquela mais estritamente ligada ao capital: a concessão de espaços públicos a empresas privadas por um determinado período determinado de tempo, conforme aconteceu com o Centro Petrobrás de Cinema que foi tornado concessão à empresa paulista, Reserva Cultural, para criação das salas de cinema e estabelecimentos comerciais. Assim, “a destinação de um espaço antes estatal ou de uso coletivo ao domínio de um agente privado modifica a natureza do local, que passa a ser, com frequência, destinado a usos exclusivos para determinadas pessoas.” (GUIMARÃES, 2016, p. 134). Antes do Reserva Cultural, o espaço não tinha muita utilidade, pois faltava estrutura básica para o funcionamento

frequente, como rede elétrica ou hidráulica. Entretanto, o local era usado esporadicamente para eventos públicos e com entrada gratuita: eventos da Prefeitura de Niterói ou até mesmo da Universidade Federal Fluminense. A transformação da característica dos eventos que ocorrem no local e a fixação de ingresso mudam, conseqüentemente, a característica do estrato social que passa a frequentar o Reserva Cultural. O próprio Caminho Niemeyer – a parte do Aterrado Norte – aluga seu espaço para grandes shows e eventos que cobram entrada<sup>46</sup>, impedindo, nesses dias, a entrada do público que costuma ir apenas para passear (como mencionado no segundo capítulo, o caso do Festeja Niterói que cobrava R\$40,00 a meia-entrada para pista e R\$160,00 a meia-entrada para o camarote).

Existe, ainda, um problema decorrente da sociedade moderna que é a busca por “preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida” (SIMMEL *apud* SILVA, 2009, p. 27). César Henrique Matos e Silva (2009), a partir de pensamentos de Teresa Caldeira, diz que há no espaço público

um potencial para contestação e para “desafiar e nivelar as hierarquias”. Nele os indivíduos são obrigados a se confrontar, a reconhecer e respeitar o outro, interagindo socialmente apesar das diferenças e desigualdades. Aqui a autora destaca a necessidade dos indivíduos negociarem, no espaço público, os termos dessa interação, considerando os diferentes interesses individuais que se confrontam.

Naturalmente que há sempre um desgaste em confrontos sociais deste tipo e, associado à eventual falta de habilidade dos indivíduos em lidar com isso, torna-se muito comum a tendência de criar refúgios para grupos sociais mais homogêneos, onde se prefere resolver as diferenças pelo desvio do confronto, e não pela negociação no âmbito público. (SILVA, *ibidem*, p. 30)

Complementando essa ideia, o autor diz ainda que há uma tensão social nos sujeitos entre se preservar, preservar sua identidade e se isolar o que contribui para o que Serpa defende ao dizer que, cada vez mais, caminhamos para um maior individualismo, um maior distanciamento em lidar com “o outro” ou “o diferente” em favor de uma minimização dos encontros e dos possíveis conflitos nos espaços públicos. Assim,

as práticas urbanas que neles ocorrem inscrevem-se em um processo de “territorialização do espaço”. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços

---

<sup>46</sup> Há também os eventos que não cobram entrada, como Feiras Gastronômicas, festivais de *food trucks* etc., mas também há um aluguel do espaço para realizar esse tipo de evento.

privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. (SERPA, *op. cit.*, p. 36)

O espaço público fica, assim, cindido. Ser acessível a todos não basta para o tornar “público” se, simbolicamente, existem barreiras que afastam usuários, se não há apropriação. E, nesse sentido, os próprios usuários podem restringir os usos a outros grupos de usuários e contribuir para a ampliação da esfera privada no espaço público. Segundo Leite, “essa tensão entre o público e o privado sempre foi constitutiva da formação do espaço público [...], a esfera íntima sempre esteve à espreita da vida pública, seja para legitimar-se, tornar-se visível ou para apropriá-la.” (LEITE, *op. cit.*, p. 51). As diferenças na relação dos sujeitos com o espaço é reflexo das diferentes formas de inserção desses sujeitos na sociedade. Logo, essa característica da disputa e do conflito é inerente ao espaço público, à vida pública.

Nesse sentido, “os espaços públicos brasileiros são sujeitos à forte regulação estatal e induzem, direta ou indiretamente, uma diferenciação entre classes sociais e outros fatores.” (GUIMARÃES, *op. cit.*, p. 100). Acaba por ser um reflexo da organização da sociedade concentrado naquele território. Não é, como se pensa normalmente, um espaço “livre e democrático”, pois nem todas as pessoas o acessam igualmente. Há diferenças de acordo com a classe social, por exemplo, como afirma Guimarães, criam-se barreiras por vezes simbólicas, por vezes físicas. Da mesma forma que os territórios e as cidades, o espaço público também é uma produção social, também é uma conjugação de forças na qual o “fazer” daquele espaço depende do “poder” que os atores possuem.

O espaço público é, acima de tudo, a **possibilidade** dos encontros, dos diálogos, do contato com a diferença – de forma conflitiva ou não –, das ações de resistência, dos usos espontâneos, das manifestações políticas... Enfim, da apropriação e das relações entre sujeitos e entre sujeitos e território. Por esse motivo, o espaço público é também um território seguindo a visão que utilizamos nesse trabalho. Mas, em sendo suscetível a constantes interferências das forças hegemônicas, há respostas que os sujeitos inventam para “burlar” um sistema imposto e se apropriar do espaço. Nesse capítulo, trabalharemos nessa perspectiva, com os conceitos de táticas (Michel de Certeau), contra-usos (Rogério Proença Leite) e corpografias (Paola Berenstein Jacques) como formas de respostas que, mesmo que não se pretendam necessariamente subversivas, apontam outros usos a um determinado território.

### 3.2 Táticas, contra-usos, corpografias e microresistências

Voltando aos conceitos trabalhados no segundo capítulo deste trabalho, pensemos na ideias de isotopia e heterotopia de Lefebvre. Pela definição do autor, podemos associar a noção de isotopia ao Caminho Niemeyer, já que este foi pensado dentro de uma lógica do capital global que pretende a venda das imagens da cidade a partir da construção de grandes projetos arquitetônicos espetacularizados, com nomes de renome que funcionam como “grife”. Além disso, a administração que é feita do espaço, também está dentro de um ideal dominante, que funciona seguindo os modos de vida da classe média. Entretanto, não podemos afirmar que há apenas isso no Caminho Niemeyer. Considerando a heterotopia, por mais que se tente “afastar” determinados grupos e usos e regulá-los, o território, enquanto formador das identidades culturais e formado por tais, é apropriado para além do que as forças dominantes planejam para o Caminho, que passa a ser então, também o lugar das diferenças, o lugar outro, um espaço possivelmente revolucionário (ALBINATI, 2016, p. 15). Essa tensão é, justamente, o que caracteriza o espaço urbano, segundo Lefebvre, que possui uma qualidade dinâmica, pois muitas coisas podem acontecer para transformar esse espaço.

Pensando nisso, há uma importante questão a ser respondida: a participação que acontece no Caminho Niemeyer é legitimadora ou transformadora do modelo de cidade que é seguido pela Prefeitura e comunicado pela mídia? (SANCHEZ, 2001, p. 42) Em que ponto os usos e apropriações que se dão no Caminho Niemeyer são modificadores da lógica dominante? Ou são apenas reprodução de um modo de vida já instituído? Sabemos, a partir do que foi tratado nos primeiros capítulos deste trabalho, que essas formas “alternativas” ao capital de se fazer ou viver a cidade são, por vezes, cooptadas pelas forças hegemônicas – até o momento em que é interessante para a sobrevivência e reprodução do capital que ele seja “adaptado” à cultura local.

A espontaneidade, a participação e a criatividade associadas à apropriação do espaço e, potencialmente, à construção de sujeitos coletivos encontram uma armadilha perigosa nos processos comunicacionais dominantes. Neutralizam práticas de resistência que, “pasteurizadas” ou domesticadas, reaparecem em versões vazias de conteúdo político, recodificadas como partes do espetáculo. (SANCHEZ, 2010, p. 79)

Contudo, a própria autora completa: “nenhum espaço é tão coercitivo nem tão ritualizado a ponto de coibir totalmente a diferença, ela é o não programado.” (SANCHEZ, *ibidem*, p. 87). Os urbanistas e planejadores tentam projetar e prever os

usos que serão dados a determinado espaço, mas são os sujeitos e as vivências desses que darão significados ao território (JACQUES, 2008, p. 52). Os usos extrapolam o que foi pensado e determinado em um planejamento estratégico.

Assim, as maneiras de utilizar o espaço fogem à planificação urbanística: capaz de criar uma composição de lugares, de espaços ocupados e espaços vazios, que permitem ou impedem a circulação, o urbanista é incapaz de articular essa racionalidade em concreto com os sistemas culturais, múltiplos, fluidos, que organizam a ocupação efetiva dos espaços internos (apartamentos, escadarias etc.) ou externos (ruas, praças etc.) e que os debilitam com vias inumeráveis. Ele pensa em uma cidade vazia e a fabrica; retira-se quando chegam os habitantes, como diante dos selvagens que perturbarão os planos elaborados sem eles. (CERTEAU, 2012, p. 233)

Dessa forma, observaremos que os usos e apropriações que acontecem no Caminho Niemeyer<sup>47</sup> são tanto, em alguns casos, legitimadores e cooptados pelas forças hegemônicas, quanto transformadores e subversivos em outros casos, a depender das forças e possibilidades que cada grupo tenha.

Os conceitos que serão acionados nesse capítulo – táticas, contra usos, corpografias e heterotopia já supracitados – estão todos dentro de uma mesma chave de entendimento: da apropriação. A não ser pelas táticas que ultrapassam o sentido de subversão ou apropriação do espaço urbano, especificamente, os outros termos são, praticamente, sinônimos. Segundo Serpa (2007, p. 38), a “apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital”. As apropriações “(significação particular do espaço, criação de laços afetivos)” (ALBINATI, 2016, p. 72) estão ligadas ao que chamamos anteriormente de “sentimento de pertencimento”, desenvolver conexões com determinado território, ao qual o indivíduo sente-se pertencente.

Para Jacques (2004, p. 27-28), a principal ferramenta para apropriar-se de um território é transformá-lo de um cenário espetacularizado em um palco de trocas, misturas, conflitos, encontros... É a participação efetiva da sociedade. E, para Serpa, a participação é baseada no diálogo que “pressupõe a desconstrução da hierarquia das diferenças.” (SERPA, *op. cit.*, p. 143), sendo, assim, necessária à construção do que o autor chama de um “entre-lugar”, que seria o território apropriado por diversos grupos, de diversas culturas, classes sociais etc.

---

<sup>47</sup> Nesse período da pesquisa de campo, especificamente.

Guy Debord, no livro “A sociedade do espetáculo”, argumenta que o abismo que se cria, normalmente, entre os grandes projetos de intervenção urbanística que produzem objetos arquitetônicos espetacularizados e a população leva à alienação, já que, as pessoas passam a consumir o espaço sem questioná-lo ou sem criar relações de afeto. A participação e a apropriação seriam, justamente, as formas de o território ser apropriado e produzido por diferentes grupos que dariam sentido ao local, para além do fim último do consumo. Como Albinati (2016, p. 52) defende, dizer “não” ao modo de vida dominante na construção do espaço é um ato desalienante, que desafia as regras impostas.

O Caminho Niemeyer foi criado para ser contemplado, num contexto de uma grande “estetização da vida urbana encenada nesses novos ‘espaços públicos’” (ARANTES, 2014, p. 154). Pela sua dimensão, pela sua (in)visibilidade, pela característica e divulgação dos eventos – para citar apenas algumas questões – o Caminho é um produto do espetáculo das cidades. E, sendo assim, só o fato de ser utilizado e apropriado para além do que lhe foi planejado, já faz desses usos, usos transformadores.

Em “A invenção do cotidiano”, Certeau elabora duas categorias que são maneiras de “fazer com”. Primeiro, as estratégias que são, segundo o autor, o lugar do poder, onde ele se espacializa e estabelece regras de acordo com as forças dominantes. As estratégias, normalmente, são atribuídas às forças de instituições – empresas, exército, polícia etc. – que tenham condições de criar e impor essas regras. Já as táticas, comparadas à noção de heterotopia, seriam o lugar do “outro”, onde não se tem ações planejadas, movimentos imprevisíveis em espaços que não lhe são próprios (LEITE, 2007, p. 215).

Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Em suma, a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 2014, p. 95)

Para o autor, as táticas estão nos sujeitos que vivem sob leis e regras que tentam o estratificar. O indivíduo cria, então, artes de fazer que instauram pluralidade e criatividade (CERTEAU, *ibidem*, p. 87). “Trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ‘ações’ que o fraco pode empreender”. (CERTEAU, *ibidem*, p. 91). O

autor também defende que não se pode dizer que o consumidor é identificado por aquilo que consome porque entre o produto e o uso que se faz dele há uma grande distância.

Da mesma forma, encontramos o conceito de contra-uso desenvolvido por Rogério Proença Leite a partir, justamente, das estratégias e táticas de Certeau e dos conceitos de paisagens de poder e paisagens vernaculares de Sharon Zukin<sup>48</sup>. O autor propõe que se chame de contra-uso as táticas associadas ao espaço que “se constituem em um contra-uso capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado como de possibilitar que o espaço que resulta das ‘estratégias’ se cinda, para dar origem a diferentes lugares” (LEITE, 2007, p. 215), lugares que seriam ressignificados e apropriados de formas diferentes, dando lugar a grupos diferentes, a partir dos contra-usos.

Leite, em seus trabalhos, analisa o caso de revitalização do Bairro do Recife Antigo, focando nos usos e nos contra-usos de lugares no bairro após essa revitalização. Dividindo por polos, o autor faz uma descrição detalhada destes elementos que conformam aquele espaço. Em sua explanação, ele deixa claro que há diferenças nos usos após as ações de revitalização e que o turno do dia também interfere nessas apropriações. O polo da Moeda, por exemplo (que surge quase como um contra-polo em relação ao polo do Bom Jesus que foi o foco dos investimentos e concentra restaurantes mais caros), durante o dia funcionava como um estacionamento, mas à noite era vivo e pulsante, sendo uma zona para um público mais “alternativo”. O Largo do Marco Zero que, antes da requalificação, era uma praça arborizada, com banquinhos, onde muitas pessoas ficavam conversando, perdeu essa característica de permanência depois das obras. As árvores e os bancos foram retirados, dando espaço a uma grande esplanada onde, de dia, segundo o autor, muitas pessoas não conseguem ficar devido ao sol, tornando-se um lugar mais de passagem. À noite, o Marco Zero passou a receber muitos eventos e, inclusive, passou a ser palco de manifestações das mais diversas, misturando os públicos que não tinham muitas possibilidades de diálogo nos outros polos.

O Caminho Niemeyer, ainda que não seja comparável à área de um bairro, funciona de forma semelhante. Primeiramente porque, apesar de o Caminho não ter sido pensado com bancos e árvores – especialmente a falta de árvores é uma característica de

---

<sup>48</sup> ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: Mapeando cultura e poder. IN: ARANTES, Antonio A. (org.). O espaço da diferença. São Paulo: Papius, p. 80-103, 2000.

inúmeras obras do Niemeyer – e, também, ser muito quente quanto está de dia, ele recebe muitos eventos que tem a possibilidade dessa mistura de públicos, tal qual o Largo do Marco Zero – ainda que nem todos os eventos sejam abertos ao público nem que tenha sido, em algum momento, palco de manifestações políticas como foi o Marco Zero. Além disso, como no caso do Bairro Antigo do Recife, os horários influenciam nos grupos que estão usando o espaço. Fora, como já mencionado, o dia da semana. Aos finais de semana, principalmente na parte da tarde e início da noite, o Caminho fica muito movimentado, independente de eventos – sejam dentro do Teatro ou fora. Durante a semana geralmente fica mais esvaziado se comparado ao final de semana, mas muitos jovens vão para lá seja de manhã, à tarde ou à noite, enquanto muitos grupos de patins costumam utilizá-lo no final da tarde e início da noite.

Os autores Nelson Diniz e Luciano Hermes da Silva (2016) fizeram um estudo analisando os contra-usos *skatistas* no Rio de Janeiro. Os autores defendem que a prática do skate ressignifica os espaços, especialmente os espaços públicos, pois conferem movimento ao território. Os *skatistas* se apropriam de escadas, rampas e qualquer mobiliário urbano para realização de manobras, por exemplo, o que extrapola o uso daquele espaço e daquele mobiliário. “Espaços públicos subutilizados transformam-se em lugares de encontro intensamente frequentados por *skatistas*, que lhes atribuem novos sentidos e qualidades materiais.” (DINIZ; SILVA, 2016, p. 21) Segundo Diniz e Silva, a aceitação desses usos por parte do poder público é resposta possível e, inclusive, muitas gestões entendem *skateparks* como soluções para “revitalizar” ou “melhorar” o uso de determinados espaços públicos.

No Caminho Niemeyer, no início de 2015 até início de 2016, aproximadamente, havia muitos grupos de *skatistas* que frequentavam o local. Entretanto, já em meados de 2016, esse grupo não está mais tão presente no Caminho Niemeyer. O momento coincide com a abertura de dois *skateparks* na cidade: o de São Francisco em janeiro de 2015 e o do Horto, no bairro do Fonseca, em novembro de 2015. Acredito que o movimento dos *skatistas*, todavia, tenho sido necessário para dar o pontapé inicial para que outros grupos esportistas, como o pessoal dos patins e da bicicleta, também se apropriassem do Caminho Niemeyer.

Mais um conceito que trata dos sujeitos no espaço, é a noção de corpografia e errâncias desenvolvida por Paola Jacques. A autora diz que a experiência e a prática dos

espaços da cidade são as alternativas aos espaços espetacularizados e que, tanto o indivíduo conforma um espaço como também é influenciado por este, ficando o urbano inscrito no próprio corpo da pessoa.

A cidade é percebida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo em sua corporalidade o que passamos a chamar de corpografia urbana. A corpografia seria uma cartografia corporal, ou seja, ela parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também o define, mesmo que involuntariamente. (JACQUES, 2008, p. 51)

A errância, uma metodologia introduzida pela autora, é como praticar o espaço de uma forma consciente, percorrer a cidade, criar percursos, trajetos. O errante, ao contrário dos planejadores, não vêem a cidade de cima, mas vive a cidade. Esse método, por si só, já é, segundo a autora, uma crítica às representações da cidade – mapas, planos, diagnósticos – e aos processos de espetacularização. A errância envolve um “perder-se” (ou “desorientar-se”), lentidão (não necessariamente um ritmo lento, mas um movimento que vá de encontro à rapidez instituída pelo capitalismo) e a corporeidade (relação do corpo físico do sujeito com o corpo da cidade).

Jacques tem como referência Certeau quando ele fala dos praticantes ordinários que têm uma dimensão outra da cidade. Ao caminhar, o praticante “tece” os espaços, a movimentação desses praticantes é o que cria o tecido urbano. Para Certeau, a cidade é essa rede, essa agitação resultante dos passos, traços e trajetórias. “Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] Em suma, o espaço é um lugar praticado.” (CERTEAU, 2014, p. 184). Então, Certeau propõe

analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes da vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje avançados, da organização observadora. (CERTEAU, *ibidem*, p. 162)

Certeau, Leite e Jacques buscam o olhar “de perto e de dentro”, como sugerido por Magnani. Um olhar mais próximo dos sujeitos e das vivências e demandas destes que fazem e experienciam, de fato, a cidade, ao contrário do olhar “de longe e de fora”

que planeja o espaço, mas não o conhece. Esses autores procuram observar as maneiras de fazer, as formas de micro resistências em contraponto à força das estratégias, das instituições, dos planejamentos estratégicos... Mas sem deixar de levá-los em conta, já que vivemos num contexto em que o peso dessas estruturas é esmagador.

Isto posto, passaremos agora a falar dos usuários e das experiências no Caminho Niemeyer como proposto e anunciado no início desse capítulo e no início deste trabalho de forma geral. Pensar aqui os usuários e suas apropriações do Caminho Niemeyer (CN)<sup>49</sup> conforma o esforço mais importante deste trabalho: a vivência de um objeto espetacular pela perspectiva dos sujeitos.

### **3.3 Minha experiência enquanto pesquisadora-usuária**

Além dos dias no capítulo 2 (dias em que fui ao Caminho, mas estava fechado<sup>50</sup>) e os dias que serão descritos no próximo item, fui também algumas vezes apenas para experimentar e vivenciar o espaço como usuária, moradora do bairro do Fonseca e como pesquisadora também, visto que mesmo indo para “aproveitar” observava, ao mesmo tempo, os usos, as pessoas, o lugar...

**04 de junho de 2016, sábado, 16h:** Estava um dia frio e nublado. Me agasalhei bem antes de sair de casa, porque sabia que no CN estaria ventando bastante. Mesmo estando nublado, tinha algumas pessoas no Caminho, especialmente grupos mais jovens. Nesse dia, fui para passear e conversar com um amigo, não fiz entrevistas. Estava tranquilo e agradável, até que começou a chover. Não muito forte, mas o suficiente para molhar. Como todos estavam indo para baixo do Teatro, único abrigo para chuva que tem no Caminho, eu e meu amigo resolvemos ir embora, porque lá embaixo ficaria muito barulho. (Figura 48)

**12 de junho de 2016, domingo, 16h30min:** Dia dos Namorados em um domingo. Até pensei em achar poucas pessoas no CN, mas estava bem movimentado. Alguns casais e grupos de amigos também, sentados na orla, andando de patins e skate e algumas famílias com crianças. A bilheteria do Teatro estava aberta, a rampa e a escada para subir ao Teatro estavam também. Estava um dia bem frio, mas para mim não há

---

<sup>49</sup> A partir desse momento, por se tratar mais das falas dos usuários do Caminho Niemeyer, usaremos a sigla CN para nos referir a este território.

<sup>50</sup> Além das datas citadas no capítulo 2, tem também os dias 05 de setembro de 2016 e 08 de novembro de 2016.

melhor combinação do que vento frio e um calorzinho de leve do sol no rosto. Quando fecho os olhos, ouço apenas o barulho das ondas e, ao fundo, algumas pessoas falando. Pouco tempo depois, após o sol se pôr, comecei a sentir muito frio. Levei um cachecol e um casaco, mas deveria ter levado um cobertor ou uma outra blusa. O vento estava bem gelado, ficou desconfortável e resolvi ir embora. Em determinado momento, me senti insegura, pois um homem passou muito próximo, olhando para todo mundo. Peguei minha bolsa e coloquei no colo. (Figura 49).



**Figura 48: Dia nublado e chuvoso, 04/06/2016.**

Fonte: Foto da autora.



**Figura 49: “Dia dos namorados”, 12/06/2016.**

Fonte: Foto da autora.



**Figura 50: Dia de semana mais esvaziado no CN, 15/08/2016.**

Fonte: Foto da autora.

**15 de agosto de 2016, segunda-feira, por volta das 14h:** Fui rapidamente ao CN apenas para verificar se estava aberto ou não e para fazer hora, visto que eu tinha um compromisso no Centro um tempo depois. Estava. Pude entrar tranquilamente, sem problemas. Reparei que na portaria não havia ninguém quando entrei. Estava bem esvaziado, a não ser por alguns pouquíssimos grupos que estavam por lá. (Figura 50)

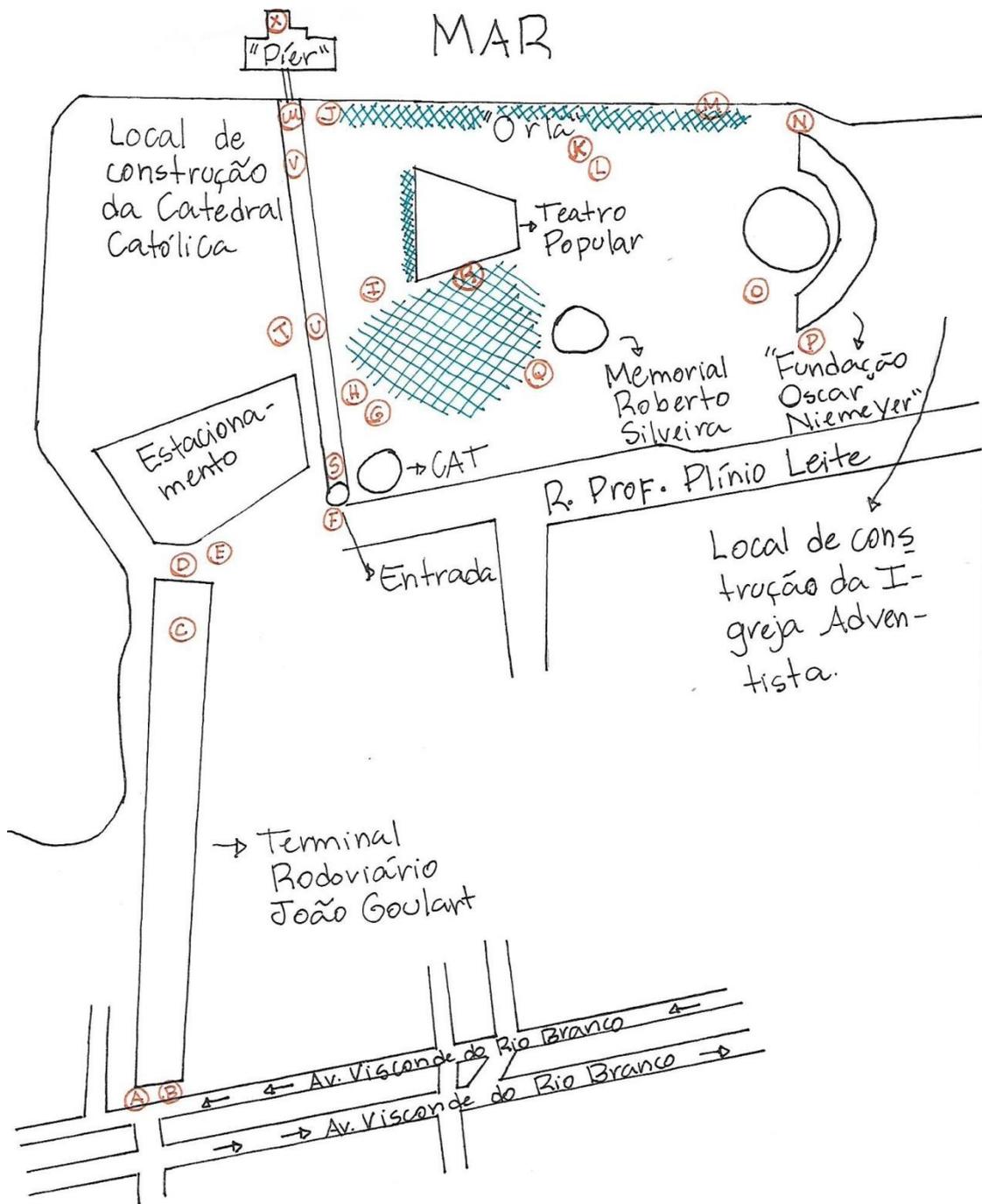
**14 de janeiro de 2017, sábado, às 18h:** Estava acontecendo o evento Roller Popular, então queria verificar como estava a movimentação. Ainda estavam muito sol e muito quente. Muitas pessoas andavam de patins e a maioria estava na sombra, embaixo do Teatro. Não havia ninguém sentado na orla, é muito difícil ficar pela orla com todo esse calor. Algumas pessoas apenas tiravam fotos, ou andavam por ali.

A questão do clima (muito quente, muito frio, chuva) aparece muito nos meus relatos. Assim como o Caminho Niemeyer não tem uma sombra ou proteção para o sol, também não tem para a chuva. Quando está sol faz muito calor; quando chove incomoda; quando está frio faz muito frio. Acaba que a permanência ou não das pessoas no espaço fica dependente do tempo. Apesar disso, o Caminho Niemeyer é um lugar muito agradável de ser frequentar. A praia de Icaraí, por exemplo, é uma opção para aqueles que moram perto dela e buscam um lugar tranquilo, para conversar e olhar o mar. Para mim, por ser moradora do Fonseca, o Caminho Niemeyer é essa opção de lazer. Entretanto, ele é um território extremamente mais regulado por ter horário para fechar, dia para abrir etc., assim como é o caso de muitas praças públicas em Niterói.

Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há os lugares de passagem, há os de permanência, há também os horários convenientes e os espaços completamente proibidos ou vedados. (HAESBAERT, 2013, p. 94)

Nossos trajetos estão também, de certa forma, condicionados por essas regras. Escolher um lado da calçada a outro ou uma rua a outra é construir uma trajetória, é

territorializar. Os passos e trajetos “desenham” a cidade. E, como nos lembra Certeau, “Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço”. (CERTEAU, 2014, p. 183). Por esse motivo, apresentarei uma descrição, a partir do croqui (Figura 51), da trajetória para chegar ao Caminho Niemeyer.



■ Lugares de maior aglomeração

Ⓐ, Ⓑ... Lugares de onde as fotos foram tiradas

**Figura 51: Croqui Centro de Niterói – Caminho Niemeyer.**

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir daqui, as imagens que seguem são as que estão indicadas no croqui (Figuras A, B, C...) e são todas fotos tiradas por mim.

Meu trajeto tem início no ponto de ônibus no Fonseca. Posso escolher inúmeras linhas de ônibus que me deixam dentro do Terminal. Porém, sempre prefiro a que me deixa fora do Terminal, ainda na Avenida Rio Branco. Quando desço do ônibus, já consigo ter uma noção da movimentação do Terminal (Figuras A e B). Não importa muito se é dia de semana, feriado, final de semana... O Terminal sempre tem alguma movimentação. Outros dias mais, outros dias menos. Para chegar ao Caminho Niemeyer, é necessário andar por todo o Terminal. Então, entro. Passo por todo tipo de comércio: lanchonetes, lojas de doces e biscoitos, lojas de roupas, de jóias, de maquiagem, de calçados... Uma infinidade de opções. Passo também por muita gente... Gente que parece estar voltando do trabalho, gente que parece estar indo para o trabalho... ou da/para a escola, da/para faculdade (Figura C). E me pergunto toda vez “será que essa pessoa está indo ao Caminho Niemeyer?” Normalmente, a resposta é “não”. Poucas pessoas vão, como eu, até o final do Terminal, sobem as escadas e dão de cara com o céu aberto novamente e com a grade do estacionamento (Figura D).

Ao sair do Terminal, a entrada do Caminho Niemeyer encontra-se a poucos metros à direita (Figura E). Mas esses poucos metros parecem ficar ainda maiores quando estou sozinha. É um percurso meio deserto, não muito iluminado quando está de noite e onde, às vezes, ficam algumas pessoas que, aparentemente, dormem por ali. Quando é dia de semana e está em “horário de rush”, muitos ônibus e carros entram para o estacionamento, causando certa dificuldade para atravessar e chegar até a entrada, de fato, do Caminho (Figura F).

Chegando próximo a entrada sempre bate a dúvida: “Será que está aberto?”. Sendo final de semana, a resposta é sempre “sim”, exceto em dia de eventos pagos. Sendo dia de semana, aí é sempre uma dúvida mesmo... Mas tornou-se fácil identificar quando está aberto ou fechado mesmo antes de tentar entrar: se tiver pessoas sentadas na pequena faixa de grama na entrada – geralmente grupos jovens, de estudantes secundaristas – está fechado. Caso contrário, está aberto. E isso se confirma quase 100% das vezes, em qualquer horário do dia. Na entrada, se o portão de pedestres estiver

fechado, entra-se mesmo pelo portão onde entram carros. A cancela que tem ali, às vezes está levantada, às vezes não.



**Figura A**



**Figura B**



**Figura C**

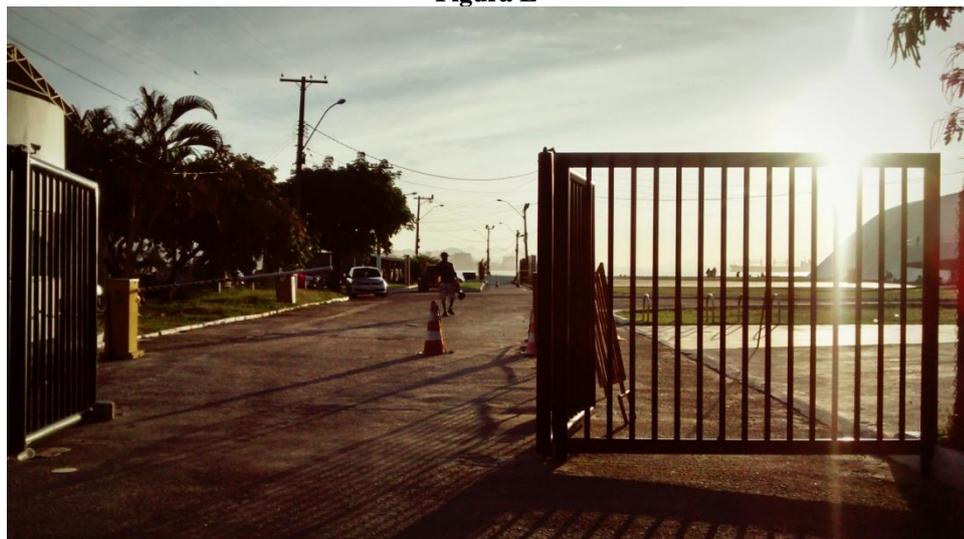


**Figura D**

Ao entrar, temos algumas opções de roteiros, mas tomemos o que eu costumo fazer com mais “naturalidade”. Eu olho para a direita, na diagonal, e vejo o Teatro Popular Oscar Niemeyer (Figura G). Ao redor dele são os pontos de mais movimento de pessoas, principalmente no final de semana. Dessa posição, na parte do plaqueado, eu consigo ver o pessoal andando de patins – principalmente –, skate, bicicleta, patinete... e até de triciclo motorizado – que às vezes alugam no Caminho Niemeyer. Vou andando na direção da orla, tangenciando o Teatro (Figura H). Se tiver sol no dia, dependendo da posição do sol, essa parede lateral do Teatro pode concentrar muitas pessoas também por fazer sombra, fora o fato de que é mais inclinada e tem grama na frente, o que torna confortável de ficar por ali (Figura I).



**Figura E**



**Figura F**



**Figura G**



**Figura H**



**Figura I**

Chegando a orla, uma boa parte do Caminho Niemeyer é “revelada”. Em toda extensão da orla tem muita gente, principalmente aos finais de semana (Figura J). Pessoas em grupos, pessoas fazendo piqueniques, pessoas sozinhas, pessoas deitadas, casais, pessoas ouvindo música, pessoas lendo, grupos jovens, famílias... Exceto pelas pessoas que estão lá para praticar esportes de rodinhas, essa é a parte mais apropriada pelas pessoas, seja dia de semana ou final de semana. A não ser quando está muito sol ou chovendo... ai é difícil ver alguém por ali.

Desse ponto, consigo ver uma continuação do plaqueado, onde também ficam muitas pessoas andando de skate, bicicleta, patinete... Usualmente, nessa parte, ficam mais crianças ou pessoas que estão praticando outro esporte que não seja patins. O

peçoal dos patins tende a ficar junto e naquela primeira parte do plaqueado que vemos quando entramos. Consigo ver também, a parte embaixo do Teatro, onde fica o bistrô, os banheiros e a bilheteria do Teatro. Se não for um dia de evento no Teatro, essa parte não costuma ser muito movimentada. A não ser por pouquíssimos grupos que consomem no bistrô. Se for um dia de evento no Teatro, essa parte fica, por um curto período de tempo, ocupada, pipocando de pessoas e ruídos de conversas, pessoas fazendo pedidos no bistrô, ou fazendo fila na bilheteria... Mas ao começar o evento, ela volta a ficar esvaziada e silenciosa.



**Figura J**



**Figura K**

Continuando andando pela orla, na direção da “Fundação Oscar Niemeyer”, olhando para a direita, vai aparecendo o Memorial Roberto Silveira (Figura K) que, principalmente assim de longe, é a menor obra do Caminho Niemeyer. E essa grande esplanada que é o Caminho Niemeyer fica mais visível, ainda mais nessa visão. Os grupos praticando esportes ou crianças correndo... Ficam esparsos. Parece até

esvaziado, mas ele é tão espaçoso e tão grande, que só mesmo uma multidão para causar a impressão de que está cheio. Quanto mais nos aproximamos da Fundação, mais vazio vai ficando (Figuras L e M)... Quando está de noite, então, nem costumo me aproximar muito daquele pedaço. Atrás dela, tem o espaço onde será construída a Igreja Adventista.



**Figura L**



**Figura M**



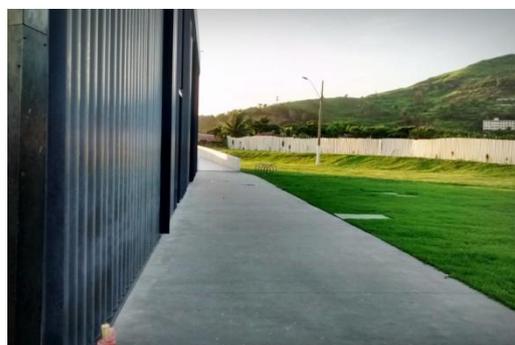
**Figura N**

Sem contornar, passando apenas pela frente da Fundação, em direção ao Memorial Roberto Silveira, posso observar o espelho d'água projetado por Oscar Niemeyer de forma semelhante ao do MAC, que às vezes está cheio d'água, às vezes não (A figura N não demonstra o espelho d'água. É uma poça que havia na passagem da Fundação para o local de construção da Igreja Adventista). Caminhando ainda no sentido contrário à orla, conforme vamos passando pela Fundação, o Centro de Niterói – ou as ruas do Terminal em si, que é o que dá para ver melhor dali – vai ficando mais claro. Ao lado esquerdo, tem a rampa de subida ao que seria um museu da Fundação

(Figura O), mas essa parte está há muito desativada. Andando mais um pouco, contornando a Fundação, tem uma outra rampa que dá acesso à parte do prédio da Fundação que abriga alguns órgãos da Prefeitura e o Grupo Executivo do Caminho Niemeyer (Figura P).



**Figura O**



**Figura P**



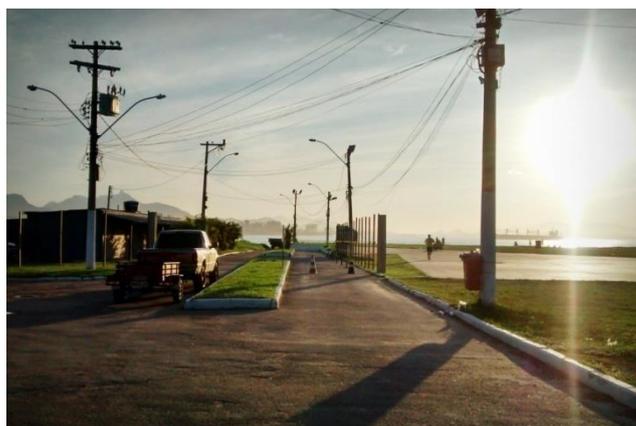
**Figura Q**



**Figura R**

Daqui, vamos caminhar de volta à entrada. À direita vemos a rampa que sobe para o segundo andar do Teatro (Figura Q mostra uma parte da rampa, enquanto a Figura R mostra a parte debaixo do Teatro, com o Bistrô e uma escada circular que também sobe para o Teatro) e à esquerda vemos o prédio circular de vidros escuros do CAT. Dessa vez, vamos seguir reto, pegando a ruazinha que leva ao píer (Figura S). Fazendo um breve e leve desvio à esquerda, vemos primeiro uma Igreja Católica

improvisada, com alguns bancos e um pequeno altar. Na frente, a placa pedindo doações para a Arquidiocese de Niterói para construção da Catedral Católica. Mais um pouco a frente, à esquerda também, uma grade separa essa rua do local de construção de fato da Catedral Católica (Figura T). Voltando à ruazinha, indo em direção a píer, percebemos umas “salinhas” à esquerda, onde funcionam alguns órgãos da Prefeitura (Na figura U, essas salas não são visíveis por conta das árvores que estão na frente).



**Figura S**



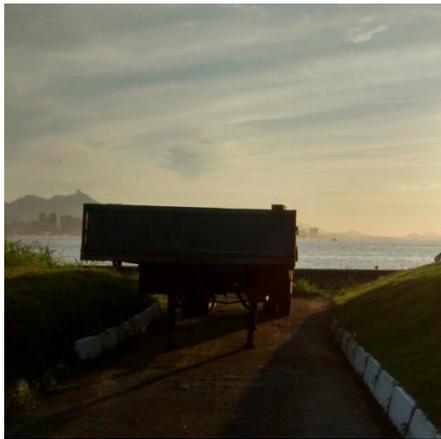
**Figura T**



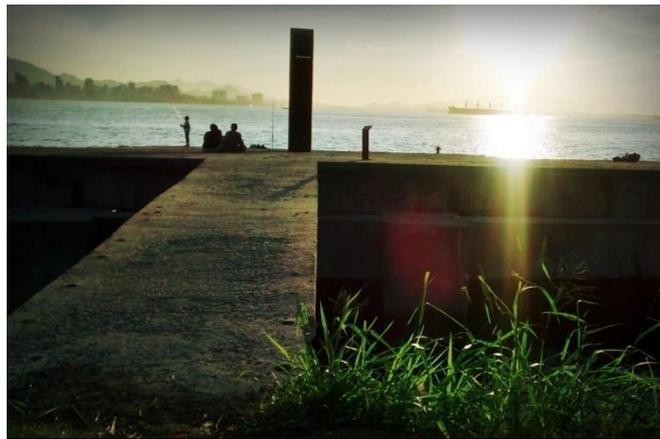
**Figura U**

Normalmente, chegando perto do píer, sempre há algo que impede de certa forma a passagem (Figura V). Caminhão ou entulhos de obra... Mas, no geral, dá para passar por algum canto. Ao visualizar o píer, temos que passar por uma “ponte” – que passa sobre o mar da Baía de Guanabara – para chegar nele, que não possui grade nem corrimão em nenhum dos lados (Figura W). É no píer que fica a obra de arte que foi feita para visualizar o horizonte, mas raramente vejo alguém utilizando essa obra. No

pier costumam ficar pessoas pescando ou algumas pessoas sentadas bem na beirada, olhando para o mar. E de lá, olhando para o Caminho Niemeyer, à direita temos uma visão ampla das obras da Catedral Católica e à esquerda, vemos toda a orla e gramado do Caminho (Figura X). À noite, entretanto, nem a ruazinha e nem o píer são bem iluminados. Aliás, o píer nem é iluminado, então não temos nem como vê-lo durante a noite.



**Figura V**



**Figura W**



**Figura X**

Para sair, o caminho é o mesmo. Andando pela ruazinha, passando pela portaria, virando à direita para pegar o Terminal, indo pelo Terminal até a Avenida Rio Branco... Saindo da imersão em silêncio e tranquilidade do Caminho Niemeyer para a confusão costumeira de centro de cidade, que vai surgindo aos poucos nesse trajeto de volta à Avenida Rio Branco. O meu trajeto mesmo acaba dentro do Terminal, onde pego o ônibus de volta para casa.

### **3.4 Apropriações no Caminho Niemeyer**

Optei por iniciar essa narrativa – baseada nas narrativas dos “anônimos” – cronologicamente, para que as questões que surgiram durante a pesquisa possam estar contempladas nesse trabalho. A primeira vez que fui ao CN para começar as entrevistas com os usuários – e testar as perguntas e o formato do questionário – foi em 21 de fevereiro de 2016, domingo, já que estava ocorrendo o evento da Bike Anjo.

Luci, moradora do Centro de Niterói, falou da falta de sinalização e do acesso difícil ao CN, mas disse que a página do *Facebook* tem sido bem movimentada e tem percebido que o fluxo de pessoas no CN aumentou. Disse que vai sempre passear e participar de programações do Teatro quando são gratuitas ou com preços mais acessíveis. Falou que as pessoas reclamam de falta de árvore também, mas que dizem que isso é um “espaço diferenciado” (em tom pejorativo). Mencionou os guias turísticos elogiando-os, porque descobriu coisas sobre o espaço que não sabia. Um senhor, morador de Icaraí, na faixa de 50 a 60 anos, disse que frequenta o CN há muitos anos, inclusive quando ainda estava sendo construído. Passa frequentemente pelo espaço. Não vê problemas na questão do acesso, pois o Terminal é um bom meio. O problema é a noite que é perigoso. Em relação ao uso, *afirmou que antes era um espaço para contemplação e hoje é um espaço utilizado*. Tem feiras, tem eventos. Antes não tinha incentivo da Prefeitura para funcionamento e agora está funcionando, e as pessoas estão utilizando. Uma praça, uma esplanada no caso, onde os *Food Trucks* estão, por exemplo, mas que as pessoas estão também.

Nesse mesmo dia, outras duas pessoas entrevistadas afirmaram estar indo ao CN para o Bike Anjo, especificamente, e que estavam indo pela segunda ou primeira vez ao espaço. (Figura 40) Esse dia é como um retrato do que encontrei nos outros dias: ao mesmo tempo que tem um grupo de pessoas que já conhece o local e tem um costume de frequentar – há anos, às vezes –, têm pessoas que não conheciam que estão pela primeira vez, ou segunda vez, e/ou vão muito esporadicamente ao CN. Depois dessa primeira visita, fiquei um tempo me dedicando às entrevistas com a administração pública relatadas no segundo capítulo deste trabalho e, na próxima visita que fiz, em 04 de maio de 2016, por volta das 18h, de uma quarta-feira, o CN estava fechado durante a semana. Esse dia está relatado no segundo capítulo deste trabalho, quando falei dos jovens que estavam sentados na parte de fora do Caminho e disseram para eles que a entrada não estava permitida porque havia ocorrido um roubo.



**Figura 40: Dia do evento Bike Anjo, 21/02/2016.**

Fonte: Foto da autora.

**26 de maio de 2016, quinta-feira (feriado), 16h:** Havia vários tipos de grupos no CN nesse dia: casais, famílias, jovens, pessoas sozinhas, pessoas andando de skate, patins, bicicleta. A bilheteria do Teatro estava fechada, provavelmente porque no dia não haveria programação. Uma coisa curiosa é que a rampa e escada de acesso ao Teatro estavam abertas, normalmente estão fechadas. Aproveitei para subir e conhecer, pois nunca tinha ido ali. Dois rapazes, moradores de São Gonçalo, na faixa de 15 a 19 anos, disseram frequentar um deles há um ano e outro há um mês e que nunca foram à programação do Teatro. Ao serem questionados sobre se haviam percebido alguma mudança no espaço disseram prontamente que *“antigamente podia vir durante a semana, agora não pode mais”*. Relataram também que viam mais seguranças antes, mas não vêem mais tantos e que as pessoas costumam jogar lixo na orla; Um casal, jovem, moradores de São Gonçalo e Rio de Janeiro, disseram que frequentam o espaço há um ano pela *“tranquilidade, vista e pelo pôr-do-sol”* e que percebem que o espaço está mais movimentado; Uma jovem moradora de Icaraí disse que estava indo pela primeira vez em um dia que não era de grandes eventos. Já conhecia o espaço há, pelo menos, um ano por esses eventos, e disse que não percebeu mudanças no espaço porque *“em dia de evento é bem diferente de um dia que não tem eventos”*; Um casal – um deles morador do Fonseca (bairro da Zona Norte de Niterói) e outro morador da cidade do Rio de Janeiro –, disseram ir pelo menos uma vez por mês para passear, a vista os atraem e sentem-se mais à vontade para conversar. Notaram que a quantidade de pessoas no CN aumentou e sugeriram que a administração poderia aumentar a programação no espaço; Mulher, na faixa de 40 a 49 anos, moradora do Fonseca, disse ir de vez em quando para levar a filha para andar de patinete e/ou para ir ao Teatro; Um

rapaz, morador de Niterói, disse que frequenta o espaço há um ano e observa que em “*dia de semana é mais vazio e final de semana é mais cheio*”. Ao saber que não estava abrindo em dia de semana, ficou surpreso. Reclamou que nem sempre o banheiro – que é do Teatro – está aberto e que o fato de ter banheiro poderia incentivar mais pessoas a irem também. Sugeriu que a administração do espaço deveria “*assumir que é pras pessoas frequentarem*”.

**27 de maio de 2016, sexta-feira:** Encontrei uma matéria no jornal Extra, *online*, (Figura 41) sobre um abaixo-assinado que o grupo Patins Niterói (um dos organizadores do evento Roller Popular) estava fazendo sob o título “Queremos o Caminho Niemeyer de volta”.

**Em 2014, o Caminho Niemeyer era uma ilha deserta.** Com a chegada da patinação, do skate, das bicicletas, das famílias, casais, amigos, patinetes, carrinhos de bebê, de repente o lugar ganhou vida e **visibilidade na mídia local, como referência e alternativa de esporte e lazer de qualidade para a população.**

Numa espécie de retrocesso, agora ali está voltando a ficar deserto. Ao longo de 2015, foi se instaurando um “toque de recolher”, com os seguranças do espaço colocando o pessoal para fora, cada dia num horário diferente, mas sempre mais cedo, até o ponto em que também estão restringindo, agora, o acesso durante a semana.<sup>51</sup> (grifos meus)

Segundo a matéria do Extra, os problemas apresentados pela administração do Caminho Niemeyer seriam dois: a falta dos seguranças (o número teria de ser aumentado em três ou quatro seguranças, segundo o que o Teatro informou ao grupo que estava fazendo o abaixo-assinado) e as obras da Catedral Católica que estavam representando um risco à circulação de pessoas no Caminho Niemeyer. Em resposta a isso, o grupo fez uma imagem demonstrativa da posição das obras em relação ao resto do Caminho Niemeyer, onde as pessoas de fato ficam (Figura 42). Segundo o texto do abaixo-assinado, o CN tem 22 mil m<sup>2</sup> de área com piso plano, cimentado, ótimo para a prática de “esportes e lazer sobre rodinhas”, sendo maior que o Parque dos Patins no Rio de Janeiro que tem apenas 2 mil m<sup>2</sup>. O Caminho Niemeyer tornou-se uma referência para praticantes desses esportes, atraindo pessoas de outras cidades, especialmente, aquelas que têm linhas de ônibus direto para o Terminal, o que, conseqüentemente, passou a ser utilizado como divulgação pela Prefeitura de Niterói.

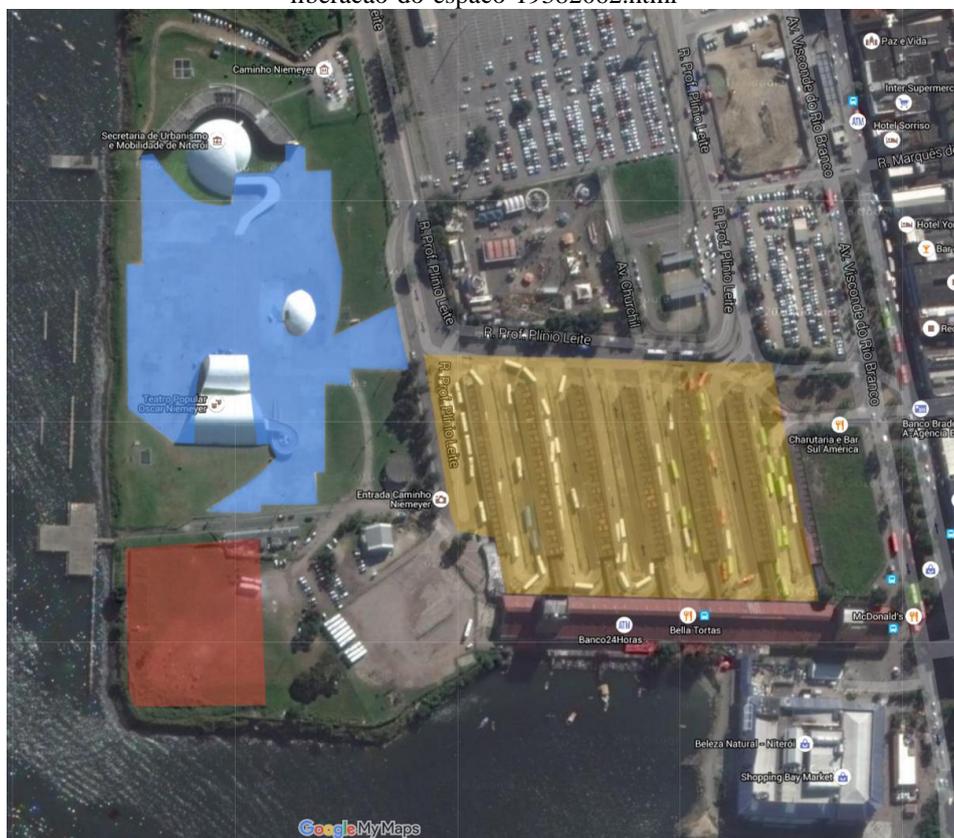
---

<sup>51</sup> Retirado de: <https://community.avaaz.org/petitions/queremos-o-caminho-niemeyer-de-volta>



**Figura 41: Reportagem do jornal “Extra” sobre o abaixo-assinado em relação ao fechamento do Caminho Niemeyer durante a semana.**

Fonte: <http://extra.globo.com/noticias/rio/frequentadores-do-caminho-niemeyer-em-niteroi-pedem-liberacao-do-espaco-19382062.html>



**Figura 42: Mapa editado elaborado pelo grupo que organizou o abaixo-assinado. Em azul área do plaqueado, usada para esporte e lazer. Em amarelo as ruas do Terminal, em vermelho a área da construção da Catedral.**

Fonte: <http://imgur.com/kefgoRL>

**29 de maio de 2016, domingo, 15h:** Nesse dia, o sol ainda estava forte e estava bastante calor. Algumas pessoas estavam na orla. Outras estavam na sombra do Teatro, seja embaixo da rampa, na parede ou sentadas na grama (Figura 43). A bilheteria do Teatro estava aberta e pela programação eu vi que teria uma peça infantil a tarde mesmo. Aproveitei para entrevistar pessoas que estivessem indo para a peça (Figura

44), além das pessoas que estavam só passeando mesmo. Um grupo de jovens, na faixa dos 15 a 19 anos – um morador do Rio, outro do Fonseca e outro do Barreto<sup>52</sup> – falaram que iam mais durante a semana, mas com o fechamento iam mais raramente aos finais de semana. Ao serem perguntados sobre o que os motivava a ir ao CN, as palavras que ressaltaram na resposta foram: *silêncio, paz, a vista e amigos*. Reclamaram de ter fechado durante a semana, que tiraram o WiFi e de “*guardas abusados*”, porque mandavam sair de forma ríspida, sem argumentos ou conversa; Um casal, com um filho, moradores do Centro, disseram que era a segunda vez que estavam indo, tinham ido na semana anterior também. Gostaram do espaço aberto para passeio e pela proximidade de onde moravam. Mencionaram o fato de haver poucas lixeiras, pouca segurança e controle público; Família, moradora de São Gonçalo, estava indo pela primeira vez e disseram ter gostado. Me perguntaram o que era o edifício que estava atrás deles – o Teatro Popular. Como não sabiam o que era e se estava funcionando, sugeriram, então, que houvesse mais publicidade sobre o espaço porque “*nem todo mundo tem facebook*”. Sugeriram também que houvesse uma ciclovia, pois o espaço era bom para isso; Dois rapazes moradores de São Gonçalo iam quase todo final de semana pelo visual e porque “*é bom para a prática de esportes*”. Começaram a frequentar desde que tinha aberto, no final de 2013; Duas mães – uma moradora do Barreto e outra de Santa Bárbara, que também é Zona Norte da cidade – estavam indo pela primeira vez, mas gostaram porque era um “*bom espaço para brincar, andar de bicicleta. Tem bastante movimento. Espaço agradável*”, mas reclamaram do fato de não ter bancos para que sentassem enquanto os filhos brincavam. Sobre as pessoas que foram à peça, entrevistei sete pais e mães – maioria mães – que estavam acompanhando os filhos. As sete pessoas, sem exceção, eram moradoras de Icaraí, bairro da Zona Sul de Niterói e souberam da peça por divulgação na escola do filho ou no Campo de São Bento (“parque” em Icaraí). Uma respondeu que já havia ido ao Teatro, então acompanhava a página no *Facebook*. E três responderam que já haviam ido ao CN para outros eventos, além do Teatro, como festivais ou feiras de *food truck*.

---

<sup>52</sup> Também bairro da Zona Norte de Niterói



**Figura 43: Pessoas sentadas na sombra feita pelo Teatro.**

Fonte: Foto da autora.



**Figura 44: Parte do Bistrô e bilheteria, embaixo do Teatro, antes do início da peça.**

Fonte: Foto da autora.

**21 de junho de 2016, terça-feira, 11h:** Fui mais com o intuito de confirmar se estava aberto e estava. Era um dia nublado e um pouco vazio. Praticamente junto de mim, chegou um grupo de estudantes – estavam uniformizadas. Aproveitei para conversar com elas. Eram moradoras do Cubango, Fonseca, Icaraí e Sapê. Para elas, o Caminho Niemeyer serve como uma *“rede social, só que ao vivo, pela quantidade de pessoas diferentes que conhecem. É um ponto de encontro.”* Disseram que frequentem apenas durante a semana mesmo, final de semana não. E que, quando o CN estava fechado durante a semana, algumas iam para o Campo de São Bento, outras ficavam do lado de fora do CN. Outras iam para casa. Não foram ao Teatro, nem sabiam que o prédio era um Teatro e que estava funcionando. Não perceberam nenhum guarda abusado, percebiam o contrário, pessoas sendo abusadas com os guardas. Eram alunas do Aurelino Leal (colégio no Ingá). Mencionaram que tinha mais movimentação antes de ter fiscalização, quando as pessoas podiam entrar com bebida. Uma delas já havia levado amigos de outros países ou estados para o CN e eles gostavam do espaço. (Figura 45)

**29 de junho de 2016, quarta-feira, por volta de 19h:** Minha intenção era falar com estudantes que estivessem lá depois da escola, mas quando entrei já tinham muitos grupos saindo. No primeiro olhar, pude ver três pessoas andando de patins e fui falar com eles. Me disseram que, naquela hora, já era mais pessoal do patins que estava lá, “*se eu quisesse achar estudantes, teria de ser na hora da aula*” (em um claro tom de crítica). Falaram também que há mais de um ano frequentavam o CN. Iam todo final de semana e três vezes durante a semana, por ser um “*espaço bom para a patinação e uma certa segurança por ser um lugar fechado*”. Repararam que o público aumentou, mas que não estava havendo manutenção. Fui andando em direção à orla e, aparentemente, estava vazio, mas eu ouvia vozes. Resolvi andar para ficar na direção da orla e, para minha surpresa, atrás dos refletores que ficam virados para o Teatro Popular, tinham diversos grupos sentados na grama. De certa forma, os refletores ocultam o que está atrás deles. Falei com um grupo de jovens, na faixa de 15 a 19 anos, que estavam sentados lá – estudantes do Liceu, do Aurelino Leal e de uma escola em Vista Alegre, bairro de São Gonçalo – afirmaram que iam todo dia depois da escola durante a semana e quando estava fechado ficavam na entrada. Frequentavam há 3 ou 4 anos já e perceberam que a fiscalização aumentou assim como o número de pessoas estragando e sujando o espaço. O que os atraía no CN era a *paisagem* e a possibilidade de fumar maconha. Criticaram a “*ignorância dos guardas*”, o fato de o banheiro ficar fechado e as pessoas que iam para o canto escuro do CN para ter relações sexuais de forma explícita. Reclamaram que estava ocorrendo muitos assaltos lá e questionaram o papel dos seguranças que vigiavam muito os estudantes e acabavam não prestando atenção nos roubos dentro do espaço.

Interpreto o fato de esses jovens ficarem atrás dos refletores, onde não podem ser vistos a distância, invisibilizados pela luz forte na direção do Teatro, como um contra-uso, uma tática, na apropriação desse espaço. Esse grupo, de forma mais clara, subverte o uso do espaço, ficando fora do espaço iluminado, e utilizando esse “excesso” de luz a seu favor. Outros grupos também, entretanto, não utilizam o espaço de acordo com aquilo que lhe foi planejado, mas talvez sem a intenção de subverter, necessariamente. Como as mães que sentam na rampa do Memorial Roberto Silveira já que não há bancos para que possam sentar-se; ou alguns *skatistas* que usavam a mesma rampa para manobras ou, ainda, algumas crianças que se divertem em “escalar” as paredes do Teatro e do Memorial, já que são inclinadas.

**15 de setembro de 2016, quinta-feira, por volta de 14h:** Fui ao CN para tirar algumas fotos e fazer mais algumas entrevistas. Um grupo de estudantes estava sentado na frente da entrada e logo imaginei que estivesse fechado. Duas mulheres acompanhando quatro crianças com skates e patins tentaram entrar na minha frente e o Guarda Municipal avisou que estava fechado, só abriria aos finais de semana. Elas ainda insistiram, perguntando se não podiam tirar foto, dizendo que haviam saído de casa a toa, mas o guarda não deixou entrar mesmo – só com visita guiada. Falei com elas e uma das duas mulheres disse que costuma fazer até piquenique lá no Caminho, durante a semana mesmo e nunca teve problema. Elas estavam pensando para qual lugar poderiam ir e chegaram a pensar no Campo de São Bento, mas desistiram por ser longe para elas.

**15 de novembro de 2016, quinta-feira (feriado), por volta de 17h:** Era um dia nublado, mas ainda assim, estava bem cheio. Pude observar muitas pessoas andando de patins – majoritariamente – e bicicleta. Muitas pessoas sentadas na orla, a maioria era casal. (Figura 46) Havia muita gente embaixo do Teatro, perto do Bistrô. Pude perceber que eram muitas famílias, mas a bilheteria estava fechada e não havia evento programado para esse dia. Perguntei a uma das famílias e se tratava de apresentação de escola de dança infantil. Dois jovens, moradores do Rio e de São Gonçalo, frequentam desde que o espaço abriu aos finais de semana já que está fechado durante a semana e o que os atrai ao espaço é “*a natureza, vista e o ambiente*”; Duas meninas, uma da Engenhoca (bairro da Zona Norte de Niterói) e outra de Maricá vão ao CN há mais de um ano e já se apresentaram no Teatro. Costumam ir atraídas pela vista, paz e porque “*ninguém incomoda*”. Repararam também – assim como eu, logo que entrei – que estavam colocando uma grade entre a parte de grama do CN e a ruazinha que leva ao “píer”; Um casal, na faixa de 20 a 29 anos, moradores de Icaraí e do Ingá foram a primeira vez ao espaço atraídos pela vista. Relataram que não era muito seguro e que seria melhor se tivesse mais seguranças e pensaram que estaria mais deserto antes de chegar lá, mas estava movimentado, então não se sentiram inseguros; Um casal, na mesma faixa de idade do anterior, moradores do Centro e de São Gonçalo, já frequentavam o espaço desde 2013, indo com regularidade pela “*calmaria*” e por ser tranquilo. As diferenças que perceberam no espaço desde que começaram a frequentar foram o fato de não abrir mais durante a semana, a obra da Catedral Católica e o banheiro que abria e não abre mais. Disseram que o espaço podia ter um banheiro que

funcionasse, bebedouro, melhor iluminação e fechar mais tarde, porque estava fechando muito cedo; Um grupo de jovens que já frequentava há dois anos disseram que se abrisse todo dia, eles iam todo dia e reclamaram de estar fechado durante a semana. Sugeriram que tivesse mais banheiros ou banheiros químicos, que voltasse a abrir, que tivessem lixeiras e que fosse permitido o acesso para a parte de cima do Teatro; Mulher, moradora de Icaraí, disse que costuma frequentar, “*é um espaço para lazer, espaço para todo mundo, espaço para praticar esportes*”. Disse gostar muito porque é limpo e bem organizado, mas que falta segurança; Grupo de jovens, moradoras de São Gonçalo, costuma frequentar pela “*tranqüilidade, galera e amigos*”. Relataram a falta de segurança como um problema, também.



**Figura 45: Grupo de jovens estudantes em dia de semana, 21/06/2016.**

Fonte: Foto da autora.



**Figura 46: Vista para a orla, 15/11/2016.**

Fonte: Foto da autora.

**22 de janeiro de 2017, domingo, 19h:** Por ser verão, ainda estava claro. A grama estava alta e suja e não vi nenhum Guarda por lá. Um grupo de jovens, moradoras do Fonseca, Barreto e Largo da Batalha, frequentam com regularidade desde a inauguração, tanto para shows quanto a passeio. O que as atrai é o “*visual, a obra arquitetônica, o gramado e ser um bom espaço para andar de skate*”. Perceberam, nesse tempo que frequentam, que a manutenção do espaço piorou, o número de pessoas aumentou e o fato de não abrir durante a semana. Reclamaram de só poderem usar o banheiro com autorização do Teatro e sugeriram uma “*cantina popular*” porque o bistrô seleciona muito o público; Nesse dia, entrevistei também uma moradora da Ponta D’Areia, Lia Jane. Ela relatou ter formado um grupo no *Facebook* com outras pessoas que moravam perto do Caminho Niemeyer para reclamações e como possibilitador de ações em relação ao Caminho Niemeyer. Ela disse que vai com frequência ao CN, há pelo menos três anos, por ser perto da casa dela, porque é um bom local para os filhos brincarem e por projetos legais, como o Bike Anjo. Percebeu mudanças para pior: não abrir mais dias de semana, só para visita guiada, a grama não estar sendo cuidada, segurança falha. Reclamou do fato de o CN ser um espaço público com eventos pagos que exclui os moradores da cidade. Fizeram uma reclamação sobre isso e, pelo relato dela, o último evento que ia ter ali, com entrada paga, foi transferido para outro lugar no Rio. Lia disse também que o bistrô estava prestes a fechar, já que, por não estar abrindo durante a semana, eles estavam tendo prejuízos nas vendas. Ela já foi a programações do Teatro, tendo visto a divulgação dos eventos na internet; Uma mãe, moradora do Fonseca, disse que ia com regularidade ao CN há dois anos pelo espaço para os filhos brincarem, andarem de patinete. Considera que nesses dois anos o espaço não mudou nada. Reclamou da falta de bancadas para sentar e da pouca segurança, porque tinham “*crianças em cima do Teatro e ninguém fala nada*”. (Figura 47).



**Figura 47: 22/01/2017.**

Fonte: Foto da autora.

Como fica aparente, especialmente nessas duas últimas datas que realizei entrevistas, a reclamação sobre o fato de o Caminho Niemeyer não abrir durante a semana está em muitas falas. Especialmente na fala dos jovens, mas também nas falas de quem mora perto e tem o CN como um “*quintal*”. Particularmente, eu considero a ausência de sombra, árvores e bancos como um problema que atrapalha na permanência do espaço. Entretanto, essa queixa aparece em poucas falas. Ao serem perguntados sobre “O que você tem de crítica, reclamação ou sugestão sobre o espaço?”, a falta dos bancos não aparece muito nas respostas. A maioria que mencionou a falta de bancos são mães que estavam acompanhando seus filhos. A falta do banheiro – ou o fato de ele estar aberto às vezes sim, às vezes não –, por outro lado, é bastante citado.

Muito perceptível, também, o fato de que os eventos que acontecem no teatro são divulgados, majoritariamente, pela internet ou em *folders* – que os próprios organizadores do evento – distribuem em Icaraí. Por esse motivo, muitos moradores de outras regiões de Niterói ou pessoas que frequentam o espaço, mas que são de outras cidades, nem sequer sabem que o Teatro funciona com programação regular. Sendo assim, quem frequenta o Teatro é quem recebe a divulgação em Icaraí, ou quem já sabe que o Teatro existe e funciona, tem *facebook* e pode acompanhar a programação pela internet. E, normalmente, essas pessoas que são de Icaraí não vão ao Caminho para ficar na orla ou passear como outros grupos, mas vão diretamente para eventos previamente divulgados, peças, feiras e festivais. Percebe-se também, que os moradores da Região Oceânica de Niterói – talvez pela distância e pela falta de divulgação – são os que menos aparecem no CN.

Das 91 pessoas entrevistadas nesse período, 27 eram moradoras de São Gonçalo, 6 do Rio, 21 eram de bairros de Zona Norte da cidade (Fonseca, Barreto, Engenhoca, Santa Bárbara, entre outros), 7 eram do Centro e 13 eram de Icaraí, sendo que destes, 7 foram aqueles que haviam ido especificamente ao Teatro. As respostas que mais apareceriam para a pergunta “O que te atrai ou motiva a vir para o Caminho Niemeyer?” eram, primeiramente, a vista, paisagem e por ser um lugar tranquilo, seguido por “amigos” ou por ser o “ponto de encontro da galera”, “espaço bom para a prática de esportes” e “espaço bom para as crianças” e lazer.

O Caminho Niemeyer, de fato, funciona para alguns grupos como uma “rede social”. É a possibilidade que um espaço público, aberto, oferece de contato, diálogo e troca com o outro. É um lugar de sociabilidade, de formação de grupos sociais e culturais e formado por eles. Entretanto, percebemos também o caráter da disputa e do conflito inerente aos espaços públicos e, não só dos usuários em relação às instituições que administram o lugar, mas também de grupos diferentes dentro da chancela de “usuários”. Como vimos, entre famílias “modelo” de classe média e jovens, entre o grupo dos patins e os estudantes secundaristas e entre os estudantes e as “pessoas que sujam o CN” ou vão para lá praticar atos que não condizem aos estilos de vida aceitos pela classe média, em uma clara tentativa de privatização do espaço, como discutimos anteriormente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, buscamos utilizar os conceitos de forma que dialogassem com o Caminho Niemeyer. Os conceitos trabalhados no primeiro capítulo, cultura e território, são a base sobre a qual trabalhamos a nossa visão nessa pesquisa, marcando posição em relação ao que entedemos sobre essas grandes e amplas discussões e guiando os dois outros capítulos. Sobre a cultura, compreendemos que ela é um sistema de códigos e significados e que, por isso, cada campo da vida social tem uma dimensão cultural. Junto a isso, refletimos sobre a concepção de que a cultura está nos encontros com o diferente, nas sociabilidades, nos diálogos e nas trocas entre sujeitos e entre grupos sociais. E, pensando nessas misturas e nesses hibridismos, acreditamos que não há uma hierarquia entre culturas:

Se não há hierarquia, deve haver também implícita a ideia de que, na construção de novas estruturas de gestão das múltiplas e diversas “culturas” (e “ideias de cultura”), todos têm algo a dizer, a fazer a contribuir. Com certeza isso pode (e deve) ter rebatimento na gestão dos equipamentos culturais das cidades, abrindo seus espaços para esses agentes e grupos da cultura popular, que, em geral, não têm lugar para expressar e desenvolver suas manifestações. (SERPA, 2007, p. 144)

E, para além da gestão de equipamentos culturais, as diferentes vozes dos diferentes grupos que convivem nos espaços deveriam, também, ser ouvidas na elaboração das políticas públicas de forma geral e, principalmente, na elaboração dos planos urbanos, já que afetam diretamente um território e, conseqüentemente, toda a vida sócio-cultural que existe ali.

O território, como vimos, é o possibilitador dos encontros, assim como o espaço público – que também não deixa de ser um território pela oportunidade que dá às apropriações e ao desenvolvimento de relações entre sujeitos e entre os sujeitos e o território. E esses encontros podem ser conflituais ou não, visto que os modos de vida da classe média geralmente nos são impostos como as formas de conduta socialmente aceitas, enquanto há grupos sociais que subvertem esses modos, mesmo que não necessariamente de forma consciente.

Território torna-se, então, um campo de disputas. Tem intrínseco a ele uma dupla conotação: dominação e apropriação. Isotopia e heterotopia. Cultura no singular e cultura no plural. Estratégias e táticas. Enfim, forças dominantes, hegemônicas e os sujeitos, grupos culturais, movimentos sociais. E, se por um lado, o território é regulado

por essas forças hegemônicas, pelo Estado-capital e por esse modelo de gestão das cidades – que mais visa a venda da imagem cidade para atração turística e de investimentos –, por outro lado ele também é vivenciado, apropriado, praticado, experimentado... pelas pessoas, pelos “fracos”, produzindo as territorialidades – ainda que, em muitas ocasiões, como no Caminho Niemeyer, essas territorialidades sejam realizadas dentro do que as ações territorializantes do Estado permitem.

Buscando dar início a certo “mapeamento” dos atores que produzem o território do Caminho Niemeyer, falamos no segundo capítulo sobre o olhar da administração pública e do capital em um contexto de gestão das cidades que utilizam ferramentas como o marketing urbano o planejamento estratégico, pensando nas cidades como mercadorias a serem vendidas no mercado mundial de cidades. Sendo assim, instituem-se processos como máquina de crescimento, empresariamento urbano, destruição criativa, espetacularização dos espaços das cidades, gentrificação... entre outros.

A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo – a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial – evidencia a produção global do espaço social. (SANCHEZ, 2001, p. 33)

A cidade de Niterói está vivendo este cenário, imersa nesse processo, assim como muitas outras cidades brasileiras. Desde a perda de status de capital do Rio de Janeiro, por exemplo, o Centro da cidade vem perdendo investimentos e circulação de pessoas, por exemplo, o que deu início a uma ideia de “crise” e perda de auto-estima, sendo justificativa para projetos de requalificação para o Centro, o mais atual deles, “O Centro que queremos”. A construção do Caminho Niemeyer no Aterrado Norte utilizou também essa justificativa, um resgate do Centro de Niterói. Entretanto, o que podemos analisar desse projeto, é que ele não só não requalificou o Centro – por não ter uma relação nem uma ligação com o “miolo” do bairro em si, ficando “isolado”, de certa forma, atrás do Terminal Rodoviário João Goulart – como, dentro dessa tendência empresarial de gestão das intervenções urbanísticas, excluiu do processo os moradores da cidade e, posteriormente, do espaço do Caminho Niemeyer em si.

Com objetivo de equilibrar um “olhar de longe e de fora” e um olhar “de perto e de dentro”, o terceiro capítulo apresenta uma outra força também responsável por agir nos territórios: os usuários do Caminho Niemeyer, os “mais fracos”. Através das falas desses, podemos dizer que a hipótese apresentada na Introdução deste trabalho, se

confirma em partes. O Caminho Niemeyer foi pensado e construído e é administrado dentro de uma lógica dominante e isotópica. Esse fato inibe muitos possíveis usos do espaço – fechando durante a semana, pedindo documentação para entrar, mudando os horários de funcionamento... –, assim como coopta, em outros momentos, algumas ações espontâneas, como a utilização do evento Roller Popular para publicidade positiva do espaço, fazendo do Caminho um bom local para prática de esportes, ainda que, inicialmente, esse não tenha sido um uso programado para o território. No entanto, o Caminho Niemeyer é também apropriado por sujeitos e grupos que subvertem o planejamento do espaço e até os estilos de vida da classe média. Sujeitos e grupos que desenvolveram táticas, contra-usos, formas de resistência para se apropriar e se utilizar do território.

Durante o processo de escrita e finalização desta pesquisa, recebi algumas “novas” notícias sobre o Caminho Niemeyer que, infelizmente, não consegui incorporar anteriormente ao trabalho. No dia 13 de março de 2017, o grupo Patins Niterói (um dos organizadores do Roller Popular) publicou em sua página no Facebook que o Caminho Niemeyer havia voltado a abrir durante a semana. Além disso, desde pelo menos abril de 2017, o site do Teatro Popular Oscar Niemeyer está em reformulação, mostrando apenas a logo do Teatro (sem logo da Ampla ou da Enel), e com uma nova equipe (apontando Alexandre Santini<sup>53</sup> como diretor).

Além disso, algumas questões mereciam um melhor aprofundamento, como a característica dos grupos de usuários que vão apenas ao Caminho Niemeyer apenas para eventos (Teatro Popular, feiras, festivais) ou dos grupos mais jovens, principalmente os jovens estudantes secundaristas, para melhor basear nossa discussão. Entretanto, na tentativa de perceber um “todo” dos agentes que agem sobre o território, inclusive dos diferentes grupos de usuários que lá convivem, não foi possível dar um foco maior a esses grupos que considero “mais importantes” por melhor ilustrarem os usuários do Caminho Niemeyer: os primeiros que mais seguem de acordo com as regras programadas e pensadas para o território e os últimos que subvertem essa lógica, através das suas formas de se apropriar.

---

<sup>53</sup> Alexandre Santini foi diretor da secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, de março de 2015 a meados de 2016.

Vimos também nesse estudo, que a cultura é, assim como o território, um campo de disputa. Ela é cooptada e utilizada pelo capital como instrumento de produção de consenso nos planos estratégicos – muito voltada para uma visão mais “elitista” da cultura, com a construção de museus e grandes equipamentos culturais, mas também cooptando movimentos e grupos culturais já existentes no território. Mas a cultura também é, como Harvey diz, o espaço de esperança. É o lugar onde os grupos e sujeitos podem apropriar-se das brechas e desenvolver táticas e resistências aplicando uma força contrária às forças dominantes. É o lugar da possibilidade de mudança, da luta.

Sobretudo, devemos manter em mente que o território, as cidades, o urbano... são conformados por processos complexos e dinâmicos. Estão sempre sendo modificados e renovados. Mudam os atores que produzem o espaço, conseqüentemente, mudam as regras e o jogo da produção urbanística. No Caminho Niemeyer não é diferente. Ao longo desse trabalho, percebemos a mudança que se deu na administração do espaço e as respostas subsequentes às ações da administração. E, do mesmo modo, ele continuará mudando. No segundo capítulo, apontamos dois fatores que podem influenciar os futuros usos no Caminho Niemeyer (a construção das Igrejas e a notícia sobre a construção do estádio), mas há muitas outras possibilidades de alteração dos usos como o projeto de requalificação do Centro, o “Centro que queremos” e, principalmente, em mudanças de governo, por exemplo.

Quanto a mim, a minha relação com o CN não se finda com o final dessa pesquisa. Ainda que eu tenha estudado esse espaço analisando-o de forma crítica, reconhecendo seus problemas de funcionamento e administração, eu criei uma dupla relação com esse território. Para além da visão “de longe e de fora”, utilizando o CN eu pude desenvolver uma relação afetiva, “de perto e de dentro”, criando a minha apropriação dele. Tenho meu trajeto preferido, meu lugar favorito para sentar dentro do CN e até horários e dias que prefiro frequentá-lo. Sendo assim, fica aqui o convite aos leitores desse trabalho – principalmente aos moradores de Niterói – para que conheçam e experienciem esse espaço, pois não há melhor maneira de conhecer um território que não seja indo até ele.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBINATI, Mariana Luscher. A produção de espaços culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro: entre isotopias e heterotopias. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- ARANTES, Otília [et al.]. A cidade do pensamento único: Desmanchando Consensos. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2014.
- AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Niterói Urbano IN: MARTINS, Ismênia de Lima (org); KNAUSS, Paulo. Cidade Múltipla. Niterói, Niterói Livros, 1997, p. 19-71.
- BASTOS, Lia Vieira Ramalho. "Niterói, terra de índio": apagamentos, silenciamentos e reapropriações em torno da figura de Araribóia. Tese (Mestrado em Cultura e Territorialidades), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- BHABHA, Homi. Introdução: os locais da cultura e Capítulo 1. O compromisso com a teoria. IN: O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Novos Estudos Cebrap, n. 45, p. 152-166, 1996.
- CENTRO QUE QUEREMOS. Requalificação do Centro de Niterói. Disponível em <<http://centro.niteroi.rj.gov.br/oprojeto/ocentroquequeremos.php>> Acesso em 06 mar. 2017.
- CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. 7 ed. São Paulo: Papyrus, 2012.
- \_\_\_\_\_. A invenção do cotidiano. 22 ed. RJ: Vozes, 2014.
- CONFORTE, Pedro. Templos religiosos do Caminho Niemeyer começam a sair do papel. A Tribuna, Rio de Janeiro, 30 set. 2016. Disponível em <<http://www.tribunarj.com.br/templos-religiosos-do-caminho-niemeyer-comecam-a-sair-do-papel/>> Acesso em 12 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. Por um Caminho Niemeyer com mais destaque. A Tribuna, Rio de Janeiro, 02 fev. 2017. Disponível em <<http://www.tribunarj.com.br/por-um-caminho-niemeyer-com-mais-destaque>> Acesso em 12 mar. 2017
- DINIZ, Nelson; SILVA, Luciano Hermes da. Contra-uso skatista de espaços públicos no Rio de Janeiro. e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 27, p. 19-25, 2016.
- DOMINGUES, João. O Porto Maravilha e a ênfase cultural dos novos projetos urbanos. IN: CASTRO, Flávia Lages de; TELLES, Mário F. de Pragmácio (coord.). Dimensões econômicas da cultura: Experiências no campo da economia criativa. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 59-91, 2015.
- FREITAS, Beatriz Terra. Niterói e seu "caminho" para a modernização: O Caminho Niemeyer e a cidade de Niterói. Tese (Graduação em Produção Cultural), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

GUIMARÃES, Virgínia Totti. Direito à cidade, comuns urbanos e privatização de espaços públicos na Cidade do Rio de Janeiro: os casos da Marina da Glória e do Campo de Golfe Olímpico. Tese (Doutorado em Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

\_\_\_\_\_; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. Etc... Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, Niterói, nº 2 (4), v. 1, p. 39-52, agosto de 2007.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. IN: Educação e Realidade. 1997.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a desconstrução do popular. IN: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

INAUGURAÇÃO de obra pública de Felipe Moraes. Terra, 09 set. 2016. Disponível em <<http://www.select.art.br/inauguracao-de-monumento-ao-horizonte-de-felippe-moraes/>> Acesso em 12 mar. 2017.

IZAAL, Renata. Desfila da Louis Vuitton causa alvoroço em Niterói. Globo.com, Rio de Janeiro, 28 mai. 2016. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/ela/moda/desfile-da-louis-vuitton-causa-alvoroco-em-niteroi-19390417>> Acesso em 12 mar. 2017

JACQUES, Paola Berentein. Espetacularização Urbana Contemporânea. Cadernos PPG-AU/FAUFBA, Salvador, p. 23-29, 2004.

\_\_\_\_\_. Cenografias e corpografias urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. Revista Observatório Itaú Cultural, p. 47-57, 2008.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. 1 ed. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n.49, p. 115-134, 2002.

\_\_\_\_\_. Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. Localizando o espaço público: gentrification e cultura urbana. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 83, p. 35-54, 2008.

LUZ, Margareth da. "O melhor de Niterói é a vista do Rio". Políticas culturais e intervenções urbanas: MAC e o Caminho Niemeyer. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MAC Niterói, no RJ, reabre após 1 ano com investimento de R\$7 milhões. Globo.com, Rio de Janeiro, 16 jun. 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/mac-niteroi-no-rj-reabre-apos-1-ano-com-investimento-de-r-7-milhoes.html>> Acesso em 12 mar. 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n.49, p. 11-29, 2002.

MENDES, Wilson. Frequentadores do Caminho Niemeyer, em Niterói, pedem a liberação do espaço. *Extra*, Rio de Janeiro, 27 mai. 2016. Disponível em <<http://extra.globo.com/noticias/rio/frequentadores-do-caminho-niemeyer-em-niteroi-pedem-liberacao-do-espaco-19382062.html>> Acesso em 27 mai. 2016.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* (UFRJ. Impresso), Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 47-77, 1998.

PAULA, Guilherme de; ZARKO, Raphael. *Globo Esporte*, Rio de Janeiro, 23 fev. 2017. Disponível em <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2017/02/prefeitura-de-niteroi-e-fla-se-reunem-e-discutem-projeto-de-estadio-na-cidade.html>> Acesso em 12 mar. 2017.

PORTO JUNIOR. João Batista da Silva. *Caminho Niemeyer: uma visão crítica*. Tese (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro Universitário Plínio Leite, Niterói, 2006.

'PORTO Maravilha' de Niterói aguarda licença ambiental. Globo.com, Rio de Janeiro, 22 nov. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/porto-maravilha-de-niteroi-aguarda-licenca-ambiental-14630485> Acesso em 26 abr. 2017

QUEREMOS o Caminho Niemeyer de volta. Avaaz. Petição online. Disponível em: <<https://community.avaaz.org/petitions/queremos-o-caminho-niemeyer-de-volta>> Acesso em 27 mai. de 2016

RODRIGUES, Luiz Augusto F.. *Cultura, Território e economia – estudos do Caminho Niemeyer em Niterói/RJ*. IN: CASTRO, Flávia Lages de; TELLES, Mário F. de Pragmácio (coord.). *Dimensões econômicas da cultura: Experiências no campo da economia criativa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 113-160, 2015.

SANCHEZ, Fernanda. *Cidade Espetáculo: Política, Planejamento e City Marketing*. 1. ed. Curitiba: Editora Palavra, 1997.

\_\_\_\_\_. *A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política*. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), Curitiba-PR, v. 16, n.16, p. 31-50, 2001.

\_\_\_\_\_; BIENENSTEIN, Glauco. *O Caminho Niemeyer como Projeto Estratégico*. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2 ed. Chapecó, SC: Argos, 2010.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução por Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, pp. 89- 109, 2012.

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SERRANO, Wellington. Mais ciclovias e melhorias no trânsito de Niterói. A Tribuna, Rio de Janeiro, 06 fev. 2017. Disponível em <<http://www.tribunarj.com.br/mais-ciclovias-e-melhorias-no-transito-de-niteroi/>> Acesso em 08 mar. 2017.

SILVA, César Henrique Matos e. Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju. Tese (Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, 2009.

SPIKER, Wilson. Reserva Cultural Niterói é inaugurada com pré-estreia de ‘Aquarius’. Blah Cultural, 25 ago. 2016. Disponível em <<http://www.blahcultural.com/reserva-cultural-niteroi-e-inaugurada-com-pre-estreia-de-aquarius/>> Acesso em 12 mar. 2017.

TURRA NETO, Nécio. Espaço e Lugar no Debate sobre Território. Geograficidade, v. 5, p. 52-59, 2015.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais... Encontro Nacional da ANPUR, 14, Rio de Janeiro, 2011.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. IN: Revista USP. São Paulo, n. 65, março/maio de 2005.